

TCC/UNICAMP

AL72i

IE/475



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



1290000475



IE

TCC/UNICAMP AL72i

INSTITUTO DE ECONOMIA

*atualizado por prof. com univ. b- / fibic /*



# A Importância das Micro e Pequenas Empresas na Estrutura Produtiva do Brasil

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
UNICAMP

Aluno: Rafael Miguel Alonso  
Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina de A. F. de Souza  
Banca: Prof. Miguel Juan Bacic

Campinas, Janeiro 2001

TCC/UNICAMP

AL72i

IE/475

**CEDOC/IE**

## Índice

Introdução.....	1
1. Micro e Pequenas Empresas (MPes): Tipologia, Classificação e Formas de Inserção na Estrutura Produtiva.....	4
1.1. As Transformações Ocorridas Nos Últimos Anos.....	4
1.2. As Especificidades das MPes.....	6
1.3. Definições para as MPes.....	7
1.4. Tipologia das Micro e Pequenas Empresas.....	9
1.5. Formas de Inserção das MPes na Estrutura Produtiva.....	10
2. A Importância das MPes na Estrutura Produtiva do Brasil.....	14
2.1. O Comportamento das MPes nas décadas de 80 e 90.....	14
2.1.1. Breve Histórico.....	14
2.1.2. Evolução das MPes no Período Recente.....	27
2.1.3. A Evolução das MPes nos Principais Setores .....	34
2.2. Visão Geral das MPes em 1997.....	39
2.2.1. Quanto ao Número de Empregados e Estabelecimentos.....	40
2.2.2. Análise dos Empregos e Estabelecimentos nos Principais Setores .....	47
2.2.3. Qualidade do Emprego Gerado nas MPes.....	49
2.2.3.1. Quanto ao Grau de Instrução.....	50
2.2.3.2. Quanto a Remuneração Média Mensal em Salários Mínimos.....	53

2.3. As Micro e Pequenas Empresas nas Regiões Brasileiras.....	59
2.3.1. As MPEs nos Principais Setores.....	59
2.3.2. Qualidade do Emprego .....	63
2.3.2.1. Quanto ao Grau de Instrução.....	63
2.3.2.2. Quanto à Remuneração Média Mensal.....	67
2.4 As Micro e Pequenas Empresas Exportadoras.....	72
3. Principais Medidas e Programas voltados às MPEs.....	75
3.1. Década de oitenta.....	75
3.2. Principais Ações voltadas às MPEs na década de noventa.....	76
3.3. Programas de Apoio à Certificação e Qualidade.....	77
3.4. Programas destinados ao Desenvolvimento Tecnológico.....	78
3.5. Instituições Financeiras.....	78
3.6. Outros Programas.....	80
4. Mortalidade das Empresas Brasileiras.....	92
4.1. Pesquisa: “Estudo da Mortalidade nas Empresas do Estado de São Paulo” .....	93
4.2. Pesquisa “Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas”.....	97
4.3. Pesquisa - “Sobrevivência das Firms no Brasil: Dez.1995/Dez.1997”.....	101
Conclusão.....	108
Bibliografia.....	110

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as contínuas mudanças na base tecnológica levaram à transformações organizacionais (como descentralização das grandes empresas; maior número de estabelecimentos com menos empregados) e produtivas, o que significou mudanças no relacionamento interempresas (com, por exemplo, a formação de alianças estratégicas entre grandes empresas com as empresas de menor porte).

Para se adaptarem a tais mudanças no ambiente econômico e na relação interempresas, as MPEs se viram obrigadas a se desenvolver como forma de resposta às novas tecnologias e às novas condições de concorrência, de maneira com que conseguissem favorecer suas atividades com tais transformações. Essa reação das empresas de menor porte aprofundou ainda mais a heterogeneidade (já existente) neste setor. Por isso, ao se analisar as micro e pequenas empresas, deve-se levar em consideração essa diferença entre elas, mesmo se estiverem (dada a definição usada) dentro do mesmo setor.

Dessa forma, o estudo das micro e pequenas empresas, suas potencialidades e problemas, tem que levar em consideração não apenas as empresas por si só, e sim todo o ambiente de transformações estruturais no qual elas estão e as formas pelas quais tais empresas se inserem no sistema produtivo.

Tendo em vista as mudanças no ambiente econômico, a heterogeneidade que impera sobre as empresas de pequeno porte, esse trabalho tem como objetivo avaliar a importância das micro e pequenas empresas na estrutura produtiva do Brasil e, além disso, mostrar em que setores e em que regiões do país as MPEs tem maior importância, seja no emprego, renda ou número de estabelecimentos. Junto a isso, pretende-se mostrar as políticas e programas destinados ao auxílio deste segmento e, em contrapartida, a taxa de mortalidade e as dificuldades que as MPEs passam para se inserirem/manterem no mercado.

Com base nisso, o trabalho foi dividido em quatro capítulos: o primeiro é destinado a traçar um breve histórico das mudanças ocorridas na economia brasileira e mundial nos últimos anos, e o reflexo disso para as MPEs. Em seguida, será apresentado as diferentes formas de classificação das empresas por porte, a tipologia das MPEs e as diversas maneiras pelas quais este segmento de empresa mais usualmente se insere na estrutura produtiva.

A proposta do segundo capítulo é a de se mostrar em que magnitude as empresas de menor porte contribuem para a criação de empregos, renda e no número de estabelecimentos existentes no país. A análise da importância das MPEs levará em consideração uma série temporal, ou seja, será mostrado o aumento/diminuição da contribuição desse estrato de empresa (tendo em vista o número de estabelecimentos e de empregos formais gerados) ao longo dos anos, levando-se em consideração, também, as mudanças econômicas pelas quais o país passou (mais especificamente os planos econômicos adotados pelo país no período a ser analisado).

Outro aspecto a ser mostrado é o da importância das MPEs na geração de empregos e no número de estabelecimentos, com dados de 1997. Esta análise será feita contrastando as MPEs com os estabelecimentos de médio e grande porte. Ademais, será analisada a qualidade dos empregos gerados pelas empresas, utilizando-se, para isso, o grau de escolaridade e a remuneração média (em salários mínimos) do trabalhador.

Ainda no segundo capítulo, far-se-á uma análise das MPEs considerando-se as regiões brasileiras. O estudo será baseado na geração de empregos formais e de estabelecimentos pelas MPEs de cada região levando-se em consideração os principais setores da economia e também avaliando-se a qualidade do emprego gerado nas regiões brasileiras.

Por fim, será mostrado (dentro das limitações de falta de dados) o papel das MPEs nas exportações brasileiras, utilizando-se, para tanto, de pesquisas realizadas pelo SEBRAE.

O terceiro capítulo foi destinado a mostrar as principais políticas e programas criados visando o desenvolvimento e fortalecimento do segmento das MPEs. O capítulo traz um histórico das ações destinadas às MPEs na década de oitenta e principalmente na década de noventa. Ademais, serão mostrados os principais programas, privados e estatais, desenvolvidos para as MPEs com o objetivo de desenvolver suas capacidades tecnológicas, o de certificação de qualidade e, principalmente, as diversas fontes de recursos destinados às micro e pequenas empresas.

No quarto capítulo pode-se verificar as taxas de mortalidade das empresas brasileiras, com destaque para os estabelecimentos de pequeno porte. Além disso, é

possível ter conhecimento das principais dificuldades encontradas pelas MPEs (segundo os empresários donos de micro e pequenos estabelecimentos) nos primeiros anos de atividade para a manutenção do estabelecimento no mercado.

Entretanto, os dados referentes a taxas de mortalidade das empresas (independentemente do porte das mesmas) são muito poucos e nem todos são confiáveis, portanto, este capítulo foi integralmente baseado em pesquisas realizadas pelo SEBRAE sobre este assunto, trabalhos estes que seguiram metodologias distintas e compreenderam períodos diferentes.

Dessa forma, este trabalho destinou-se a dar uma visão geral da importância das micro e pequenas empresas brasileiras, assim como os esforços destinados ao setor e as dificuldades que ele ainda hoje atravessa.

## **1. Micro e Pequenas Empresas (MPEs): Tipologia, Classificação e Formas de Inserção na Estrutura Produtiva**

### **1.1. As Transformações Ocorridas Nos Últimos Anos**

Nos anos noventa ocorreram diversas medidas de estímulo à competição, como privatizações, legislação antitruste, liberalização comercial e novas regras para o investimento direto, e medidas de estímulo a competitividade, como os programas de Apoio à Capacitação Tecnológica, de Produtividade e Qualidade e o de Competitividade Industrial. Esses instrumentos forçaram a reestruturação das empresas, com o intuito de aumentar a produtividade e competitividade de seus produtos. Essas mudanças no mercado internacional trouxeram novas estratégias de concorrência internacional, baseada na globalização dos mercados. As empresas iniciaram um processo de remodelação das suas estruturas organizacionais internas e nas suas aplicações patrimoniais, visando adaptar-se às novas condições do ambiente de concorrência existente no mundo. As novas tecnologias implementadas contribuíram muito para a possibilidade de se diversificar os produtos com maior rapidez e menores custos, viabilizaram o atendimento de mercados antes considerados não econômicos pela escala de produção, impuseram uma reavaliação das vantagens competitivas derivadas de economias de escala em grandes plantas verticalizadas.

Passou-se a um momento de transição, onde imperam o intenso ritmo das mudanças tecnológicas, que acelera a obsolescência técnica de equipamentos, processos e produtos e propicia o rejuvenescimento de indústrias “maduras” e o surgimento de novas atividades industriais, comerciais e de serviços. O maior nível de incerteza do ambiente econômico atual comparativamente a algumas décadas anteriores favorece também as empresas com maior flexibilidade, maior rapidez e capacidade de adaptação às condições mutantes do mercado, características estas, predominantes nas MPEs.

A necessidade de se reduzir os custos de transação relativamente aos custos de monitoramento favoreceram, de forma inquestionável, a desverticalização das unidades produtivas em decorrência da redução dos custos operada nas transações entre firmas. As mudanças no ambiente econômico também contribuíram para a intensificação e

multiplicação das relações entre empresas de diferentes portes, poder de mercado e setores de atividade. Esta flexibilidade produtiva exigida no contexto mundial favoreceu ao êxito na implantação de estruturas produtivas mais flexíveis. Ademais, sob o ponto de vista da abordagem tecnológica, observa-se que o tamanho ótimo da empresa, capaz de proporcionar menores custos médios de produção em diversos setores de atividade, reduziu-se de forma expressiva em vista do novo padrão tecnológico.

Neste novo contexto, as estratégias das GEs foram reformuladas, visando à flexibilidade em um maior grau de integração na cadeia de relações entre empresas. Exige-se compartilhar com terceiros parte das irreversibilidades, adquirir competências (ao invés de desenvolvê-las internamente, o que implicaria tempo e rigidez). Exige-se novas qualificações das MPEs, aumentando a demanda por subcontratação de especialização e pondo em evidência as assimetrias entre fornecedores concorrentes.

As novas formas de produzir, administrar e distribuir alteram as relações entre empresas e entre estas e os trabalhadores. O aumento da incerteza e a intensificação da concorrência exigem soluções que aumentem a agilidade das empresas; isso faz com que as relações entre as empresas de portes diferentes ganhe novos contornos – enfatiza-se o objetivo de atuar minimizando riscos e as discussões sobre as possíveis formas de compartilhá-los, opções para eliminar, repassar ou dividir custos (salários, encargos, investimento em ativos fixos) dado o seu componente de irreversibilidade e acelerada obsolescência.

A tendência de desverticalização das GEs abre espaços para que alguns tipos de MPEs possam atuar em cooperação com GEs. Estas (PMEs), por sua vez, necessitam desenvolver e explorar conhecimentos tecnológicos que não dependam de grandes investimentos; necessitam conciliar tamanho pequeno com conhecimentos e recursos humanos especializados e de qualidade.

Dessa forma, as transformações técnico-organizacionais mais recentes desempenharam papel crucial no crescimento da importância das MPEs na economia, pois estas implicavam redução no tamanho ótimo das empresas e diminuição nos custos de transação entre elas, favorecendo, assim, a expansão de unidades produtivas de menor tamanho. Observa-se um gradativo desaparecimento das MPEs tradicionais, que são

substituídas por GES , e o aparecimento da MPE moderna, fornecedora/cliente da GE dinâmica, bem como um acelerado desenvolvimento das empresas artesanais de luxo.

## **1.2. As Especificidades das MPEs**

O segmento das micro e pequenas empresas trata de estabelecimentos que estão situados em diferentes setores de atividade e com as mais variadas formas de relações com as demais empresas. As micro e pequenas empresas abrangem desde empresas que utilizam intensamente a mão-de-obra não qualificada (apresentando alto índice de rotatividade de mão-de-obra e de empresas) até empresas altamente flexíveis, inovadoras e independentes, geralmente com mão-de-obra altamente qualificada, polivalente, bem remunerada e com grande autonomia. Estas empresas encontram-se em setores onde exige-se muito mais conhecimento técnico do que grandes investimentos em máquinas e equipamentos, setores estes que, vêm crescendo e demandando cada vez mais MPEs especializadas, flexíveis e muito qualificadas. Isso é resultado do novo ambiente que se criou, o qual trouxe mudanças tecnológicas e/ou organizacionais, acarretando em uma redefinição no sentido de se encontrar novas formas de inserção das MPEs na estrutura produtiva cada vez mais positivas, como MPEs inovadoras, os distritos industriais e as redes de subcontratação coordenadas por uma grande empresa.

Dessa forma, a mudança da base tecnológica e a utilização de tecnologia microeletrônica, juntamente com as políticas de desintegração vertical das GEs em seu processo de reestruturação trouxeram a possibilidade de uma inserção mais positiva para as MPEs. Mas não se pode esquecer do papel social das MPEs na contribuição do emprego, já que este segmento, mesmo em um ambiente macroeconômico de menores taxas de crescimento econômico, e períodos de instabilidade e de recessão criam condições mais favoráveis para a constituição de seus negócios.

Essas mudanças sócio econômicas determinaram importantes alterações na inserção e na funcionalidade das PEs na estrutura industrial e motivaram a consideração das PEs como componente importante das políticas industriais. Com isso, o estudo das micro e pequenas empresas deve partir primeiro das definições dadas a tal segmento, e logo em

seguida, da tipologia de tais empresas e de com estas, por sua vez, se inserem na estrutura produtiva do país.

Dessa forma, esse capítulo tratará de apresentar as diferentes definições e classificações para o segmento das micro e pequenas empresas, do tipo de articulação que as mesmas podem ter com empresas de maior porte e as formas mais usuais de como as MPEs se inserem na estrutura produtiva do país, ressaltando as formas mais importantes dado o novo ambiente técnico-organizacional em que estas estão inseridas

### **1.3. Definições para as MPEs**

A classificação de porte de empresa pode ser feita levando-se em consideração o número de funcionários da empresa<sup>1</sup> ou tomando-se como base o faturamento bruto anual do estabelecimento. No caso da Agropecuária (setor esse não estudado nesse trabalho, por falta de dados disponíveis), a classificação se dá pelo número de hectares do estabelecimento.

A definição do porte das empresas baseada no número de funcionários é usada pelo SEBRAE<sup>2</sup> Nacional, a qual baseia-se, também, no setor em que as micro e pequenas empresas atuam (Indústria, Comércio e Serviços). Segundo essa classificação (Quadro 1), as microempresas no setor Comércio e Serviços são aquelas com até nove empregados, enquanto que na Indústria tal segmento possui até dezenove empregados. As pequenas empresas (no Comércio e em Serviços) são aquelas que empregam entre 10 e 49 empregados, na Indústria empregam de 20 a 99 empregados.

A classificação dada pelo SEBRAE também leva em consideração a Agropecuária; nesse caso, as microempresas possuem de 10 a 50 hectares, enquanto que empresas de pequeno porte possuem de 51 a 100 hectares.

---

<sup>1</sup> Classificação essa usada nesse trabalho para a análise do segmento das micro e pequenas empresas (MPEs)

<sup>2</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## Quadro 1

### Classificação das MPEs, segundo o SEBRAE Nacional

Porte / Setor	Comércio	Serviços	Indústria	Agropecuária
Microempresa	Até 09 empregados	Até 09 empregados	Até 19 empregados	De 10 a 50 hectares
Empresa de Pequeno Porte	De 10 a 49 empregados	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados	De 51 a 100 hectares

Fonte: SEBRAE Nacional

A classificação das MPEs segundo o faturamento bruto anual é encontrada no Estatuto das MPEs, no Simples Federal, Simples Paulista, para as Exportações e a adotada pelo BNDES (Quadro 2). Porém, pode-se observar que tais definições diferem-se umas das outras: no caso do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, aquelas que possuem faturamento bruto anual de até R\$ 244 mil, são enquadradas como microempresas, com faturamento entre R\$ 244 mil e R\$ 1,2 milhão, são definidas como empresas de pequeno porte.

Para o Simples Federal, microempresas são aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 120 mil e pequenas empresas com receita bruta anual entre R\$ 120 mil e R\$ 1,2 milhão. No entanto, na definição do Simples Paulista, microempresas e pequenas empresas são aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 83,7 mil e entre R\$ 83,7 mil e R\$ 720 mil, respectivamente. No caso da classificação do BNDES, microempresas possuem receita operacional bruta anual de até R\$ 700 mil, e pequenas empresas de R\$ 700 mil a R\$ 6,125 milhões.

Em se tratando de exportações, a definição é ainda mais complexa; nesse caso, as microempresas do Comércio e Serviços são aquelas com faturamento de até R\$ 360,2 mil, enquanto que as da Indústria tem faturamento anual de até R\$ 720,4 mil. As pequenas empresas do Comércio/Serviços possuem faturamento entre R\$ 360,2 mil e R\$ 2,7 milhões, e as da Indústria entre R\$ 720,4 mil e R\$ 6,3 milhões.

## Quadro 2

### Definições para as MPEs segundo o faturamento bruto anual

Porte	Estatuto das MPEs	Simples Federal	Simples Paulista	BNDES	Exportações	
					Indústria	Comércio/Serviços
Microempresa	Até R\$ 244 mil	Até R\$ 120 mil	Até R\$ 83,7 mil	Até R\$ 700 mil	Até R\$ 720,4 mil	Até R\$ 360,2 mil
Empresa de Pequeno Porte	De R\$ 244 mil a R\$ 1,2 milhão	De R\$ 120 mil a R\$ 1,2 milhão	De R\$ 83,7 mil a R\$ 720 mil	De R\$ 700 mil a R\$ 6,125 milhões	De R\$ 720,4 mil a R\$ 6,3 milhões	De R\$ 360,2 mil a R\$ 2,7 milhões

#### 1.4. Tipologia das Micro e Pequenas Empresas

Esta classificação toma como referência a complementaridade entre empresas de distintos portes, ou seja, se dá de acordo com o grau de dependência entre a empresa de menor porte na relação com uma empresa de grande porte, levando-se em consideração as funções a serem desempenhadas pelas MPEs. Sendo assim, as empresas de menor porte se dividem em empresas dependente e empresas independentes:

Empresas dependentes: são as pequenas empresas que se encontram na função de complementar de forma direta ou indireta as grandes empresas, executando uma ou mais operações que compõem o processo de fabricação de um produto, ou até mesmo produzindo um ou mais componentes de determinado bem. Podem ser:

- Pequenas empresas resultantes da fragmentação de uma unidade produtiva em estabelecimentos menores pertencentes a uma mesma empresa,
- Empresas autônomas que trabalham único e exclusivamente para determinada grande empresa, seja sob encomenda ou como subcontratada,
- Empresas autônomas que produzem componentes de produtos finais, e os comercializam diretamente com as empresas de maior porte ou no mercado de reposição.

Empresas independentes: são as empresas de pequeno porte que não mantêm uma ligação direta com as empresas de maior porte, podendo ser:

- Empresas que atuam em setores tradicionais e muito competitivos, onde as barreiras à entrada são inexistentes ou muito baixas e a concorrência se dá via preço, e o desempenho da empresa está atrelado basicamente ao comportamento da demanda,
- Empresas de pequeno porte que estão em setores mais concentrados onde estão, também, algumas empresas de grande porte, fazendo com que sua permanência se torne viável graças à maior flexibilidade deste segmento em termos de estrutura organizacional e à maior liberdade de contratar e demitir empregados (ou até mesmo da contratação informal),
- Empresas de pequeno porte que estão inseridas em setores com visível liderança das grandes empresas, ocupando espaços em termos de produto, processo ou mercado perfeitamente delimitados, e sendo flexíveis o suficiente para buscar e ocupar espaços à medida que os atuais se estreitam.

Baseado nestas possíveis formas de se relacionarem com as empresas de médio e grande porte, pode-se exemplificar as principais formas de inserção das micro e pequenas empresas na estrutura produtiva do país.

### **1.5. Formas de Inserção das MPEs na Estrutura Produtiva**

Este item trata de demonstrar as diferentes formas de inserção das MPEs na estrutura industrial, sejam elas antigas ou as que se originaram (ou ganharam mais força) com as mudanças sócio-econômicas ocorridas nas últimas décadas nos países desenvolvidos. Como foi visto, tais mudanças no ambiente econômico trouxeram alterações importantes na inserção e na funcionalidade das MPEs na estrutura produtiva o que resultou em uma maior atenção governamental para este segmento, o que pode ser constatado no fato de se considerar as MPEs como componente importante da política industrial.

- Rede de empresas articuladas em cadeias de relações interfirmas - esta forma de inserção abrange MPEs subcontratadas, fornecedoras, prestadoras de serviços, pequenas consultorias especializadas, revendedoras, *franchisees* e licenciadas. Origina-se de um processo de desverticalização das grandes empresas e da externalização de algumas atividades auxiliares (subcontratação) que passam a ser realizadas pelas empresas de

menor porte, como serviços de limpeza, alimentação, manutenção, transporte, recrutamento, seleção, treinamento da mão-de-obra., operações de apoio e acabamento ou até mesmo na fabricação de alguns componentes do produto fabricado pela empresa; a externalização é feita visando a redução de custos ou para evitar pressões trabalhistas em atividades auxiliares à empresa.

A desverticalização é característica principal do processo de reestruturação industrial das grandes empresas do período recente, no qual imperam a forte incerteza, altos custos e riscos da pesquisa tecnológica. Origina-se da procura por maior flexibilidade produtiva e da tentativa de diminuição de custos das grandes empresas e da possibilidade de ganhos positivos decorrentes da interação entre empresas. Os principais setores onde este movimento vem ocorrendo são o da informática e das telecomunicações. A constituição de redes de empresas com participação das MPEs restringe-se aos setores em que o processo produtivo é descontínuo e fragmentado, onde haja novos espaços para a subcontratação de especialização.

Do ponto de vista das MPEs, este tipo de inserção significa ampliação de espaços para sua atuação, potencializa o desenvolvimento de novos produtos e/ou processos, a obtenção de recursos, acesso aos mercados antes exclusivos das grandes empresas e acesso indireto a ativos intangíveis das GEs.

Com o decorrer dos anos, as relações de subcontratação entre pequenas e grandes empresas têm evoluído em direção à uma cooperação tecnológica em detrimento da redução dos custos como objetivo principal. De modo geral, pode-se dizer que as novas exigências e qualificações decorrentes da mudança tecnológica e de gestão foram responsáveis pelas oportunidades abertas à inserção das MPEs em *networks*. Porém, ainda hoje, grande parte das associações entre GEs e MPEs tem como principal meta a redução de custos. As grandes empresas são atraídas pelos custos salariais mais baixos existentes nas MPEs, provenientes da fuga da legislação trabalhista ou evasão fiscal.

- Pequenas empresas atuando no sistema de franquias – o sistema de franquias caracteriza-se por empresas que operam fazendo uso de licenças de uma “grande marca”; sistema este que recebeu forte impulso em decorrência do movimento de reestruturação industrial dos últimos anos. Em um ambiente de incerteza e do crescente

peso dos custos financeiros e da mão-de-obra, tal sistema tornou-se mais atrativo, pois do ponto de vista do franqueador, há a possibilidade de se reduzir o número de empregados, estoques e preocupações em relação às oscilações do mercado, além de garantir receita proveniente da cobrança de “luvas” e de comissões sobre as vendas. Para o franqueado, o sistema permite acesso a um *know how* até então intangível.

O sistema de franquia é considerado uma importante forma de inserção para as MPEs, porém, é necessária uma quantia muito grande, em dimensões acima das acessíveis para este segmento, de capital para se iniciar um negócio como o da franquia. A rotatividade das empresas no interior deste sistema é muito alta, resultado de falta de precaução dos investidores, já que este sistema exige um montante de capital muito elevado em comparação às demais empresas de pequeno porte.

- Empresas organizadas em aglomerações setoriais/regionais – inserção onde ocorre o destaque das relações horizontais entre empresas que estão agrupadas em setores/regiões (denominados *clusters*). De um modo geral, trata-se de um grupo de empresas de pequeno porte que desenvolvem uma maneira de cooperação mútua e assim acabam por explorar as vantagens da aglomeração, tais como o uso comum de espaço, infra-estrutura, distribuidores, capacidade produtiva, sistema de informações e de gestão.

O exemplo mais notório desta forma de inserção são os distritos industriais; estes caracterizam-se por apresentar uma interação virtuosa entre empresas e instituições públicas e privadas, a qual determina ambientes propícios à inovação e modernização produtiva e ao desenvolvimento de ações cooperativas. A cooperação torna-se possível devido ao alto nível de coesão social no interior dos distritos e do consumo estabelecido em torno de metas econômicas e sociais.

Nos distritos industriais verifica-se grande rapidez na resposta às mudanças do mercado, ou seja, alta flexibilidade, originada da existência de mão-de-obra qualificada, polivalente e apta a operar equipamentos sofisticados, da utilização de máquinas e equipamentos flexíveis.

- Empresas em setores que operam com tecnologia de ponta – trata das pequenas empresas independentes que atuam em mercados dinâmicos, altamente especializados com produtos diferenciados, as quais competem a partir da alta especialização, segmentação e exploração de nichos de mercado. Em geral, são altamente flexíveis, investem em pesquisa e tecnologia, possuem mão-de-obra altamente qualificada e com grande autonomia, aplicam modernas técnicas de gestão e investem na qualidade e diferenciação dos produtos.

Dessa forma, a inserção dos pequenos estabelecimentos se dá via identificação e exploração de nichos de mercado não atendidos pelas grandes empresas, ou seja, a inserção ou manutenção da empresa no mercado depende muito da capacidade do empresário (principal vantagem competitiva) em encontrar e investir em novos nichos de mercado que se formam ao longo do paradigma tecnológico. Os maiores obstáculos encontrados pelo empresário geralmente são as dificuldades de acesso ao financiamento, percepção de um novo nicho.

- Empresas em setores competitivos – é o setor onde a maior parte das MPEs atuam; neste caso, a flexibilidade e a estratégia competitiva estão associadas a menores custos de mão-de-obra (salários e benefícios), pois há diversas empresas oferecendo produtos e serviços com características muito semelhantes, e a principal forma de concorrência se dá via preços. Em geral, trata-se de empresas dos setores Comércio e Serviços.

A característica deste segmento é a alta rotatividade de pessoal e baixa produtividade resultando altos custos sociais. Neste caso, as MPEs são vistas como um grande potencial de empregos (porém, empregos de baixa qualidade, devido ao corte de custos via salários). Mas deve-se atentar ao fato de grandes empresas usarem destes “custos mais baixos” e subcontratarem estas MPEs com o intuito de cortarem seus custos; neste caso, o aumento de emprego ocorrido nas empresas de menor porte terá como contrapartida a queda do emprego nas GEs, o que não conduzirá a um aumento global do número de empregos.

## **2. A Importância das MPEs na Estrutura Produtiva do Brasil**

A importância das micro e pequenas empresas no Brasil tem-se elevado durante as últimas décadas, seja como resultado das mudanças que imperam no ambiente econômico em busca de maior flexibilidade, menores custos e incerteza presentes na economia, seja pela busca de uma opção ao desemprego, fato este crescente no Brasil nos últimos anos.

Com isso, a análise da participação das MPEs na estrutura produtiva, tem que partir de uma série histórica para comprovar tal crescimento nas décadas passadas, assim como em que setores as MPEs cresceram mais e se fortaleceram. Ademais, deve-se avaliar a qualidade do emprego originado pelas MPEs, a fim de se saber se estes são empregos compatíveis com os das grandes empresas ou se são subempregos, empregos de baixa qualidade que foram criados graças a falta de emprego existente no país, e que são usados apenas para “baixar” as altas taxas de desemprego que esta se passando.

Cabe ainda avaliar como contribuem as MPEs, no que tange o emprego e o número de estabelecimentos, nas cinco regiões brasileiras, e assim avaliar onde este segmento tem mais importância, seja em relação ao total de MPEs do Brasil, seja em relação ao total de estabelecimentos e empregos gerados em cada região.

### **2.1. O Comportamento das MPEs nas décadas de 80 e 90**

#### **2.1.1. Breve Histórico**

A década de oitenta foi marcada por importantes transformações no âmbito internacional, capazes de redefinir não só novas formas de produzir mas também novas formas de competir, associadas à difusão de novas tecnologias no aparato produtivo da Terceira Revolução Industrial. Observou-se um movimento de recomposição da rentabilidade do setor produtivo, com a abertura de novas frentes de expansão do capital e a recomposição das margens da sua lucratividade.

Com a nova divisão internacional do trabalho, os segmentos industriais menos rentáveis, mais “*commoditizados*”, mais intensivos em energia e matérias-primas e de mercados mais saturados, foram deslocados para os países da periferia e aqueles de maior

intensidade tecnológica, maior valor agregado e que apresentavam maiores taxas de crescimento do produto e de participação nos fluxos de comércio internacional permaneceram concentrados nos países centrais.

Para o Brasil, a década de oitenta foi marcada por uma crise sem precedentes, fruto do esgotamento do padrão de desenvolvimento que havia sustentado a expansão anterior (substituição das importações e I e II PND).

A seguir são apresentados os principais planos e programas de governo criados no Brasil nas décadas de oitenta e noventa, os quais basicamente buscavam a estabilização da economia via redução da inflação para então, a partir daí, chegar ao desenvolvimento econômico do país.

### *PLANO CRUZADO*

Com José Sarney, em março de 1985, a inflação atingiu o recorde de 224,4%. O Plano Cruzado introduziu uma nova moeda, substituindo o Cruzeiro pelo Cruzado, e definiu regras de conversão de preços e salários de modo a evitar efeitos redistributivos, ou seja, buscou promover um “choque neutro” que mantivesse sob o Cruzado o mesmo padrão de distribuição de renda do Cruzeiro. O Plano foi criado no governo de José Sarney em 1º de março de 1986, pelo então ministro Dílson Funaro.

As principais medidas adotadas foram as seguintes:

- Corte de 3 zeros do cruzeiro, substituindo-o pela nova moeda.
- Os preços foram congelados no nível de 28/02/1986 e ficaram congelados por um ano, com exceção da energia, que apresentou um aumento de 20%.
- Os salários também foram congelados, tomando-se como base o valor médio dos seis meses anteriores, acrescidos de um abono de 8%.
- Foi introduzido um “gatilho salarial”, o qual só seria acionado quando a inflação atingisse 20%.
- A taxa de câmbio foi fixada a valores de 27/02/1986, descartando-se assim, a necessidade de uma maxidesvalorização compensatória.

O Plano Cruzado teve um efeito imediato de conter a inflação e aumentar o poder aquisitivo da população. O país foi tomado por um clima de euforia. Milhares de pessoas

passaram a vigiar os preços no comércio e a denunciar as remarcações feitas. Cresceu o consumo em todos os extratos sociais. Quatro meses depois o plano começou a apresentar suas inconsistências. As mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados, os fornecedores passaram a cobrar ágio e a inflação voltou a subir. Houve uma escassez de alguns produtos como carro, carne e leite, e em alguns casos, como no de carros novos, ocorreu o aparecimento do ágio nas vendas e a maquiagem de produtos para escapar ao controle. O governo manteve o congelamento até as eleições, pois este se tornou seu principal elemento, pelo fato de a população ainda desfrutar de seus frutos, principalmente da queda abrupta da taxa de inflação.

A economia, no entanto, ficou desorganizada e a inflação disparou. Logo após a eleição de 1986, 21 de novembro, o Plano Cruzado 2 liberou os preços de produtos e serviços, liberou os preços dos aluguéis para serem negociados entre inquilinos e proprietários e alterou o cálculo da inflação, a qual passou a ser medida com base nos gastos das famílias com renda até cinco salários mínimos. O plano provocou um aumento generalizado dos preços: bebidas por exemplo, subiram 100%; automóveis, 80%; combustíveis 60,16%. A inflação disparou e a população perdeu a confiança no governo. Depois de tantas medidas adotadas sem êxito, e a inflação num patamar de 20% ao mês, em abril de 197 veio a queda do Ministro Funaro e a posse de Bresser Pereira.

### *PLANO BRESSER*

O Plano Bresser foi considerado um Plano de Emergência, e veio a substituir o Plano Cruzado na tentativa de combater o processo inflacionário. O plano não tinha por objetivos a inflação zero nem eliminar a indexação, apenas deter a aceleração inflacionária e evitar a hiperinflação. Bresser assumiu o ministério da Fazenda em 29 de abril de 1987, e a inflação do mês seguinte chegou a 23,26%. Este recorde foi alimentado pelo déficit público, pois o governo gastava mais do que arrecadava.

As principais medidas adotadas pelo plano foram as seguintes:

- Congelamento geral dos preços; salários, taxas de câmbio, aluguéis, pagamentos futuros, expansão monetária e déficit público. A partir de junho/1987 foram

congelados preços e os salários por um prazo de noventa dias com o propósito de baixar a inflação para um índice inferior ao existente naquele ano.

- Foi criada uma nova base de indexação – URP – que reajustaria salários e determinaria os tetos para o reajuste dos preços.
- Foram eliminados os subsídios ao trigo, adiadas as grandes obras planejadas (Ferrovia Norte-Sul, pólo petroquímico do Rio de Janeiro) com o objetivo de reduzir o déficit público. Para o ano seguinte, seria proibida a emissão de moeda para financiar o déficit do tesouro.

Contudo, o Plano Bresser, assim como o Cruzado, não conseguiu contornar os problemas econômicos que o país enfrentava. A aceleração inflacionária voltou (no final do ano a inflação chegou a 366%) e com ela as pressões por reposições salariais. Pressões essas que acabaram com um plano que se assentava basicamente na contenção salarial e nas elevadas taxas de juros. Com isso, em dezembro de 1987 Bresser pediu demissão e assumiu o ministério Maílson da Nóbrega.

### *PLANO VERÃO*

O substituto de Bresser assume o ministério da fazenda propondo realizar uma política econômica do "Feijão com Arroz": conviver com a inflação sem adotar medidas drásticas, mas apenas ajustes localizados para evitar a hiperinflação. A inflação passa dos 366% de 1987 para 933% no final de 1988. Em 15 de janeiro de 1989 apresenta um novo plano, o qual visava estabilizar a inflação pelo controle do déficit público, privatização de empresas estatais, exoneração dos funcionários públicos contratados nos últimos cinco anos, contenção salarial e redução no prazo do recolhimento dos impostos. A política do plano visava conter a demanda através da elevação das taxas de juros, evitando assim uma nova fuga dos ativos financeiros e diminuição dos gastos públicos.

Dentre as principais medidas adotadas pelo governo, destacaram-se:

- Reforma Monetária – corte de três zeros do Cruzado que foi substituído pelo Cruzado Novo.
- Congelamento dos preços, câmbio e salários, seguidos de uma desindexação. Porém, o congelamento dos preços ocorreu após um aumento do pão, leite, tarifas postais, tarifas

telefônicas, energia elétrica, gasolina e álcool, com o objetivo de gerar uma margem de folga para se agüentar o congelamento.

- Foi previsto um descongelamento lento e gradual a partir de março de 1989 para que não houvesse uma explosão de remarcação.

O Plano Verão foi de curta duração. Não ocorreu o tão esperado ajuste fiscal, o que manteve elevado e crescente o déficit público. O descontrole fiscal levou ao descontrole monetários, o que contribuiu para que a inflação voltasse a atingir rapidamente 80% no último mês do governo (de fevereiro de 1989 a fevereiro de 1990 a inflação chegou a 2.751%).

Houve um grande descontrole da dívida pública verificando-se a ausência de qualquer mecanismo de política econômica, pois tanto a política fiscal quanto a monetária tornaram-se prisioneiras da rolagem da dívida interna.

### *PLANO COLLOR*

O combate à inflação foi também uma preocupação do governo Collor. Além do descontrole monetário e fiscal que acelerava a inflação, o governo atribuiu o insucesso dos choques anti-inflacionários do governo Sarney à elevada e crescente liquidez dos haveres financeiros não monetários.

Para evitar a especulação, o governo deveria manter a taxa de juros alta e estável, o que implicaria política monetária passiva que impediria o controle dos agregados monetários.

As principais medidas adotadas pelo Plano Collor foram as seguintes:

- Troca do nome da moeda de Cruzado Novo para Cruzeiro.
- Reforma monetária com a redução drástica da liquidez da economia bloqueando cerca da metade dos depósitos à vista, 80% das aplicações de overnight e fundos de curto prazo e cerca de um terço dos depósitos de poupança. Isso significou em torno de 85 bilhões de dólares dos poupadores. Os depositantes só poderiam retirar dos bancos 50 mil cruzeiros, no máximo; o restante seria devolvido depois de 18 meses em doze parcelas mensais.

- Reforma administrativa e fiscal visando promover o ajuste fiscal da ordem de 10% do PIB, eliminando um déficit projetado de 8% do PIB e gerando um superávit de 2%. Tal ajuste seria feito via redução do custo da rolagem da dívida pública, suspensão dos subsídios, incentivos fiscais e isenções, ampliação da base tributária, tributação das grandes fortunas e o fim do anonimato fiscal. Houve demissão em massa de funcionários públicos e extinção de autarquias, fundações e empresas públicas. A reforma administrativa far-se-ia via privatizações, fiscalizações das arrecadações tributárias, controle sobre bancos estaduais.
- Congelamento temporário de preços e desindexação dos salários.
- Reformulação dos índices de correção monetária.
- Mudanças do regime cambial com taxas flutuantes definidas livremente no mercado.
- Mudança na política comercial, dando início ao processo de liberação do comércio exterior, com redução de tarifas de importação.

O confisco da liquidez no Plano Collor trouxe uma grande desestruturação do sistema produtivo com o corte nas encomendas, semi-paralisa na produção, demissões, férias coletivas, redução na jornada de trabalho, redução nos salários, deflação, atraso nos pagamentos das dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais, desenvolvimento de meios de pagamento alternativos. Enfim, o choque sobre os estoques monetários gerou profunda desestruturação em termos de condições de emprego e de produção.

A seguir, estão relacionadas as principais medidas promovidas com a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) criada no Governo Collor, a qual consistia de quatro documentos:

1. Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior (26/06/1990)
2. Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria Brasileira (Pact) – 12/09/1990
3. Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) – 07/11/1990
4. Programa de Competitividade Industrial (PCI) – 27/02/1991

De uma forma geral, o Programa de Competitividade Industrial e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade atuaram de forma complementar, utilizando-se dos instrumentos da PICE, juntamente com o Apoio à Capacitação Tecnológica.

## **Política Industrial e de Comércio Exterior – PICE**

A PICE era a referência para a realização das mudanças necessárias à reestruturação do parque produtivo nacional, de maneira que esse se tornasse capaz de produzir bens e serviços com padrões internacionais de preço e qualidade. Segundo os formuladores do programa, as reformas estruturais reconstruiriam a perspectiva de médio e longo prazo destruídas pela inflação, orientariam as decisões de investimento e contribuiriam decisivamente para a administração das dificuldades de curto prazo. Somente a partir da estabilização o país teria competitividade estrutural, juros e câmbio normais, preços livres e estáveis, previsibilidade e funcionalidade dos mercados.

Dentre as principais estratégias do governo, estavam a redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência, o que construiria um ambiente mais competitivo. Ocorreria a reestruturação competitiva da indústria, através da coordenação e mobilização de instrumentos de apoio creditício e fortalecimento da infra-estrutura tecnológica. Ademais, alguns segmentos seriam fortalecidos através de uma maior especialização da produção. Portanto, a reestruturação competitiva da Indústria brasileira ocorreria a partir de um ambiente de competição no país e a exposição planejada da indústria à competição internacional e capacitação tecnológica.

Um dos objetivos do PICE era a criação de modelo empresarial a ser seguido, composto por grupos empresariais de grande porte articulados a uma extensa malha de pequenas e médias empresas tecnologicamente dinâmicas, competindo e associando-se das mais variadas maneiras com o capital estrangeiro.

Em resumo, os objetivos principais da Política Industrial e de Comércio Exterior eram o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, através da modernização e reestruturação da indústria, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, buscando preços e padrões de qualidade internacionais.

Os instrumentos disponíveis pelo Estado eram: a política de financiamento, política de exportação, política de importação, apoio à capacitação tecnológica e utilização do poder de compra do Estado. Todos os mecanismos de intervenção direta e a manipulação de

incentivos e subsídios, que transferissem ao contribuinte os riscos do empreendimento, estariam descartados. O papel do Estado mudaria radicalmente, cabendo-lhe a função de articulador, mobilizador e catalisador do esforço nacional de modernização, participando na construção da infra-estrutura e na promoção da capacitação tecnológica, da qualidade e da produtividade.

### **Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade**

Foi resultante do ordenamento e aglutinação de um número significativo de subprogramas e projetos sob orientação estratégica única, executados descentralizadamente em diferentes níveis pelos vários agentes econômicos. O Programa foi criado com o objetivo de estabelecer um conjunto de ações indutoras da modernização industrial e tecnológica do país, o que significava a adoção de novos métodos de gerenciamento da produção e de gestão tecnológica da empresa, assim como da capacidade de incorporação de novas tecnologias de produto e processo. Ademais, visava conduzir todos os segmentos da empresa a uma postura pró-qualidade e produtividade, através de um compromisso de dirigentes e empregados em todas as fases do processo produtivo.

Implantação da política industrial e de comércio exterior, a qual tinha como objetivo propiciar a modernização da indústria nacional. Esta reestruturação da indústria brasileira foi baseada na criação de um ambiente de maior competição no país; para tanto, foi promovida a liberação das importações e dos preços, avançados os processos de desregulamentação e privatização. Segundo o próprio governo, no lançamento do Programa: “O livre funcionamento das forças de mercado não é suficiente para que a indústria nacional se torne competitiva. É necessária a atuação do governo promovendo e incentivando a busca da qualidade, da produtividade e da capacidade de inovação”.

A nova estratégia de desenvolvimento industrial do Brasil apoiava-se na eliminação das distorções decorrentes do modelo de substituição das importações e na modernização da indústria, objetivando níveis crescentes de competitividade no mercado interno e sua inserção no contexto das economias mais desenvolvidas. Os grandes desafios encontrados, para atingir estes objetivos, foram a busca da capacitação tecnológica e da gestão empresarial inovadora.

## **Programa de Competitividade Industrial - PCI**

“O Governo Collor a partir de 15 de março de 1990 vem empreendendo com determinação um conjunto de reformas imprescindíveis para a construção de uma economia contemporânea que cresça de forma sustentada, com melhor distribuição de renda e mais justiça social.

O processo hiperinflacionário foi interrompido pelo Plano Brasil Novo em estágio muito avançado, tornando os custos do programa de estabilização muito elevados, inferiores apenas ao custo do descontrole e do colapso total do sistema(...). Neste contexto a política industrial e de comércio exterior é a referência para a realização de mudanças necessárias à reestruturação do parque produtivo nacional, de maneira que este se torne capaz de produzir bens e serviços com padrões internacionais de preço e qualidade”.

Segundo o programa, a reestruturação competitiva da indústria brasileira ocorreria a partir de um ambiente de competição no país, construído com a abertura comercial, com a desregulamentação e com o aprimoramento da legislação de defesa da concorrência.

Em relação aos investimentos, segundo os formuladores do programa, o investimento público e o privado estiveram inibidos durante a década anterior em função do desequilíbrio macroeconômico, da deterioração das finanças públicas e da incerteza geral do país. Do ponto de vista do investimento privado nacional, esse processo agravou-se em função do custo e das condições de financiamento, bem como pela carga tributária incidente sobre bens de capital. O custo de investimento no país tornou-se cerca de três vezes mais elevado do que o padrão mundial.

As principais finalidades do PCI eram:

1. Desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta (informática), química fina, biotecnologia, mecânica de precisão de novos materiais, utilizando todos os instrumentos da Política Industrial e de Comércio Exterior.
2. Reestruturação de setores que podem alcançar preço e qualidade em padrões internacionais.

A reestruturação do modelo empresarial brasileiro deveria ocorrer como consequência das fusões e incorporações, da desverticalização das grandes empresas, com

consequente desenvolvimento de redes de fornecedores e subfornecedores especializados. Ademais, fazia parte deste processo o desenvolvimento do mercado de capitais e a abertura de capitais das empresas, assim como o processo de privatização. O sistema Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresa – foi renovado, ganhando recursos e autonomia para operar uma política de apoio às micro e pequenas empresas dentro da perspectiva de política industrial e do comércio exterior especialmente no que dizia respeito ao processo de desverticalização das empresas, tendo em vista a formação de redes de fornecedores e subfornecedores especializados neste setor.

### **Apoio à Capacitação Tecnológica**

Suas principais medidas consistiam em:

1. Montagem e fortalecimento de Redes de Informação Tecnológica.
2. Atualização da infra-estrutura tecnológica (modernização de institutos de pesquisa, laboratórios e centros de pesquisas universitários).
3. Formação e desenvolvimento de recursos humanos
4. Adequação da legislação referente a contratação e transferência de tecnologia.

Não houve qualquer alteração no mercado monetário nem a instituição de regras para a expansão monetária, ou seja, não foram criados mecanismos para viabilizar o controle dos fluxos. A consequência disso foi que aos poucos a liquidez se expandiu e a inflação voltou a se acelerar. A inflação que era de 84,3% em março, desceu para 7,87% em maio e subiu para 18,3% em dezembro de 1990. Os poucos investimentos realizados foram concentrados em incrementos marginais de capacidade e em modernização, basicamente nos setores vinculados às exportações. A política de abertura comercial, da forma como foi implementada, conferiu aos preços dos produtos importados, conjugado ao *mix* tarifas/câmbio de curto prazo, o papel de parâmetro básico na tomada de decisões sobre a internalização/externalização da produção. Houve a redução do leque das atividades produtivas das empresas no interior de cada segmento industrial e mesmo a eliminação de alguns segmentos destas indústrias. Por outro lado, o governo de Fernando Collor com a

liberação das importações, deu maior incentivo às empresas nacionais tendo em vista a concorrência no mercado

### *PLANO REAL*

O Plano Real dividiu o ataque ao processo inflacionário em três fases:

1. Trata do ajuste fiscal, para equacionar o desequilíbrio orçamentário da União
2. Tentativa de se eliminar a inércia inflacionária através da introdução de uma nova unidade de conta, a URV (Unidade Referencial de Valor). O objetivo desta fase de indexação completa da economia era o de promover todos os ajustes de preços relativos com base nesta moeda indexada e acomodar a participação dos diversos agentes da renda, eliminando o conflito distributivo. Procurou-se promover os efeitos da hiperinflação na moeda velha – o cruzeiro real – que perdeu sua função de unidade de conta. Todos os preços passaram a ser cotados em outro referencial, a URV, que exerceu a função de unidade de conta, mas não de meio de troca, que continuou ainda por algum tempo sendo exercida pelo cruzeiro real.
3. Transformação da URV em Real, fundindo-se neste as três funções básicas de moeda: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. A expectativa era de que nesse momento se romperia a indexação e, portanto, a inflação inercial. Nesta fase deveria ser criada uma regra monetária que permitisse o controle da oferta monetária e impedisse o recurso ao financiamento inflacionário, em caso de persistência do déficit público.

A condução do plano procurava evitar a grande expansão do crédito e da demanda pós queda da inflação. Para tanto, ampliaram-se os depósitos compulsórios junto ao Banco Central, visando com isso conter a expansão do crédito, controlar os meios de pagamento e manter as taxas de juros elevadas, impedindo-se uma grande remonetização da economia e contendo com isso a demanda. Porém, estas medidas se mostraram insuficientes e se observou uma grande expansão da demanda com a queda da inflação, destacando-se o setor de bens de consumo duráveis.

O Plano Real diferencia-se dos anteriores principalmente pelas condições nas quais foi introduzido. Em primeiro lugar, o processo de abertura econômica iniciado no Governo

Collor, num quadro de recessão econômica, como foram ao anos de 1991/2, teve fortes impactos sobre a lógica de formação de preços na economia, tanto no que diz respeito à capacidade dos empresários de repassarem aumentos de custos para preços, como o poder dos sindicatos em suas pretensões salariais. Em segundo lugar, a renegociação da dívida externa e as transformações no sistema financeiro internacional que permitiram a volta do país ao fluxo voluntário de recursos externos, levando a um acúmulo de reservas da ordem de US\$ 40 bilhões no momento da reforma monetária. Em terceiro lugar, como a capacidade produtiva no curto prazo era dada e as importações cresciam com o aumento da renda, gerou-se pressões sobre o setor externo (Balança Comercial) para suprir a demanda interna aquecida. A desvalorização cambial e a demanda aquecida em um contexto de abertura comercial levaram ao aparecimento, no final de 1994, de déficits na balança comercial.

Por vários fatores iniciou-se uma série de medidas de contenção da demanda interna, principalmente com restrições ao crédito, elevação das taxas de juros e também gradual alteração na política cambial, com o alargamento das bandas de flutuações e desvalorizações mais frequentes ao câmbio.

A questão das reformas estruturais e do ajuste fiscal do setor público também tornou-se um fator importante a ser analisado. O sucesso das estratégias de estabilização dependiam de se impedir o aparecimento de novos choques na economia e de se criarem condições de condução da política econômica que permitissem dissipar os choques. Para tanto, tornava-se necessário um ajuste fiscal duradouro do setor público que envolvesse a reforma fiscal, administrativa e privatizações. Porém, muito pouco se avançou no que diz respeito ao ajuste fiscal. Os cortes de despesas previstos no orçamento se mostraram cada vez mais difíceis, com uma série de pressões por gastos, como o da questão do refinanciamento, solução da questão dos bancos estaduais, recursos para o financiamento agrícola e a falta de recursos para a saúde.

No primeiro ano do Real, pode-se dizer que este foi bastante exitoso no combate à inflação, a qual se reduziu da casa dos 40,50% aa para a ordem dos 30% aa. No que diz respeito ao crescimento econômico, o produto cresceu 5,7% em 1994, sendo 7,4% no setor primário, 6,9% no setor secundário e 4% no setor terciário. Esta tendência ao crescimento manifestou-se ainda mais fortemente no primeiro trimestre de 1995, a indústria como um

todo cresceu em torno de 14% em relação ao trimestre anterior; alguns setores superaram os 20% e a economia com um todo cresceu em torno de 11%.

Este rápido crescimento pode ser colocado como um dos principais problemas no primeiro ano do real pelas conseqüências que trouxe em termos de equilíbrio macroeconômico, materializando-se em grave desequilíbrio externo e forçando o governo a rever a política econômica, principalmente a partir do segundo trimestre do ano, com vistas a evitar uma crise cambial e impedir a volta da inflação para níveis mais elevados.

Verificou-se que a sobrevalorização do real ocasionou desindustrialização dos setores e segmentos mais atingidos com forte substituição de insumos locais por importados, fechamento de linhas de produção e de unidades fabris inteiras. Ocorreu a rápida desnacionalização da indústria em muitos setores, pelo fato das empresas brasileiras financeiramente mais frágeis terem sido colocadas em condições desiguais de competição. A proteção tarifária foi reduzida, ocorreu a apreciação cambial, isso juntamente com os juros elevados diminuíram a rentabilidade das empresas o que dificultou (ou até mesmo inviabilizou) seus processos de reestruturação para competir dentro dos padrões mundiais. “Todas as evidências indicam que esse tipo de abertura da economia brasileira com forte desproteção cambial tornou-se contraproducente, induzindo à desindustrialização e à redução de valor agregado das atividades manufatureiras” (Coutinho,1997).

Em relação às micro e pequenas empresas, segue um trecho do Plano de Política Industrial (1995) criado pelo governo FHC e que se destina à este segmento:

“Será atribuída, no novo padrão de crescimento do sistema industrial brasileiro, importância crescente às microempresas e empresas de pequeno porte, corroborando inclusive tendência que vem tomando forma em países industrialmente avançados. Essa tendência é apoiada no caráter flexível desses empreendimentos, nas novas tecnologias, nas formas de organização que privilegiam a especialização produtiva, na produção de bens e serviços de proximidade e de base local. Isso contribuirá para a manutenção de agentes empreendedores, que são o sustentáculo da economia local.

Caberá, assim, estimular e apoiar as microempresas e empresas de pequeno porte, seja no campo das atividades tradicionais, baseadas nos atributos próprios da identidade local, com vistas a uma ocupação mais equilibrada e ajustada às disponibilidades e características dos recursos naturais e humanos, seja no tocante à produção de bens e

serviços mais sofisticados para o atendimento da demanda industrial. Neste último caso, a integração das empresas de pequeno porte nas redes industriais ocupará papel fundamental para seu desenvolvimento.

A busca com a competitividade deverá nortear a estruturação e o direcionamento das ações governamentais, porquanto a eficiência produtiva e a qualidade dos bens e serviços são decisivas para a sobrevivência das atividades numa economia de mercado.

Nesse sentido, as diferentes formas de associativismo, por sua adequação à organização produtiva de pequeno porte, deverão ser apoiadas e estimuladas.

Essa estratégia é fundamental para o emprego e a desconcentração geográfica da atividade econômica, inclusive quanto à promoção do desenvolvimento rural”.

Dessa forma, a política específica às MPEs estaria voltada à desconcentração geográfica da atividade econômica, a partir da produção de bens e serviços de proximidade e de base local e dos empreendimentos de base tecnológica, e estaria orientada para a manutenção e a criação de empregos, surgimento de agentes empreendedores e ganhos em qualidade e em competitividade requeridos para a sobrevivência das empresas nos mercados interno e externo.

Em relação à indústria e comércio exterior, verifica-se que no Plano Plurianual 1996-1999, a atuação do setor público visava concentrar seus esforços em áreas de impacto na redução do chamado “custo Brasil”, como as de financiamento de longo prazo, infraestrutura econômica, tecnologia, educação, capacitação de recursos humanos e diminuição dos encargos que oneravam a força de trabalho. Seriam aprimorados os instrumentos tributários e de defesa da concorrência, além dos relacionados à propriedade intelectual e à defesa do meio ambiente.

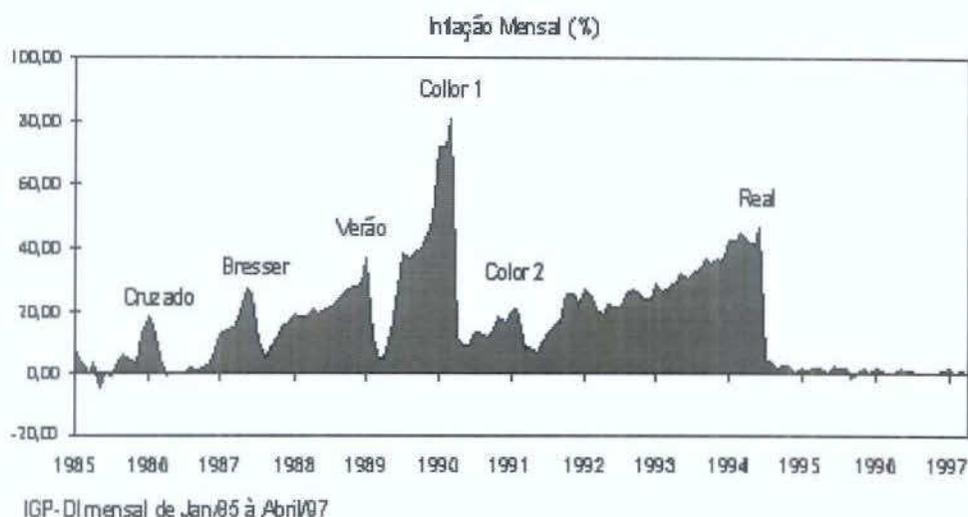
Segundo previsões do governo, o apoio das agências oficiais de crédito para o financiamento do investimento e desenvolvimento tecnológico industrial, no período do PPA, atingiria o montante de R\$ 25 bilhões. Dentre as principais medidas a serem adotadas para o segmentos das MPEs estavam o “Apoio à produção de menor porte e ao artesanato” e “Promoção da micro e pequena empresa do Nordeste”.

O Gráfico 1 traz as taxas mensais de inflação no Brasil do período de 1985 a 1997; com isso, pode-se avaliar os efeitos dos planos econômicos no combate à inflação, pois este sempre foi um dos objetivos principais (senão o principal) de todos eles. Assim, verifica-se

que na maioria dos casos, os planos tiveram certo sucesso no combate da inflação e conseqüente busca da estabilidade econômica. Todavia, na maioria dos casos, este sucesso foi de curtíssimo prazo, e implicou piores nos índices de inflação futura.

**Gráfico 1**

**Inflação mensal no Brasil de 1985 a 1997**



**2.1.2. Evolução das MPEs no Período Recente**

O número de empregos formais gerados no Brasil, independentemente do porte do estabelecimento, elevou-se entre 1986 e 1997, porém, atingiu seu pico em 1989, quando começou a sofrer forte redução até 1994. Nos anos após 1994, o número de empregos formais voltou a se elevar, mais ainda em 1997 o valor era inferior ao observado em 1989. Como pode ser visto na Tabela 1, em 1986 havia 33.357.096 empregos formais no país, os quais passaram a 35.970.939 em 1989 (maior valor registrado no período analisado); no ano seguinte (1990), o número de empregos foi reduzido a 35.391.584. a queda no número de postos de trabalho se acentuou ainda mais em 1994, quando estes passaram a 33.585.347, valor este muito próximo ao observado na década anterior, em 1986. A partir

de 1996 ocorre uma retomada do crescimento do número de empregos formais, e em 1997 estes já atingiam o patamar de 34.680.353.

Ao se analisar o segmento das micro e pequenas empresas (0-99 empregados), verifica-se que esta “quebra” no crescimento do número de empregos formais se deu apenas entre 1990 e 1994, quando o número de empregados reduziu-se de 15.677.950 para 15.312.025. No período anterior, os empregos das MPEs elevaram-se de 13.760.096 (1986) para 15.015.779 (1990). Com os dados do ano de 1996, observou-se que o número de empregos retomou o crescimento, e passou a 16.630.552; em 1997 as MPEs já contavam com 17.359.890 empregos formais.

Mesmo com a perda do número de empregados entre 1990 e 1994, as MPEs elevaram sua importância de modo contínuo no período analisado, no que tange o total de empregos formais do país, passando de uma participação de 41% em 1986 para 50% em 1997. Dentre os principais segmentos das MPEs, em 1986 e 1989 destacavam-se os estabelecimentos com 20-49 e 50-99 empregados, com 11% e 9%, respectivamente, do total de empregos formais do país. Em 1990 destacavam-se os estabelecimentos com 20-49, 50-99 e 1-4 empregados, cujas participações eram de 12%, 9% e 9% em relação ao total de empregos formais do Brasil. A partir de 1994, os dois principais estratos de empresas passaram a ser aqueles com 20-49 e 1-4 empregados, com 11% e 10% do total de empregados. Estes segmentos mantiveram-se como os mais importantes dentro das MPEs até 1997, ano em que cada um deles respondia por 12% do total de empregos formais gerados no país. Em relação aos estabelecimentos de médio e grande porte (100 ou mais empregados), todos apresentaram contínua queda na participação em relação ao número de empregos formais do país entre 1986 e 1997. Os principais estratos de empresas eram aqueles com 1.000 ou mais e 100-249 empregados, os quais reduziram suas participações de 24% e 14%, respectivamente em 1986, para 20% e 12% em 1997.

De uma maneira geral, considerando-se o período analisado, o número de empregos formais nas MPEs elevou-se, em média, 26%, enquanto os estabelecimentos de médio e grande porte apresentaram, em média, redução de 11,5% no número de empregos. O crescimento do número de empregos formais nas MPEs, entre 1986 e 1997, se deu da seguinte forma: nos estabelecimentos com 1-4 empregados o aumento do número de empregados foi de 66%, no de 5-9 empregados 46%, 10-19 empregados 30%, 20-49

empregados 8% e no de 50-99 empregados, a única queda registrada, no valor de 1% do número de empregados do segmento. Em relação aos estabelecimentos de maior porte, merecem destaque os estabelecimentos com 250-999 e 1.000 ou mais empregados, os quais apresentaram queda de 14% e 13%, respectivamente, no número de empregos formais entre 1986 e 1997.

**Tabela 1**  
**Número de empregos formais, segundo o porte do estabelecimento**  
**Período de 1986 a 1997**

Porte do Estabelecimento	1986	%	1989	%	1990	%	1994	%	1996	%	1997	%
De 1 a 4	2.571.075	8%	2.873.465	8%	3.211.977	9%	3.451.378	10%	3.973.595	12%	4.274.639	12%
De 5 a 9	1.918.866	6%	2.147.153	6%	2.307.584	7%	2.349.252	7%	2.613.297	8%	2.806.510	8%
De 10 a 19	2.385.780	7%	2.651.657	7%	2.774.030	8%	2.700.272	8%	2.940.702	9%	3.107.005	9%
De 20 a 49	3.768.059	11%	4.009.198	11%	4.082.786	12%	3.804.020	11%	4.028.974	12%	4.084.789	12%
De 50 a 99	3.116.725	9%	3.334.306	9%	3.301.573	9%	3.007.103	9%	3.073.984	9%	3.086.947	9%
<b>Total MPEs</b>	<b>13.760.505</b>	<b>41%</b>	<b>15.015.779</b>	<b>42%</b>	<b>15.677.950</b>	<b>44%</b>	<b>15.312.025</b>	<b>46%</b>	<b>16.630.552</b>	<b>48%</b>	<b>17.359.890</b>	<b>50%</b>
De 100 a 249	4.582.487	14%	4.835.084	13%	4.643.354	13%	4.274.843	13%	4.239.797	12%	4.223.544	12%
De 250 a 499	3.683.511	11%	3.897.595	11%	3.635.602	10%	3.233.723	10%	3.239.509	9%	3.275.235	9%
De 500 a 99	3.224.542	10%	3.496.379	10%	3.234.515	9%	2.894.063	9%	2.817.585	8%	2.764.277	8%
1.000 ou mais	8.106.051	24%	7.726.102	24%	8.200.163	23%	7.870.693	23%	7.442.597	22%	7.057.407	20%
<b>Total</b>	<b>33.357.096</b>	<b>100%</b>	<b>35.970.939</b>	<b>100%</b>	<b>35.391.584</b>	<b>100%</b>	<b>33.585.347</b>	<b>100%</b>	<b>34.370.040</b>	<b>100%</b>	<b>34.680.353</b>	<b>100%</b>

Ao se detalhar ainda mais as taxas de crescimento do número de empregados no período analisado, qual seja, ao se avaliar as taxas de crescimento tomado-se como base o período anterior (Tabela 2), tem-se que entre 1986 e 1989 todos os segmentos de portes de empresas apresentaram aumento no número de empregados formais, com destaque para os estabelecimentos com 1-4 e 5-9 empregados, cuja taxa de crescimento foi de 12% (para cada segmento) no número de empregos formais. As empresas de médio (100-499 empregados) e grande porte (500 ou mais empregados) aumentaram em 6% e 8%, respectivamente, o número de empregos neste período.

No intervalo entre 1989 e 1990, os estabelecimentos com 1-4 e 5-9 empregados elevaram o número de empregos em 12% e 7% respectivamente. Em média, neste período, as MPEs apresentaram um aumento de 4% no número de empregados, sendo que apenas os estabelecimentos com 50-99 empregados incorreram em queda no número de empregados,

no montante de 1% do total de empregos do segmento. Por outro lado, todos os segmentos das empresas de médio e grande porte apresentaram redução no número de empregados formais neste período, principalmente os estabelecimentos com 250-499 e 500-999 empregados, com queda de 7% (cada) no número de empregos entre 1989 e 1990.

No período de 1990 a 1994, apenas os estabelecimentos com 1-4 e 5-9 empregados sofreram variação positiva no número de empregados, as quais foram de 7% e 2% respectivamente. As MPEs, em média, apresentaram variação negativa de 2% no número de empregos formais neste período, tendo como principais causas desta queda os estabelecimentos com 50-99 e 20-49 empregados, cujas taxas de crescimento foram de -9% e -7%. Da mesma maneira como ocorrido no intervalo anterior, os estabelecimentos com 250-499 e 500-999 empregados foram aqueles com maior redução (-11%) no número de empregos formais entre 1990 e 1994.

Em 1996, as MPEs, sem exceção, elevaram o número de empregos formais em média 9%. Assim como nos intervalos anteriores, os estabelecimentos com 1-4 e 5-9 empregados foram os que apresentaram maiores taxas de crescimento, as quais atingiram os valores de 15% e 11% respectivamente. Os estabelecimentos de médio e grande porte tiveram uma redução média de 2% no número de empregados neste ano, causada principalmente pelos estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados, cuja taxa de crescimento foi de -5% neste período.

Entre 1996 e 1997, os estabelecimentos com 1.000 ou mais e 500-999 empregados, assim como nos anos anteriores, apresentaram queda de 5% e 2%, respectivamente, no número de empregos. Porém, o destaque (no segmento das empresas de médio porte), ficou com os estabelecimentos com 250-499 empregados, cuja taxa de crescimento do número de empregos foi positiva no valor de 1% do total de empregados do segmento.

Em se tratando das MPEs, neste período o segmento apresentou novo crescimento médio de 4% no número de empregos formais, com destaque, novamente, para os estabelecimentos com 1-4 e 5-9 empregados, os quais apresentaram taxas de crescimento no valor de 8% e 7% respectivamente.

**Tabela 2****Taxa de crescimento<sup>1</sup> do número de empregados, dado o porte do estabelecimento**

Porte do Estabelecimento	1986	1989	1990	1994	1996	1997
De 1 a 4	100%	12%	12%	7%	15%	8%
De 5 a 9	100%	12%	7%	2%	11%	7%
De 10 a 19	100%	11%	5%	-3%	9%	6%
De 20 a 49	100%	6%	2%	-7%	6%	1%
De 50 a 99	100%	7%	-1%	-9%	2%	0%
<b>Total MPEs</b>	<b>100%</b>	<b>9%</b>	<b>4%</b>	<b>-2%</b>	<b>9%</b>	<b>4%</b>
De 100 a 249	100%	6%	-4%	-8%	-1%	0%
De 250 a 499	100%	6%	-7%	-11%	0%	1%
De 500 a 99	100%	8%	-7%	-11%	-3%	-2%
1.000 ou mais	100%	8%	-6%	-4%	-5%	-5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>8%</b>	<b>-2%</b>	<b>-5%</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>

A evolução do número de estabelecimentos, por porte do estabelecimento no Brasil, pode ser vista na Tabela 3. Segundo os dados, em 1986 havia 1.151.151 estabelecimentos de pequeno porte (0-99 empregados) no país, os quais foram se multiplicando continuamente, sem apresentar quedas, chegando a 1.938.255 estabelecimentos em 1997. Por outro lado, as empresas de médio e grande porte (100 ou mais empregados) passaram de 30.521 estabelecimentos em 1986 para 30.021 em 1997, sem apresentar oscilações relevantes neste intervalo de tempo, o que demonstra a estabilidade e rigidez desse segmento no que tange aumento/queda do número de estabelecimentos entre 1986 e 1997. De uma maneira geral, a participação do total de MPEs no número de estabelecimentos manteve-se praticamente a mesma, passando de 97% em 1986 para 98% em 1989, participação esta que se manteve até o ano de 1997.

Tomando-se como base o ano de 1986, observa-se que as MPEs, em geral, apresentaram um crescimento de 68% no número de estabelecimentos até 1997, com destaque àquelas com 0 empregados (denominados com “por conta própria”), as quais apresentaram elevação de 100% no número de estabelecimentos e aquelas com 1-4 empregados, cujo crescimento neste período foi de 78%. A menor taxa de crescimento, dentro do segmento das MPEs, ocorreu nas empresas com 20-49 e 50-99 empregados, as

quais elevaram em 19% e 7%, respectivamente, seu número de estabelecimentos entre 1986 e 1997.

Em relação às empresas de médio e grande porte, observa-se que somente aquelas com 100-249 empregados sofreram crescimento no número de estabelecimentos (1%) no período de 1986 a 1997. As empresas com 1.000 ou mais e 500-999 empregados reduziram o número de estabelecimentos em 18% e 6%, respectivamente, entre 1986 e 1997.

**Tabela 3**  
**Número de estabelecimentos, segundo o porte do estabelecimento**  
**Período de 1986 a 1997**

Porte do Estabelecimento	1986	%	1989	%	1990	%	1994	%	1996	%	1997	%
0 Empregados	118.639	10%	136.847	10%	149.929	10%	174.293	11%	232.288	13%	236.699	12%
De 1 a 4	644.145	55%	745.250	55%	801.991	56%	930.687	58%	1.062.143	58%	1.144.509	58%
De 5 a 9	179.933	15%	205.774	15%	214.594	15%	234.157	15%	262.746	14%	286.821	15%
De 10 a 19	106.789	9%	121.832	9%	123.502	9%	130.238	8%	142.303	8%	152.575	8%
De 20 a 49	74.445	6%	81.978	6%	79.926	6%	81.976	5%	85.945	5%	88.478	4%
De 50 a 99	27.200	2%	29.925	2%	28.189	2%	28.388	2%	28.776	2%	29.173	1%
<b>Total MPEs</b>	<b>1.151.151</b>	<b>97%</b>	<b>1.321.606</b>	<b>98%</b>	<b>1.398.131</b>	<b>98%</b>	<b>1.579.739</b>	<b>98%</b>	<b>1.814.201</b>	<b>98%</b>	<b>1.938.255</b>	<b>98%</b>
De 100 a 249	18.330	2%	19.958	1%	18.496	1%	18.647	1%	18.609	1%	18.565	1%
De 250 a 499	6.863	1%	7.444	1%	6.740	0%	6.701	0%	6.668	0%	6.689	0%
De 500 a 99	3.183	0%	3.583	0%	3.200	0%	3.171	0%	3.048	0%	3.006	0%
1.000 ou mais	2.145	0%	2.375	0%	2.118	0%	2.011	0%	1.862	0%	1.761	0%
<b>Total</b>	<b>1.181.672</b>	<b>100%</b>	<b>1.354.966</b>	<b>100%</b>	<b>1.428.685</b>	<b>100%</b>	<b>1.610.269</b>	<b>100%</b>	<b>1.844.388</b>	<b>100%</b>	<b>1.968.276</b>	<b>100%</b>

A análise das taxas de crescimento entre os anos do intervalo (Tabela 4), torna-se importante para que se avalie os resultados dos principais planos econômicos para o país, no que tange a criação/mortalidade dos estabelecimentos, principalmente para o segmento das MPEs. Desta forma, verifica-se que entre 1986 e 1989, todos os estratos de pessoal empregado mostraram elevação no número de estabelecimentos, com destaque para as empresas com zero e 1-4 empregados, cujo crescimento foi de 15% e 16%, respectivamente, neste período.

Entre 1989 e 1990, diversos portes de empresa apresentaram queda no número de estabelecimentos, principalmente aqueles de médio e grande porte. De um modo geral, as

<sup>1</sup> A taxa de crescimento é calculada tomando-se como base o período anterior.

MPEs elevaram o número de estabelecimentos em 6%, tendo como principais estratos o de trabalhadores por conta própria e com 1-4 empregados, com crescimento de 10% e 8%. As principais quedas se deram nas empresas com 500-999 e 1.000 ou mais empregados, as quais sofreram redução de 11% (cada) no número de estabelecimentos entre 1989 e 1990. Vale ressaltar o fato de Ter ocorrido muita discrepância entre aumento/queda do número de estabelecimentos entre os diversos portes de empresa, ou seja, alguns elevaram muito o número de estabelecimentos, enquanto outros apresentaram redução intensa.

Em 1994 pode-se observar que o número de estabelecimentos das MPEs, em média, elevou-se em 13%, e que nenhum estrato deste segmento apresentou redução no número de estabelecimentos. Em relação às empresas de maior porte, verifica-se que apenas aquelas com 100-249 empregados aumentaram o número de estabelecimentos (1%) em relação a 1990, e os demais estratos incorreram em redução dos estabelecimentos, em média de 1,5%; redução esta muito menor do que a observada no intervalo de 1989/1990, onde a média foi de -9,5%. A maior queda se deu nas empresas com 1.000 ou mais empregados, e foi de -5%; em valores absolutos, este estrato de empresa fechou 257 estabelecimentos a mais do que abriu entre 1989 e 1990 e 107 entre 1990 e 1994.

Os resultados de curto prazo do Plano Real podem ser vistos ao se analisar o crescimento do número de estabelecimentos entre 1994 e 1996: neste caso, as MPEs elevaram em 15% o número de estabelecimentos, valor este superior ao do período anterior, que fora de 4 anos (1990/1994). Assim como ocorrido na análise dos intervalos anteriores, observou-se que as empresas com zero e 1-4 empregados foram aquelas com maiores taxas de crescimento (33% e 14% respectivamente).entre 1994 e 1996. Destacou-se, também, o estrato de 5-9 empregados, cujo crescimento do número de estabelecimentos atingiu o patamar de 12%. Em contrapartida, as empresas de grande porte (500-999 e 1.000 ou mais empregados) apresentaram redução ainda maior no número de estabelecimentos em relação ao período anterior, a qual foi de -4% e -7%, respectivamente, para estes estratos.

No período de 1996/1997 o crescimento no número de estabelecimentos das MPEs foi, em média, de 7%, sendo que as empresas que mais elevaram seu número de estabelecimentos foram aquelas com 5-9 empregados (9%), 1-4 (8%) e 10-19 empregados (7%). Neste ano, os empregados por conta própria aumentaram em apenas 2% o número de estabelecimentos, valor muito abaixo daqueles apresentados por este estrato nos demais

períodos anteriormente analisados. Em relação às empresas de médio e grande porte, pode-se dizer que, com exceção daquelas com 1.000 ou mais empregados que apresentou queda de 5% no número de estabelecimentos, as demais não apresentaram grandes oscilações, praticamente mantendo o mesmo número de estabelecimentos em 1997.

**Tabela 4**

**Taxa de crescimento<sup>2</sup> do número de estabelecimentos, dado o porte da empresa**

Porte do Estabelecimento	1986	1989	1990	1994	1996	1997
0 Empregados	100%	15%	10%	16%	33%	2%
De 1 a 4	100%	16%	8%	16%	14%	8%
De 5 a 9	100%	14%	4%	9%	12%	9%
De 10 a 19	100%	14%	1%	5%	9%	7%
De 20 a 49	100%	10%	-3%	3%	5%	3%
De 50 a 99	100%	10%	-6%	1%	1%	1%
<b>Total MPEs</b>	<b>100%</b>	<b>15%</b>	<b>6%</b>	<b>13%</b>	<b>15%</b>	<b>7%</b>
De 100 a 249	100%	9%	-7%	1%	0%	0%
De 250 a 499	100%	8%	-9%	-1%	0%	0%
De 500 a 99	100%	13%	-11%	-1%	-4%	-1%
1.000 ou mais	100%	11%	-11%	-5%	-7%	-5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>15%</b>	<b>5%</b>	<b>13%</b>	<b>15%</b>	<b>7%</b>

### 2.1.3. A Evolução das MPEs nos Principais Setores

Este item trata de analisar o desempenho das micro e pequenas empresas do Brasil durante a década de oitenta e noventa, considerado-se o número de empregos formais e estabelecimentos criados por este segmento nos principais setores da economia, quais sejam, a Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, durante este período.

Dessa forma, a análise dos dados da Tabela 5 objetiva demonstrar a participação dos grandes setores no emprego formal das MPEs, e a sua evolução entre os anos de 1986 e 1997. Com isso, observa-se que em 1986 o emprego formal dos pequenos estabelecimentos dividia-se em 39% nos Serviços, 27% no comércio, 26% na Indústria e 6% na Construção Civil. Em 1989 a oscilação mais relevante na participação dos setores foi a queda de

<sup>2</sup> A taxa de crescimento é calculada tomando-se como base o período anterior.

importância dos Serviços, setor este que passou a representar 35% do total de empregados formais das MPEs neste ano. Em 1990 Comércio e Serviços perderam importância, passando a responder por 25% e 34%, respectivamente, do total de empregos formais do segmento das empresas de pequeno porte.

Em 1994 a participação dos grandes setores nas MPEs havia mudado novamente: a Indústria passou a contribuir com 23% do total de empregos formais dos pequenos estabelecimentos, Construção Civil (9%), Comércio (27%) e Serviços (28%). Para o ano de 1996 a alteração mais importante se deu no setor Serviços, o qual ganhou maior participação e tornou-se responsável por 32% dos postos de trabalho das MPEs. No ano de 1997 a participação dos setores permaneceu praticamente a mesma de 1996, com destaque para Comércio e Serviços, que obtiveram um pequeno ganho (1%) de participação, passando a responder por 28% e 33%, respectivamente, do total de empregos formais das MPEs.

**Tabela 5**  
**Número de empregos formais, segundo os principais setores**  
**Período de 1986 a 1997**

Principais Setores	1986	%	1989	%	1990	%	1994	%	1996	%	1997	%
Industria	3.103.883	26%	3.241.057	25%	3.427.975	25%	3.107.743	23%	3.229.542	22%	3.431.931	22%
Constr Civil	711.219	6%	967.346	7%	982.771	7%	1.237.591	9%	1.340.751	9%	1.367.277	9%
Comercio	3.176.281	27%	3.412.018	26%	3.526.091	25%	3.652.205	27%	4.052.927	27%	4.336.351	28%
Servicos	4.658.272	39%	4.620.083	35%	4.650.870	34%	3.908.358	28%	4.805.838	32%	5.080.621	33%
Agropecuaria	198.369	2%	304.471	2%	337.559	2%	1.140.012	8%	1.335.705	9%	1.316.272	8%
Outr/Ign	54.602	0%	525.689	4%	945.024	7%	714.405	5%	108.993	1%	34.645	0%
<b>Total</b>	<b>11.902.626</b>	<b>100%</b>	<b>13.070.664</b>	<b>100%</b>	<b>13.870.290</b>	<b>100%</b>	<b>13.760.314</b>	<b>100%</b>	<b>14.873.756</b>	<b>100%</b>	<b>15.567.097</b>	<b>100%</b>

Os dados da Tabela 6 demonstram as taxas de crescimento do emprego formal nas MPEs, segundo os grandes setores, para o período de 1986 a 1997. É importante ressaltar que as taxas são de um ano em relação ao período anterior, já que os dados apresentados não estão em uma cronologia perfeita, ou seja, deve-se levar em consideração o intervalo

considerado (quantidade de anos) para se avaliar o crescimento do emprego formal nos principais setores.

Com isso, verifica-se que entre 1986/1989 a Indústria apresentou crescimento de 4% na quantidade dos seus empregados, na Construção Civil o aumento foi de 36% e no Comércio de 7%. O setor Serviços apresentou queda de 1% no número de empregos, o que em valor absoluto correspondeu a uma perda de 38.189 postos de trabalho neste período.

Entre 1989 e 1990 todos os setores apresentaram elevação no número de empregados formais; na Indústria o crescimento foi de 6%, Construção Civil (2%), Comércio (3%) e Serviços (1%). Estas taxas de crescimento corresponderam a 347.203 novos postos de trabalho gerados neste período. O intervalo posterior, que engloba o período de 1990/1994, compreendeu o Plano Collor I e II e o início do Plano Real, correspondendo a anos de recessão econômica e de altos índices de inflação. Dessa forma, verificou-se que neste intervalo de tempo a Construção Civil e o Comércio foram os únicos setores a elevar o número de postos de trabalho, incorrendo em aumento de 26% e 4%, respectivamente, no número de empregos formais. Por outro lado, o setor Serviços e a Indústria apresentaram queda de 16% e 9%, respectivamente, no número de empregados, o que em valores absolutos correspondeu a uma perda de 742.512 e 320.232 postos de trabalho.

O período que compreende os anos de 1994 e 1996 mostra alguns reflexos iniciais do Plano Real nas MPEs. Observa-se que neste intervalo o número de empregos formais dos principais setores se elevou: nos Serviços tal crescimento foi de 23%, Comércio (11%), Construção Civil (8%) e na Indústria, o número de trabalhadores cresceu em 4%. Novas taxas de crescimento do número de empregados foram verificadas entre 1996 e 1997. Neste período, a Indústria parece ter retomado seu crescimento, apresentando uma taxa de crescimento de 6%. Os setores Comércio, Serviços e Construção Civil apresentaram crescimento de 7%, 6% e 2%, respectivamente, no total de empregados formais das MPEs neste período.

**Tabela 6****Taxa de crescimento do número de empregos formais, segundo os principais setores**

Principais Setores	1986	1989	1990	1994	1996	1997
Industria	100%	4%	6%	-9%	4%	6%
Constr Civil	100%	36%	2%	26%	8%	2%
Comercio	100%	7%	3%	4%	11%	7%
Servicos	100%	-1%	1%	-16%	23%	6%
Agropecuaria	100%	53%	11%	238%	17%	-1%
Outr/Ign	100%	863%	80%	-24%	-85%	-68%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>10%</b>	<b>6%</b>	<b>-1%</b>	<b>8%</b>	<b>5%</b>

Com a Tabela 7 pode-se analisar a variação do número de estabelecimentos de pequeno porte entre 1986 e 1997, e as eventuais mudanças na importância de cada setor que possam ter ocorrido neste período. Sendo assim, em 1986 dos 1.134.169 estabelecimentos de MPEs existentes no Brasil, 47% situavam-se em Serviços, 36% no Comércio, 14% na Indústria e 2% na Construção Civil. Em 1989 o setor da Construção Civil elevou sua participação para 4% do total de estabelecimentos de pequeno porte; em contrapartida, as participações de Comércio e Serviços se reduziram para 34% e 42%, respectivamente, no que tange o número de estabelecimentos. No ano seguinte, ocorreu nove queda de participação de Serviços, setor este que passou a responder por 40% do total de estabelecimentos das MPEs em 1990.

De 1990 a 1994 houve uma queda, em valor absoluto, no número de estabelecimentos da Indústria e dos Serviços. Estes setores passaram de 191.523 e 550.783 estabelecimentos em 1990 para 191.166 e 483.738 estabelecimentos em 1994, o que representava uma participação de 12%(Indústria) e 31%(Serviços) do total de plantas das MPEs em 1994. Neste mesmo período o Comércio elevou sua participação para 35% dos estabelecimentos e a Construção Civil para 5%.

Nos anos de 1996 e 1997 as participações dos setores no total de estabelecimentos das MPEs eram praticamente as mesmas: Indústria (12%), Construção Civil (4%), Comércio (36%) e Serviços (34%).

**Tabela 7****Número de estabelecimentos, segundo os principais setores****Período de 1986 a 1997**

<b>Principais Setores</b>	<b>1986</b>	<b>%</b>	<b>1989</b>	<b>%</b>	<b>1990</b>	<b>%</b>	<b>1994</b>	<b>%</b>	<b>1996</b>	<b>%</b>	<b>1997</b>	<b>%</b>
Industria	159.452	14%	179.249	14%	191.523	14%	191.166	12%	214.943	12%	228.347	12%
Constr Civil	17.922	2%	49.382	4%	47.721	3%	71.502	5%	78.857	4%	84.814	4%
Comercio	409.256	36%	445.504	34%	463.464	34%	548.608	35%	645.496	36%	700.906	36%
Servicos	535.301	47%	542.657	42%	550.783	40%	483.738	31%	615.294	34%	668.746	35%
Agropecuaria	8.469	1%	24.311	2%	26.472	2%	184.175	12%	220.087	12%	228.705	12%
Outr/Ign	3.769	0%	62.119	5%	101.587	7%	85.230	5%	22.319	1%	9.151	0%
Total	1.134.169	100%	1.303.222	100%	1.381.550	100%	1.564.419	100%	1.796.996	100%	1.920.669	100%

Com a Tabela 8 fica mais evidente as taxas de crescimento do número de estabelecimentos de um ano em relação ao período anterior ocorrido nos principais setores da economia. Dessa forma, observa-se que entre 1986 e 1989 a Construção Civil deu um grande salto no número de estabelecimentos, crescendo 176%. A Indústria elevou em 12% o número de estabelecimentos no mesmo período, enquanto que a taxa de crescimento do Comércio ficou em 9% e dos Serviços em 1%. Entre 1989/1990 destacou-se a Indústria com elevação de 7% no número dos seus estabelecimentos, enquanto a Construção Civil reduziu em 3% a quantidade de seus estabelecimentos, o que em valor absoluto representava 1.661 plantas. Comércio e Serviços apresentaram nova elevação no número de estabelecimentos neste período, no valor de 4% e 1% respectivamente.

No período compreendido entre 1990 e 1994 houve grandes oscilações no número de estabelecimentos de quase todos os principais setores, sendo a Indústria a única que praticamente manteve a mesma quantidade de estabelecimentos neste intervalo. A Construção Civil e o Comércio apresentaram taxas de crescimento de 50% e 18%, respectivamente, no número de estabelecimentos neste período, enquanto, por outro lado, o setor Serviços incorreu em queda de 12% no total de seus estabelecimentos.

O período de 1994/1996 foi de recuperação para os principais setores da economia brasileira no segmento das MPes, sendo que neste intervalo, todos os principais setores apresentaram aumento no número de estabelecimentos: Indústria (12%), Construção Civil (10%), Comércio (18%) e Serviços (27%). De 1996 a 1997 observou-se novo crescimento

no número de estabelecimentos dos setores; a Indústria elevou a quantidade de plantas em 6%, Construção Civil (8%), Comércio e Serviços em 9% cada.

**Tabela 8**

**Taxa de crescimento do número de estabelecimentos, segundo os principais setores**

Principais Setores	1986	1989	1990	1994	1996	1997
Indústria	100%	12%	7%	0%	12%	6%
Constr Civil	100%	176%	-3%	50%	10%	8%
Comercio	100%	9%	4%	18%	18%	9%
Servicos	100%	1%	1%	-12%	27%	9%
Agropecuaria	100%	187%	9%	596%	19%	4%
Outr/Ign	100%	1548%	64%	-16%	-74%	-59%
Total	100%	15%	6%	13%	15%	7%

## 2.2. Visão Geral das MPEs em 1997

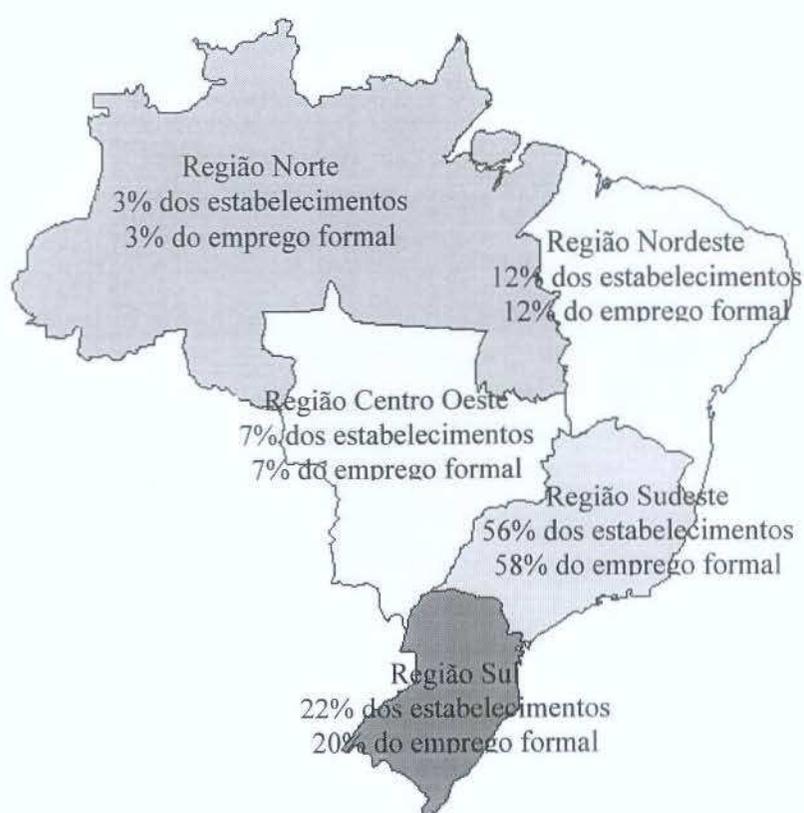
Este item tem como objetivo traçar um perfil bastante geral das micro e pequenas empresas brasileiras para um período mais recente, assim como contrastar a importância deste segmento em relação às empresas de médio e grande porte. Dessa forma, foram utilizados dados da RAIS 1997, os quais referem-se à quantidade de empregos formais gerados e ao número de estabelecimentos tanto das MPEs quanto das empresas de maior porte. Dessa forma, a análise levará em consideração, sob um aspecto geral, a distribuição do emprego formal e dos estabelecimentos segundo o porte da empresa para as regiões do país e para os principais setores da economia. Ademais, far-se-á uma avaliação da qualidade dos empregos formais gerados pelos estabelecimentos, considerando-se o porte dos mesmos e o grau de instrução/rendimento médio mensal dos trabalhadores.

### 2.2.1. Quanto ao Número de Empregados e Estabelecimentos

A Figura 1 traz de maneira simplificada a distribuição do número de empregos formais e de estabelecimentos existentes nas micro e pequenas empresas brasileiras no ano de 1997, distribuídos entre as cinco regiões brasileiras.

**Figura 1**

#### **Distribuição dos empregos e estabelecimentos das MPEs no Brasil em 1997**



A Tabela 9 traz o número de empregados formais, em 1997, segundo as regiões do Brasil e o porte das empresas. Nesse ano, havia 34.680.353 pessoas empregadas formalmente no Brasil, as quais estavam distribuídas em 17.359.890 (50%) nas MPEs, 7.498.779 (22%) nas empresas de médio porte e 9.821.684 (28%) nas grandes empresas. Tais dados reforçam a importância das MPEs em relação à geração de empregos, e em consequência, na estrutura produtiva do Brasil, salientando ainda mais seu papel social de absorver desempregados e de criar novos empregos mesmo em momentos de crise.

Em relação às regiões brasileira, observa-se que no Norte do país, em 1997, havia 1.258.887 pessoas empregadas, das quais 536.748 (43%) estavam no segmento das MPes. No Nordeste, as MPes eram responsáveis por 42% do total de empregos formais da região, ou seja, por 5.247.521 empregados; no Sudeste o segmento empregava 51% dos trabalhadores formais da região, o que significava 19.592.687 empregos. Na região Sul é onde se observa a maior participação das MPes (55%) em relação ao total de empregados da região; e no Centro-Oeste, o segmento das MPes empregava 48% do total de 2.398.247 empregados da região.

Em geral, os portes de empresa mais importantes em 1997, dentro do segmento das MPes, eram aqueles com 20-49 e 1-4 empregados, responsáveis, em geral, por 12% e 10%, respectivamente, do total de empregos gerados no país. Esta participação se mantinha na região Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, onde os estabelecimentos com 20-49 empregados contribuíam com 12%, 12% e 10%, respectivamente, do total de empregos formais gerados em cada região. Os estabelecimentos com 1-4 empregados participavam com 10% (Sudeste), 12% (Sul) e 10% (Centro-Oeste) no total de empregos de cada região em 1997.

Na região Norte destacavam-se os estabelecimentos com 20-49, 50-99 e 10-19 empregados, com uma participação de 11%, 9% e 8%, respectivamente, do total de empregos gerados na região. No Nordeste os estabelecimentos com 20-49 empregados respondiam por 10% do emprego total da região, em seguida apareciam as empresas com 1-4, 10-19 e 50-99 empregados, com uma importância praticamente igual de 8% em cada estrato.

Concentrando-se a análise apenas ao número de empregos formais criados pelas micro e pequenas empresas, observa-se que o total de MPes da região Sudeste era responsável por 58% do total de empregos gerados pelo segmento em 1997. A região Sul respondia por 20% do total, seguida pelo Nordeste (13%), Centro-Oeste (7%) e Norte, com apenas 3% do total de empregados das MPes em 1997.

Dentre os principais estratos de empresa analisados anteriormente, tem-se que os estabelecimentos com 20-49 empregados (geradores de 4.084.789 empregos em 1997), tinham 58% do total de seus empregados na região Sudeste, 19% no Sul, 13% no Nordeste, 6% no Centro-Oeste e 3% no Norte. O estrato de 1-4 empregados concentrava 57% do total

de seus empregos formais no Sudeste, 12% no Sul, 10% no Centro-Oeste, 8% no Nordeste e 7% no Norte. Em geral, em qualquer estrato de empresa, pode-se observar a superioridade da região Sudeste, seguida pela região Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país.

Com esses dados torna-se possível avaliar a importância do segmento das MPEs na estrutura produtiva do Brasil, principalmente no que tange a criação de novos postos de trabalho e absorção de mão-de-obra desempregada, especialmente em períodos de crise e incerteza.

No ano de 1997 havia 1.968.276 estabelecimentos em todo o Brasil (Tabela 10), dos quais 1.938.255 (98,5%) eram de micro e pequenas empresas, o que demonstra, parcialmente, a importância deste segmento. Analisando-se apenas as MPEs por porte de pessoal ocupado, observa-se que aquelas com 1-4 empregados eram responsáveis por 58,1% do total de estabelecimentos do país, seguidas pelas empresas com 5-9 empregados (14,6%) e por aquelas com nenhum empregado (trabalhadores por conta própria) as quais respondiam por 12% do total de estabelecimentos do país em 1997.

No que tange as regiões brasileiras, constata-se que a importância das MPEs em relação ao número de estabelecimentos era praticamente a mesma: no Norte, as MPEs eram responsáveis por 97% do total de estabelecimentos da região, no Nordeste por 98%, Sudeste, Sul e Centro-Oeste por 99% do total de estabelecimentos de cada região.

Analisando-se o segmento das MPEs em relação ao total de estabelecimentos por região, observa-se que na região Norte do país os estratos com maior importância no número de estabelecimentos eram os de 1-4 e 5-9 empregados e os trabalhadores por conta própria, com 53%, 17% e 10% do total de estabelecimentos da região. No Nordeste tal importância mantinha-se praticamente a mesma, os estabelecimentos com 1-4, 5-9 e zero empregados eram responsáveis por 57%, 16% e 10%, respectivamente, do total de estabelecimentos da região em 1997. No Sudeste, estes estratos de empresa possuíam 58%, 15% e 12% do total dos estabelecimentos da região. No Sul do país tem-se a maior concentração dos estabelecimentos nas empresas com 1-4 empregados (60%), seguida pelos estratos de 5-9 e zero empregados, participação de 13% cada no total de estabelecimentos da região. No Centro-Oeste os mesmos estratos detinham 59%, 14% e 13%, respectivamente, do total de estabelecimentos da região.

Com esse dados, também é possível analisar a importância das MPEs em cada região, tomando-se como base o total de micro e pequenas empresas no país no ano de 1997. Com isso, fica clara a supremacia da região Sudeste em relação ao número de estabelecimentos de MPEs; tal região era responsável por 56% do total de MPEs do Brasil em 1997. Em seguida, aparece a região Sul com 22% das MPEs, o Nordeste com 12%, Centro-Oeste com 7% e a região Norte responsável por 3% do total de MPEs brasileiras em 1997.

Dentre os três estratos de pessoal ocupado mais importantes (1-4, 5-9 e nenhum empregado), verifica-se que esta proporção entre as regiões se mantém: o segmento de 1-4 empregados (1.144.509 estabelecimentos em 1997) concentra 56% do total de seus estabelecimentos na região Sudeste, 22% no Sul, 12% no Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 2% no Norte do país. As empresas com 5-9 empregados (286.821 estabelecimentos) distribuía seus estabelecimentos da seguinte forma: 57% no Sudeste, 20% no Sul, 13% no Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 3% no Norte. Da mesma forma, os estabelecimentos com nenhum empregado (trabalhadores por conta própria) concentravam-se em 56% no Sudeste, 24% no Sul, 10% no Nordeste, 8% Centro-Oeste e 2% no Norte.

Dessa forma, tem-se um panorama de como estavam distribuídos os estabelecimentos Brasil em 1997, considerando-se os estratos de pessoal ocupado (ou porte da empresa) e as regiões brasileiras. Com isso, torna-se mais claro onde e quais segmentos das MPEs eram (e são) os mais importantes no país.

Tabela 9

## Número de empregados formais segundo o porte da empresa e a região do país

Porte do Estabelecimento	NORTE	%	% Total	NORDESTE	%	% Total	SUDESTE	%	% Total	S	UL	%	% Total	CENTRO-OESTE	%	% Total	Out/Ign	Total	%
0 Empregados	25.240	2%	3%	100.234	2%	11%	528.039	3%	57%		201.517	3%	22%	70.824	3%	8%	503	926.357	3%
De 1 a 4	84.987	7%	3%	394.552	8%	12%	1.900.966	10%	57%		717.803	12%	21%	247.461	10%	7%	2.513	3.348.282	10%
De 5 a 9	79.378	6%	3%	346.232	7%	12%	1.630.453	8%	58%		553.256	9%	20%	196.353	8%	7%	838	2.806.510	8%
De 10 a 19	96.941	8%	3%	401.240	8%	13%	1.803.016	9%	58%		591.867	10%	19%	213.474	9%	7%	467	3.107.005	9%
De 20 a 49	136.173	11%	3%	548.555	10%	13%	2.385.752	12%	58%		764.147	12%	19%	249.940	10%	6%	222	4.084.789	12%
De 50 a 99	114.029	9%	4%	417.949	8%	14%	1.819.916	9%	59%		563.053	9%	18%	171.574	7%	6%	426	3.086.947	9%
<b>Total MPEs</b>	<b>536.748</b>	<b>43%</b>	<b>3%</b>	<b>2.208.762</b>	<b>42%</b>	<b>13%</b>	<b>10.068.142</b>	<b>51%</b>	<b>58%</b>		<b>3.391.643</b>	<b>55%</b>	<b>20%</b>	<b>1.149.626</b>	<b>48%</b>	<b>7%</b>	<b>4969</b>	<b>17.359.890</b>	<b>50%</b>
De 100 a 249	160.724	13%	4%	632.890	12%	15%	2.439.176	12%	58%		750.769	12%	18%	239.882	10%	6%	103	4.223.544	12%
De 250 a 499	129.460	10%	4%	541.617	10%	17%	1.829.961	9%	56%		577.414	9%	18%	196.783	8%	6%	0	3.275.235	9%
<b>Total Médias</b>	<b>290.184</b>	<b>23%</b>	<b>4%</b>	<b>1.174.507</b>	<b>22%</b>	<b>16%</b>	<b>4.269.137</b>	<b>22%</b>	<b>57%</b>		<b>1.328.183</b>	<b>21%</b>	<b>18%</b>	<b>436.665</b>	<b>18%</b>	<b>6%</b>	<b>103</b>	<b>7.498.779</b>	<b>22%</b>
De 500 a 999	125.952	10%	5%	474.619	9%	17%	1.522.743	8%	55%		465.260	8%	17%	175.703	7%	6%	0	2.764.277	8%
1000 ou mais	306.003	24%	4%	1.389.633	26%	20%	3.732.665	19%	53%		992.853	16%	14%	636.253	27%	9%	0	7.057.407	20%
<b>Total GEs</b>	<b>431.955</b>	<b>34%</b>	<b>4%</b>	<b>1.864.252</b>	<b>36%</b>	<b>19%</b>	<b>5.255.408</b>	<b>27%</b>	<b>54%</b>		<b>1.458.113</b>	<b>24%</b>	<b>15%</b>	<b>811.956</b>	<b>34%</b>	<b>8%</b>	<b>0</b>	<b>9.821.684</b>	<b>28%</b>
<b>Total</b>	<b>1.258.887</b>	<b>100%</b>	<b>4%</b>	<b>5.247.521</b>	<b>100%</b>	<b>15%</b>	<b>19.592.687</b>	<b>100%</b>	<b>56%</b>		<b>6.177.939</b>	<b>100%</b>	<b>18%</b>	<b>2.398.247</b>	<b>100%</b>	<b>7%</b>	<b>5.072</b>	<b>34.680.353</b>	<b>100%</b>

Tabela 10

## Número de estabelecimentos segundo o porte da empresa e a região do país

Porte do Estabelecimento	NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE			Out/Ign	Total	%
		%	% Total		%	% Total		%	% Total		%	% Total		%	% Total			
0 Empregados	5.127	10%	2%	23.403	10%	10%	133.672	12%	56%	56.091	13%	24%	18.253	13%	8%	153	236.699	12%
De 1 a 4	26.777	53%	2%	134.358	57%	12%	640.113	58%	56%	257.041	60%	22%	84.868	59%	7%	1.352	1.144.509	58%
De 5 a 9	8.332	17%	3%	36.919	16%	13%	164.655	15%	57%	56.680	13%	20%	20.126	14%	7%	109	286.821	15%
De 10 a 19	4.785	9%	3%	20.468	9%	13%	87.510	8%	57%	29.415	7%	19%	10.368	7%	7%	29	152.575	8%
De 20 a 49	3.032	6%	3%	12.419	5%	14%	50.749	5%	57%	16.738	4%	19%	5.533	4%	6%	7	88.478	4%
De 50 a 99	1.099	2%	4%	4.141	2%	14%	16.864	2%	58%	5.392	1%	18%	1.672	1%	6%	5	29.173	1%
<b>Total MPes4</b>	<b>9.152</b>	<b>97%</b>	<b>3%</b>	<b>231.708</b>	<b>98%</b>	<b>12%</b>	<b>1.093.563</b>	<b>99%</b>	<b>56%</b>	<b>421.357</b>	<b>99%</b>	<b>22%</b>	<b>140.820</b>	<b>99%</b>	<b>7%</b>	<b>1655</b>	<b>1.938.255</b>	<b>98%</b>
De 100 a 249	761	2%	4%	2.937	1%	16%	10.481	1%	56%	3.300	1%	18%	1.085	1%	6%	1	18.565	1%
De 250 a 499	300	1%	4%	1.216	1%	18%	3.578	0%	53%	1.189	0%	18%	406	0%	6%	0	6.689	0%
<b>Total Médias</b>	<b>1061</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>4.153</b>	<b>2%</b>	<b>16%</b>	<b>14.059</b>	<b>1%</b>	<b>56%</b>	<b>4.489</b>	<b>1%</b>	<b>18%</b>	<b>1.491</b>	<b>1%</b>	<b>6%</b>	<b>1</b>	<b>25.254</b>	<b>1%</b>
De 500 a 999	152	0%	5%	564	0%	19%	1.595	0%	53%	498	0%	17%	197	0%	7%	0	3.006	0%
1000 ou mais	69	0%	4%	370	0%	21%	908	0%	52%	283	0%	16%	131	0%	7%	0	1.761	0%
<b>Total GEs</b>	<b>221</b>	<b>0%</b>	<b>5%</b>	<b>934</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>2.503</b>	<b>0%</b>	<b>53%</b>	<b>781</b>	<b>0%</b>	<b>16%</b>	<b>328</b>	<b>0%</b>	<b>7%</b>	<b>0</b>	<b>4.767</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>	<b>50.434</b>	<b>100%</b>	<b>3%</b>	<b>236.795</b>	<b>100%</b>	<b>2%</b>	<b>1.110.125</b>	<b>100%</b>	<b>56%</b>	<b>426.627</b>	<b>100%</b>	<b>22%</b>	<b>142.639</b>	<b>100%</b>	<b>7%</b>	<b>1.656</b>	<b>1.968.276</b>	<b>100%</b>

## 2.2.2. Análise dos Empregos e Estabelecimentos nos Principais Setores

Com a Tabela 11 tem-se o número de empregos formais gerados por cada setor na economia brasileira em 1997, considerando-se também, o porte do estabelecimento. As MPEs apresentavam grande diferença de participação no número de empregados dados os diferentes setores. Na Indústria as empresas de pequeno porte representavam 45% da mão-de-obra empregada (3.431.931 empregados), com destaque para os estabelecimentos com 20-49 e 50-99 empregados, responsáveis por 13% e 11%, respectivamente, dos postos de trabalho deste setor em todo o país em 1997. Dentre os estabelecimentos de maior porte, aqueles com 100-249 e 1.000 ou mais empregados respondiam por 16% e 15% dos empregos formais do país na Indústria.

Na Construção Civil, as MPEs possuíam uma participação de 57% do total de postos de trabalho gerados pelo setor em 1997. Novamente, os estabelecimentos com 20-49 e 50-99 empregados eram aqueles com maior importância nas MPEs, sendo responsáveis por 16% e 13% do total de empregados. Em relação aos estabelecimentos de médio e grande porte (MGEs), os segmentos com 100-249 e 250-499 empregados detinham 17% e 12% dos empregos formais do setor em 1997. O Comércio era o setor onde as MPEs apresentavam sua maior participação em relação ao número de empregos formais: neste caso, o segmento dos estabelecimentos de pequeno porte representava 77% do total de postos de trabalho gerados pelo setor em 1997. As maiores participações em relação ao número de empregos estavam nos estabelecimentos com 1-4 empregados (22%), 5-9 e 10-19 empregados (17% cada) e 20-49 empregados (16%). A participação mais relevante nas MGEs situava-se no segmento com 100-249 empregados, responsável por 9% dos empregos formais do setor em 1997.

Por outro lado, nos Serviços as MPEs apresentavam sua menor participação na geração de empregos formais em relação ao total de empregados do setor em 1997. Dos 17.118.157 postos de trabalho existentes neste setor em 1997, apenas 5.080.621 (30%) eram originados nas micro e pequenas empresas. As faixas mais importantes nas MPEs eram aquelas com 20-49 e 50-99 empregados, detentoras de 9% e 8%, respectivamente, do total de empregos formais gerados em Serviços. Nos estabelecimentos de médio e grande porte, destacavam-se as faixas de 1.000 ou mais e 100-249 empregados, geradoras de 32% e 11% do emprego neste setor em 1997.

Com esses dados, pode-se dizer que o Comércio, em geral por não apresentar barreiras à entrada de novos negócios, torna-se, em momentos de crise e de desemprego, uma alternativa para as pessoas desempregadas, seja como uma nova oportunidade de emprego, seja pela possibilidade de se começar um “negócio próprio”. Por isso, este setor apresenta uma alta concentração de micro e pequenos estabelecimentos.

**Tabela 11**

**Número de empregos formais segundo o porte da empresa e os principais setores**

Principais Setores / Porte do Estabelecimento	Industria	%	Constr Civil	%	Comercio	%	Serviços	%	Outr/Ign	Total
0 Empregados	188.042	2%	115.212	5%	264.565	5%	267.714	2%	2.458	926.357
De 1 a 4	386.388	5%	177.201	7%	1.227.651	22%	1.123.234	7%	14.794	3.348.282
De 5 a 9	444.616	6%	163.483	7%	979.992	17%	993.859	6%	6.356	2.806.510
De 10 a 19	622.177	8%	218.195	9%	962.679	17%	1.096.383	6%	5.110	3.107.005
De 20 a 49	964.225	13%	381.438	16%	901.464	16%	1.599.431	9%	3.561	4.084.789
De 50 a 99	826.483	11%	311.748	13%	503.288	9%	1.289.505	8%	2.366	3.086.947
<b>Total MPEs</b>	<b>3.431.931</b>	<b>45%</b>	<b>1.367.277</b>	<b>57%</b>	<b>4.336.351</b>	<b>77%</b>	<b>5.080.621</b>	<b>30%</b>	<b>34.645</b>	<b>15.567.097</b>
De 100 a 249	1.206.438	16%	419.470	17%	498.772	9%	1.937.363	11%	2.197	4.223.544
De 250 a 499	992.979	13%	286.295	12%	199.008	4%	1.653.893	10%	2.219	3.275.235
De 500 a 999	799.182	11%	175.078	7%	82.016	1%	1.595.294	9%	1.585	2.764.277
1000 ou mais	1.161.888	15%	164.333	7%	43.476	1%	5.561.481	32%	0	7.057.407
<b>Total</b>	<b>7.592.418</b>	<b>100%</b>	<b>2.412.453</b>	<b>100%</b>	<b>5.662.911</b>	<b>100%</b>	<b>17.118.157</b>	<b>100%</b>	<b>40.646</b>	<b>34.680.353</b>

Ao se analisar o número de estabelecimentos dentre os principais setores da economia (Tabela 12) no ano de 1997, observa-se que quase a totalidade deles estavam situados no segmento de empresas de pequeno porte. Sendo assim, na Indústria as MPEs detinham 96% do total de estabelecimentos em 1997, com destaque para as empresas com 1-4, 5-9 e 10-19 empregados, as quais possuíam 43%, 18% e 13%, respectivamente, do total de estabelecimentos deste setor. Em relação às empresas de maior porte, aquela com maior participação era a de 100-249 empregados, responsável por 2% do total de estabelecimentos.

Na Construção Civil a participação das MPEs era ainda maior; estas contavam com 98% do total de estabelecimentos do setor em 1997. Neste segmento, os principais portes

de empresa eram os com 1-4 e nenhum empregado, os quais contribuíam com 41% e 24%, respectivamente, do total de estabelecimentos em 1997. No setor Comércio, os micro e pequenos estabelecimentos somavam 99% do total das plantas existentes em 1997. Neste setor havia grande concentração dos estabelecimentos (61%) nas empresas com 1-4 empregados; os estabelecimentos com 5-9 e nenhum empregados, por sua vez, participavam com 15% e 13% do total de estabelecimentos. Em relação às MPEs, as empresas de maior porte não apresentavam um número de estabelecimentos relevante no Comércio em 1997; eram 700.906 MPEs contra 7.831 estabelecimentos de médio e grande porte.

No setor Serviços, dos 696.969 estabelecimentos em 1997, aproximadamente 96% (ou 668.746) deles eram de micro ou pequenas empresas. Mais uma vez, destacavam-se os segmentos de 1-4, 5-9 e nenhum empregado, responsáveis por 57%, 15% e 10% do total de estabelecimentos do setor em 1997. Dentre as MGEs, as faixas de empresa com maior destaque eram as de 100-249 e 250-499 empregados, com 8.900 e 3.645 estabelecimentos.

**Tabela 12**

**Número de estabelecimentos segundo o porte da empresa e os principais setores**

Principais Setores / Porte do Estabelecimento	Industria		Constr Civil		Comercio		Serviços		Outr/Ign	Total
		%		%		%		%		
0 Empregados	22.872	10%	20.917	24%	92.644	13%	68.327	10%	1.065	236.699
De 1 a 4	102.143	43%	35.724	41%	435.730	61%	400.590	57%	6.907	1.144.509
De 5 a 9	43.798	18%	11.835	14%	102.892	15%	107.333	15%	779	286.821
De 10 a 19	30.362	13%	7.989	9%	48.848	7%	56.352	8%	282	152.575
De 20 a 49	21.114	9%	6.058	7%	20.792	3%	36.144	5%	97	88.478
De 50 a 99	8.058	3%	2.291	3%	4.971	1%	12.615	2%	21	29.173
<b>Total MPEs</b>	<b>228.347</b>	<b>96%</b>	<b>84.814</b>	<b>98%</b>	<b>700.906</b>	<b>99%</b>	<b>668.746</b>	<b>96%</b>	<b>9.151</b>	<b>1.938.255</b>
De 100 a 249	5.335	2%	1.428	2%	2.343	0%	8.900	1%	15	18.565
De 250 a 499	2.023	1%	440	1%	411	0%	3.645	1%	6	6.689
De 500 a 999	849	0%	141	0%	86	0%	1.849	0%	2	3.006
1000 ou mais	429	0%	53	0%	20	0%	1.214	0%	0	1.761
<b>Total</b>	<b>236.983</b>	<b>100%</b>	<b>86.876</b>	<b>100%</b>	<b>708.737</b>	<b>100%</b>	<b>696.969</b>	<b>100%</b>	<b>9.174</b>	<b>1.968.276</b>

**2.2.3. Qualidade do Emprego Gerado nas MPEs**

A qualidade do emprego gerado, em qualquer porte de empresa, é de difícil avaliação, pois não existe nenhuma variável que mensure e qualifique o emprego. Por isso, para se fazer este tipo de avaliação, pode-se adotar diversos critérios, quais sejam, nível de remuneração média, estabilidade do emprego, condições do trabalho, acesso à previdência social, grau de instrução do empregado, entre outras. No caso desta pesquisa, optou-se por avaliar o grau de instrução do empregado, com o objetivo de conhecer os segmentos de empresas que empregam mais mão-de-obra com baixa qualificação, e o rendimento médio do trabalhador, a fim de se avaliar se a remuneração recebida é de fato compatível com a do mercado, se o trabalhador recebe de maneira condizente com sua função.

### **2.2.3.1. Quanto ao Grau de Instrução**

Segundo os dados da Tabela 13, a qual fornece o número de empregados segundo o porte das empresas e o grau de instrução do trabalhador, observou-se que em 1997 o número de empregados das MPEs correspondia a 50% do total de empregados do país. Dentre as faixas de grau de instrução, as MPEs destacavam-se no 2º grau incompleto, 8ª série completa, 8ª série incompleta e 4ª série completa, onde detinham, respectivamente, 60%, 56%, 55% e 54% do total de empregados de cada faixa. Por outro lado, as menores concentrações de empregados nas MPEs se davam nas faixas do 2º grau completo e superior completo, onde o segmento respondia por 46% e 26%, respectivamente, do total de empregos gerados em cada faixa de grau de instrução. Isso demonstra que mesmo empregando 50% da mão-de-obra formal do país em 1997, as MPEs concentravam seus empregos em “graus de instrução” mais baixos, ou seja, empregos menos qualificados, deixando a mão-de-obra com maior tempo de estudo (dita como mais qualificada) nas empresas de médio e grande porte, as quais empregavam 74% dos empregados com formação superior completa. Dentre as empresas de maior porte, destacavam-se os estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados, os quais empregavam 46% do total de trabalhadores com nível superior completo.

Tabela 13

Número de empregados formais no ano de 1997, segundo o porte da empresa e o grau de instrução

Faixa de Empregados / Grau de Instrução	Analfabeto %	4a Ser. Incomp. %	4a Ser. Compl. %	8a Ser. Incomp. %	8a Ser. Compl. %	7.º Gr. Incomp. %	7.º Gr. Compl. %	Sup. Incomp. %	Sup. Compl. %	Out/fgn	Total	%							
0 Empregados	25190	2%	97.919	3%	152.323	3%	170.108	3%	175.871	3%	89.804	3%	144.654	2%	38675	1%	3017	926.357	3%
De 1 a 4	94.313	9%	352.869	10%	525.157	10%	593.021	11%	690.037	12%	374.029	13%	552.197	9%	83.162	3%	18.917	3.348.282	10%
De 5 a 9	76.932	7%	271.394	8%	451.407	9%	510.812	9%	598.385	10%	287.226	10%	456.630	7%	81.649	3%	9.990	2.806.510	8%
De 10 a 19	82.353	8%	276.352	8%	472.974	9%	551.486	10%	637.899	11%	304.788	11%	548.238	9%	133.867	4%	7.564	3.107.005	9%
De 20 a 49	113.204	11%	406.328	11%	633.206	12%	723.024	13%	728.421	12%	362.364	13%	706.333	11%	264.158	8%	7544	4.084.789	12%
De 50 a 99	95.088	9%	335.327	9%	493.999	10%	537.388	10%	498.317	8%	262.521	9%	515.946	8%	239.228	7%	2905	3.086.947	9%
Total MPÊs	487.100	47%	1.740.189	48%	2.759.066	54%	3.085.839	55%	3.338.930	56%	1.680.732	60%	2.924.018	46%	840.739	26%	49.937	17.359.890	50%
De 100 a 249	122.455	12%	505.278	14%	673.886	13%	737.334	13%	635.360	11%	337.264	12%	718.101	11%	350.692	11%	2988	4.223.544	12%
De 250 a 499	86.610	8%	411.872	11%	559.148	11%	546.215	10%	478.190	8%	237.686	8%	567.600	9%	284.097	9%	2271	3.275.235	9%
De 500 a 999	80.998	8%	342.730	10%	448.578	9%	441.539	8%	405.507	7%	195.348	7%	490.758	8%	271.982	8%	1336	2.764.277	8%
1000 ou mais	254.424	25%	591.005	16%	658.250	13%	777.468	14%	1.076.839	18%	361.530	13%	1.651.473	26%	1.464.797	46%	776	7.057.407	20%
Total	1.031.587	100%	3.591.074	100%	5.068.928	100%	5.588.595	100%	5.924.826	100%	2.812.560	100%	6.352.150	100%	3.212.307	100%	57.308	34.680.353	100%

Analisando-se a participação do número de empregos, tomando-se como base o total de cada faixa de empregados e levando-se em consideração cada grau de instrução (Tabela 14), observa-se que, de um modo geral, destacavam-se a 8ª série completa, 8ª série incompleta, 2º grau completo e 4ª série completa, com respectivamente 19%, 18%, 17% e 16% do total de empregos gerados pelas micro e pequenas empresas do país em 1997. Esta participação de cada “grau de instrução” em relação a um determinado estrato das MPes manteve-se praticamente a mesma, porém, vale ressaltar algumas diferenças encontradas na participação do grau de instrução em determinados estratos pertencentes às MPes: nos estabelecimentos com 1-4 empregados, aqueles com 8ª série completa respondiam por 21% do emprego formal de estrato, porém, pessoas com o superior completo contavam apenas com 2% do total dos empregados da faixa, ficando bem abaixo da média das MPes. Os estabelecimentos com 50-99 empregados ficavam abaixo da média no número de funcionários com 8ª série completa (16%), por outro lado, era o estrato (considerando-se apenas as MPes) com a maior proporção de empregados com o nível superior completo (8%), valor este muito superior ao das demais empresas de pequeno porte.

Ao se contrastar a média das MPes com a dos estabelecimentos de médio porte, verifica-se maiores diferenças nas faixas da 8ª série completa, onde as empresas com 100-249 e 250-499 empregados concentravam 15% (cada) dos seus empregos, frente a 19% observado nas MPes. No 2º grau incompleto, estes estratos de médio porte possuíam 8% e 7%, respectivamente, dos seus empregos. Porém, a diferença mais importante estava no superior completo; neste caso os estabelecimentos com 100-249 empregados concentravam 8% dos seus empregados, e aqueles com 250-499 empregados 9%, valores estes superiores ao da média das MPes nestas faixas de grau de instrução.

Contudo, as disparidades mais expressivas se viam na comparação das MPes com os estabelecimentos de grande porte (500-999 e 1.000 ou mais empregados). No caso dos estabelecimentos com 500-999 empregados, as principais divergências em relação às MPes estavam na 8ª série completa, 2º grau incompleto e no nível superior completo, onde o estrato concentrava 15%, 7% e 10%, respectivamente, dos empregos por ele gerados. Em relação aos estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados, a grande maioria da participação dos “graus de instrução” divergia do observado na média das MPes; a 4ª série completa, 8ª série incompleta, 8ª série completa e 2º grau incompleto estavam

apresentavam participação bem inferior ao verificado nas MPEs, as quais eram de 9%, 11%, 15% e 5%, respectivamente, dos empregos formais dessa faixa de empregados. Por outro lado, o 2º grau completo e o superior completo empregavam 23% e 21% dos empregados deste porte de estabelecimento.

**Tabela 14**

**Participação de cada Grau de Instrução dada a Faixa de Empregados**

Faixa de Empregados / Grau de Instrução	Analfabeto	4a.Ser. Incomp.	4a.Ser. Compl.	8a.Ser. Incomp.	8a.Ser. Compl.	2º.Gr. Incomp.	2º.Gr. Compl.	Sup. Incomp.	Sup. Compl.	Ignorado	Total
0 Empregados	3%	11%	16%	18%	19%	10%	16%	3%	4%	0%	100%
De 1 a 4	3%	11%	16%	18%	21%	11%	16%	2%	2%	1%	100%
De 5 a 9	3%	10%	16%	18%	21%	10%	16%	2%	3%	0%	100%
De 10 a 19	3%	9%	15%	18%	21%	10%	18%	3%	4%	0%	100%
De 20 a 49	3%	10%	16%	18%	18%	9%	17%	3%	6%	0%	100%
De 50 a 99	3%	11%	16%	17%	16%	9%	17%	3%	8%	0%	100%
<b>Total MPEs</b>	<b>3%</b>	<b>10%</b>	<b>16%</b>	<b>18%</b>	<b>19%</b>	<b>10%</b>	<b>17%</b>	<b>3%</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
De 100 a 249	3%	12%	16%	17%	15%	8%	17%	3%	8%	0%	100%
De 250 a 499	3%	13%	17%	17%	15%	7%	17%	3%	9%	0%	100%
De 500 a 999	3%	12%	16%	16%	15%	7%	18%	3%	10%	0%	100%
1000 ou mais	4%	8%	9%	11%	15%	5%	23%	3%	21%	0%	100%
<b>Total</b>	<b>3%</b>	<b>10%</b>	<b>15%</b>	<b>16%</b>	<b>17%</b>	<b>8%</b>	<b>18%</b>	<b>3%</b>	<b>9%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

**2.2.3.2. Quanto a Remuneração Média Mensal em Salários Mínimos**

Ao se avaliar a qualidade do emprego gerado pelas empresas, uma variável muito importante a ser usada é o rendimento médio mensal (em salários mínimos) recebido pelos funcionários. Desta forma, este item tem como objetivo analisar a contribuição das faixas de empregados em relação a cada intervalo de rendimento mensal e de se analisar também, tomando-se como base os segmentos de empresas, a importância das faixas de rendimento, levando-se sempre em consideração o número de empregados.

Dessa forma, segundo os dados da Tabela 15, a qual fornece o número de empregos, para o ano de 1997, dados os rendimentos mensais (em salários mínimos) e as faixas de empregados, pode-se observar que as MPEs concentravam a maior parte dos empregos nas

faixas de menor rendimento, o que resulta em uma maior concentração dos empregos com maior rendimento nas empresas de médio e grande porte. Sendo assim, verifica-se que as maiores participações das MPEs situavam-se nas faixas de 1,01 a 1,50, 0,51 a 1,00, 1,51 a 2,00 e 2,01 a 3,00 salários mínimos, onde concentravam 67%, 63%, 63% e 59% do total de empregados de cada faixa de rendimento. Por outro lado, nas faixas de rendimento de 10,01 a 15,00, 15,01 a 20,00 e mais de 20,00 salários mínimos, as MPEs concentravam 31%, 30% e 28% do total dos empregados de cada segmento.

Considerando-se os principais estratos das MPEs, merecem destaque os estabelecimentos com 20-49 e 1-4 empregados, responsáveis, em média, por 12% e 10% do total de empregos gerados no país em 1997. Em relação ao rendimento médio, destacavam-se os estabelecimentos com 20-49 e 50-99 empregados, os quais possuíam as maiores participações nos segmentos com rendimento médio mensal superiores a 3 salários mínimos. O estrato de 1-4 empregados era responsável por 23% dos empregos na faixa de 0,51 a 1,00 SM, 19% na de 1,01 a 1,50 SM, 15% da faixa de 1,51 a 2,00 SM, as maiores participações observadas dentre todos os estratos de empregados.

Em relação aos estabelecimentos de médio e grande porte, destacavam-se as empresas com 1.000 ou mais empregados, as quais apresentavam as maiores participações (em relação ao total) nas faixas superiores a 3 salários mínimos. As principais faixas de rendimento onde este porte de empresa se destacava eram aquelas de 15,01 a 20,00, mais de 20,00 e de 10,01 a 15,00 salários mínimos, com uma participação de 36%, 34% e 34%, respectivamente, em cada faixa. Um fato importante a ser ressaltado é a alta participação das empresas de médio e grande porte no segmento de média salarial de até 0,5 SM; os estabelecimentos de médio porte (100-499 empregados) concentravam 36% do emprego desse segmento enquanto as grandes empresas (500 ou mais empregados) concentravam 34%.

**Tabela 15**

**Número de empregados formais no ano de 1997, segundo o porte da empresa e a média salarial**

Faixa de Empregados / Renda mensal	Até 0,5 SM	%	De 0,51 a 1,00 SM	%	De 1,01 a 1,50 SM	%	De 1,51 a 2,00 SM	%	De 2,01 a 3,00 SM	%	De 3,01 a 4,00 SM	%	De 4,01 a 5,00 SM	%	De 5,01 a 7,00 SM	%	De 7,01 a 10,00 SM	%	De 10,01 a 15,00 SM	%	De 15,01 a 20,00 SM	%	Mais de 20 SM	%	Out/ign	Total	%
0 Empregados	1832	2%	45.238	4%	144.269	3%	139.235	3%	210.618	3%	107.833	2%	58.808	2%	65.536	2%	53.875	2%	39309	2%	18.726	2%	31566	2%	9512	926.357	3%
De 1 a 4	7.227	7%	288.071	23%	792.668	19%	638.883	15%	863.918	12%	309.171	7%	145.064	5%	127.062	4%	73.888	3%	42.452	2%	16.593	2%	26747	2%	16538	3.348.282	10%
De 5 a 9	4.730	4%	140.021	11%	516.209	12%	496.679	12%	763.950	10%	340.406	8%	167.367	6%	152.697	5%	94.284	4%	57.029	3%	23.752	3%	34.877	3%	14509	2.806.510	8%
De 10 a 19	4.754	4%	112.421	9%	475.304	11%	492.703	12%	825.166	11%	414.799	9%	210.047	7%	206.122	6%	143.224	6%	94.352	5%	43.817	5%	66.562	5%	17734	3.107.005	9%
De 20 a 49	6.801	6%	116.603	9%	521.876	13%	565.260	13%	1.011.942	14%	570.855	13%	317.810	11%	335.915	10%	243.743	10%	167.048	9%	76.851	9%	121.868	9%	28217	4.084.789	12%
De 50 a 99	6.701	6%	79.790	6%	325.849	8%	372.598	9%	701.723	9%	450.043	10%	274.345	10%	303.111	9%	219.984	9%	152.527	9%	69.826	8%	105.634	8%	24816	3.086.947	9%
Total MPes	32.045	30%	782.144	63%	2.776.175	67%	2.705.358	63%	4.377.317	59%	2.193.107	48%	1.173.441	41%	1.190.443	36%	828.998	34%	552.717	31%	249.565	30%	387.254	28%	111.326	17.359.890	50%
De 100 a 249	16.508	16%	115.093	9%	382.766	9%	471.626	11%	901.425	12%	610.520	13%	385.848	13%	436.961	13%	323.379	13%	237.331	13%	110.563	13%	184.258	14%	47.266	4.223.544	12%
De 250 a 499	21.364	20%	114.312	9%	275.072	7%	322.957	8%	631.760	9%	464.999	10%	309.195	11%	366.392	11%	268.331	11%	195.548	11%	92.156	11%	163.244	12%	49.905	3.275.235	9%
De 500 a 999	18.551	17%	88.440	7%	225.520	5%	248.931	6%	477.278	6%	390.874	9%	274.534	10%	333.456	10%	238.335	10%	176.484	10%	85.515	10%	161.062	12%	45297	2.764.277	8%
1000 ou mais	17.852	17%	140.001	11%	511.261	12%	518.624	12%	1.024.087	14%	867.661	19%	729.783	25%	989.284	30%	803.975	33%	608.339	34%	296.496	36%	466.359	34%	83.680	7.057.407	20%
Total	106.320	100%	1.239.990	100%	4.170.794	100%	4.267.496	100%	7.411.867	100%	4.527.161	100%	2.872.806	100%	3.316.536	100%	2.463.018	100%	1.770.419	100%	834.295	100%	1.362.177	100%	337.474	34.680.353	###

A importância de cada média salarial, dado o porte da empresa, em 1997, pode ser observada na Tabela 16. Com esses dados, pode-se observar que de uma maneira geral, nas MPEs os segmentos mais importantes eram aqueles com média salarial de 2,01 a 3,00, 1,01 a 1,50, 1,51 a 2,00 e de 3,01 a 4,00 salários mínimos, os quais concentravam, respectivamente, 25,22%, 15,99%, 15,58% e 12,63% do total de empregados das MPEs em 1997. Avaliando-se cada estrato pertencente às MPEs, vê-se que a participação de cada “média salarial” oscila muito de um porte de empresa para outro na maioria das faixas de rendimento.

As principais divergências na participação de cada média salarial, em relação ao total das MPEs, podem ser observadas nos seguintes estratos: de 1-4 empregados, as diferenças mais importantes estavam nas faixas de 0,51 a 1,00, 1,01 a 1,50, 1,50 a 20,00 e no de mais de 20,00 salários mínimos, os quais apresentavam participações de 8,6%, 23,67%, 0,5% e 0,8%, respectivamente, em relação ao total de empregos gerados por este estrato em 1997. No segmento de 20-49 empregados, além da menor participação nas faixas de 0,51 a 1,00 SM (2,85%) e 1,01 a 1,50 SM (12,78%) em relação ao total das MPEs, merece destaque o fato de todas as faixas com remuneração maior que 3,01 SM possuírem maior participação no número de empregados nesse estrato em relação à média das MPEs. Ainda neste estrato, ressalta-se a importância das faixas de 5,01 a 7,00 SM (8,22%) e de 7,01 a 10,00 SM (5,97%). Em se tratando dos estabelecimentos com 50-99 empregados, observa-se uma menor participação no número de empregos na faixa de 1,01 a 1,50 SM (15,99%) em contrapartida às maiores participações dos segmentos de 5,01 a 7,00 SM (9,82%), 7,01 a 10,00 SM (7,13%) e de mais de 20,00 SM (2,23%).

De um modo geral, as MPEs concentravam a maior parte dos seus empregos entre remunerações que variavam de 1,01 a 4,00 salários mínimos, enquanto que nas empresas de médio porte as maiores participações no número de empregados estavam entre as faixas de 2,01 a 7,00 SM. No que tange as grandes empresas, destacavam-se os segmentos de 3,01 a 10,00 SM, como aqueles com maior importância no número de empregos por cada estrato.

Sendo assim, com a análise do número de empregos gerados por cada porte de empresa, considerando-se a remuneração média do empregado, pode-se concluir que a remuneração das MPEs, em média, é inferior a observada nas empresas de médio e grande porte, resultado este já esperado, a partir do momento em que se observou que as MPEs

eram aquelas que empregavam, na sua maioria, empregados com menores graus de instrução. Ademais, tal análise é útil também para comprovar a heterogeneidade (mesmo em relação à remuneração oferecida) das MPÉs, pois os diversos portes de empresa apresentavam participações muito diferentes em cada faixa de remuneração, em relação ao total de MPÉs do país.

**Tabela 16**

**Participação do número de empregos formais por estrato de pessoal ocupado, dadas as médias salariais em 1997.**

Estratos de Pessoal Ocupado	Salários Mínimos													Total
	Até 0,5 SM	De 0,51 a 1,00 SM	De 1,01 a 1,50 SM	De 1,51 a 2,00 SM	De 2,01 a 3,00 SM	De 3,01 a 4,00 SM	De 4,01 a 5,00 SM	De 5,01 a 7,00 SM	De 7,01 a 10,00 SM	De 10,01 a 15,00 SM	De 15,01 a 20,00 SM	Mais de 20 SM	Ignorado	
0 Empregados	0,20%	4,88%	15,57%	15,03%	22,74%	11,64%	6,35%	7,07%	5,82%	4,24%	2,02%	3,41%	1,03%	100%
De 1 a 4	0,22%	8,60%	23,67%	19,08%	25,80%	9,23%	4,33%	3,79%	2,21%	1,27%	0,50%	0,80%	0,49%	100%
De 5 a 9	0,17%	4,99%	18,39%	17,70%	27,22%	12,13%	5,96%	5,44%	3,36%	2,03%	0,85%	1,24%	0,52%	100%
De 10 a 19	0,15%	3,62%	15,30%	15,86%	26,56%	13,35%	6,76%	6,63%	4,61%	3,04%	1,41%	2,14%	0,57%	100%
De 20 a 49	0,17%	2,85%	12,78%	13,84%	24,77%	13,98%	7,78%	8,22%	5,97%	4,09%	1,88%	2,98%	0,69%	100%
De 50 a 99	0,22%	2,58%	10,56%	12,07%	22,73%	14,58%	8,89%	9,82%	7,13%	4,94%	2,26%	3,42%	0,80%	100%
<b>Total MPEs</b>	<b>0,18%</b>	<b>4,51%</b>	<b>15,99%</b>	<b>15,58%</b>	<b>25,22%</b>	<b>12,63%</b>	<b>6,76%</b>	<b>6,86%</b>	<b>4,78%</b>	<b>3,18%</b>	<b>1,44%</b>	<b>2,23%</b>	<b>0,64%</b>	<b>100%</b>
De 100 a 249	0,39%	2,73%	9,06%	11,17%	21,34%	14,46%	9,14%	10,35%	7,66%	5,62%	2,62%	4,36%	1,12%	100%
De 250 a 499	0,65%	3,49%	8,40%	9,86%	19,29%	14,20%	9,44%	11,19%	8,19%	5,97%	2,81%	4,98%	1,52%	100%
De 500 a 999	0,67%	3,20%	8,16%	9,01%	17,27%	14,14%	9,93%	12,06%	8,62%	6,38%	3,09%	5,83%	1,64%	100%
1000 ou mais	0,25%	1,98%	7,24%	7,35%	14,51%	12,29%	10,34%	14,02%	11,39%	8,62%	4,20%	6,61%	1,19%	100%
<b>Total</b>	<b>0,31%</b>	<b>3,58%</b>	<b>12,03%</b>	<b>12,31%</b>	<b>21,37%</b>	<b>13,05%</b>	<b>8,28%</b>	<b>9,56%</b>	<b>7,10%</b>	<b>5,10%</b>	<b>2,41%</b>	<b>3,93%</b>	<b>0,97%</b>	<b>100%</b>

### 2.3. As Micro e Pequenas Empresas nas Regiões Brasileiras

O Brasil, por se tratar de um país muito extenso e com grande diversidade climática de geográfica, possui muita diversidade entre suas regiões, diferenças estas na cultura, sociais, econômicas. Com isso, para se fazer um estudo mais completo e detalhado das empresas, torna-se interessante analisá-las levando em consideração as diferenças regionais. Com isso, este item trata de analisar os empregos formais e o número de estabelecimentos gerados pelas MPEs considerando-se as regiões brasileiras. A análise será feita considerando-se os setores da economia e, em seguida, avaliando a qualidade dos empregos gerados pelas MPEs brasileiras nas cinco regiões do país.

#### 2.3.1. As MPEs nos Principais Setores

Com os dados da Tabela 17, ao se considerar o total de MPEs no Brasil, dos 15.567.097 empregos gerados por este segmento em 1997, 22% situavam-se na Indústria, 9% na Construção Civil, 28% no Comércio e 33% nos Serviços. Na região Norte, considerando-se o número de empregos formais, observa-se uma maior participação do Comércio (32%) e uma importância menor dos Serviços (31%) em relação ao total de empregados da região. No Nordeste verifica-se algumas modificações da importância dos setores em relação ao total das MPEs: nesta região, a Indústria representava 17%, a Construção Civil 11% e o Comércio 30% do total de empregos formais.

A região Sudeste, em se tratando do número de empregos formais gerados por cada setor, manteve praticamente a mesma participação daquela observada nas MPEs em geral. Em relação ao Sul, quando contrastada a participação dos empregos formais em cada setor com a distribuição dos mesmos no total das MPEs, observa-se maior importância (27%) da Indústria e menor participação dos Serviços (30%) no total de empregados da região. No Centro-Oeste era onde a Indústria apresentava sua menor participação no total de empregos formais (16%) quando contrastada com as demais regiões e MPEs em geral. Por outro lado, o Comércio aparecia com uma participação de 30% dos empregos formais da região, importância esta maior do que a representada por este setor nas MPEs em geral.

**Tabela 17**

**Número de empregados formais nas MPEs em 1997, segundo as regiões brasileiras e os principais setores**

Regiões / Setores	Brasil	%	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%	Ignorado
Indústria	3.431.931	22%	105.356	23%	32.200	17%	1.978.338	22%	844.316	27%	171.589	16%	132
Constr Civil	1.367.277	9%	42.046	9%	218.560	11%	755.706	8%	263.833	9%	86.913	8%	219
Comercio	4.336.351	28%	148.274	32%	92.969	30%	2.451.988	27%	831.694	27%	311.216	30%	210
Servicos	5.080.621	33%	144.978	31%	54.448	33%	3.027.044	34%	923.767	30%	329.790	32%	594
Agropecuaria	1.316.272	8%	21.007	5%	149.579	8%	772.320	9%	232.082	7%	140.603	13%	681
Outr/Ign	34.645	0%	2.981	1%	9.974	1%	13.264	0%	3.267	0%	2.282	0%	2.877
Total	15.567.097	100%	464.642	100%	1.957.730	100%	8.998.660	100%	3.098.959	100%	1.042.393	100%	4.713

Segundo os dados da Tabela 18, em geral, do total de empregos formais gerados pelas MPEs em 1997, 3% situavam-se no Norte, 13% no Nordeste, 58% no Sudeste, 20% no Sul e 7% no Centro-Oeste. Tal participação dos empregos em cada região mais especificamente apresentava algumas mudanças quando analisados os principais setores mais detalhadamente.

Na Indústria, 10% dos empregados trabalhavam no Nordeste, 25% no Sul e 5% no Centro-Oeste, participações estas que divergiam da distribuição total dos empregados das MPEs do Brasil em 1997. Analisando-se a Construção Civil, verifica-se que em relação ao total das MPEs, este setor concentrava um número maior dos seus empregados no Nordeste (16%) em detrimento de uma participação menor no Sudeste (55%) do número de postos de trabalho do setor. Em relação ao Comércio, observa-se que em 1997 este setor apresentava uma distribuição do emprego formal entre as regiões brasileiras praticamente igual a observada no total das MPEs neste ano. A distribuição dos empregos formais do setor Serviços divergia do total no Sudeste e no Sul, onde tal segmento concentrava 60% e 18%, respectivamente, dos seus empregados em 1997.

**Tabela 18****Distribuição do número de empregos formais em cada setor, segundo as regiões brasileiras**

Regiões / Setores	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Ignorado
Industria	100%	3%	10%	58%	25%	5%	0%
Constr Civil	100%	3%	16%	55%	19%	6%	0%
Comercio	100%	3%	14%	57%	19%	7%	0%
Servicos	100%	3%	13%	60%	18%	6%	0%
Agropecuaria	100%	2%	11%	59%	18%	11%	0%
Outr/Ign	100%	9%	29%	38%	9%	7%	8%
Total	100%	3%	13%	58%	20%	7%	0%

Analisando-se a importância dos diferentes setores nas MPEs brasileiras em 1997 (Tabela 19), tem-se que, de um modo geral, o Comércio concentrava 36% do total dos estabelecimentos, seguido por Serviços (35%), Indústria (12%) e Construção Civil (4%). Em relação as regiões brasileiras, observa-se que no Norte ocorre uma divergência, em relação ao total, em dois setores: neste caso, o Comércio representava 44% dos estabelecimentos da região e Serviços 32%. No Nordeste a única diferença relevante em relação ao total de estabelecimentos das MPEs se deu também no Comércio, onde este setor concentrava 42% dos estabelecimentos da região em 1997. No Sul, apenas a Indústria com 14% dos estabelecimentos diferia em maior porcentagem do total das MPEs, o mesmo ocorrendo no Centro-Oeste, onde este setor representava 9% do total de estabelecimentos da região. Ainda analisando-se o Centro-Oeste, verifica-se a menor participação (31%) dos Serviços, em relação ao total de estabelecimentos da região, quando contrastada com as MPEs de um modo geral e/ou com as demais regiões. O Sudeste mantinha uma participação praticamente igual a observada no total das MPEs em relação aos principais setores.

**Tabela 19****Número de estabelecimentos das MPEs em 1997, segundo as regiões brasileiras e os principais setores**

Regiões / Setores	Brasil	%	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%	Ignorado
Industria	228.347	12%	5.861	12%	24.177	11%	126.305	12%	59.660	14%	12.313	9%	31
Constr Civil	84.814	4%	1.921	4%	9.426	4%	48.435	4%	20.475	5%	4.514	3%	43
Comercio	700.906	36%	21.393	44%	95.741	42%	389.223	36%	146.137	35%	48.320	35%	92
Servicos	668.746	35%	15.450	32%	81.387	36%	387.458	36%	140.981	34%	43.189	31%	281
Agropecuaria	228.705	12%	3.202	7%	16.084	7%	128.422	12%	49.987	12%	30.767	22%	243
Outr/Ign	9.151	0%	582	1%	2.240	1%	3.584	0%	1.177	0%	606	0%	962
Total	1.920.669	100%	48.409	100%	229.055	100%	1.083.427	100%	418.417	100%	139.709	100%	1.652

A Tabela 20 mostra a importância de cada região brasileira, no que tange o número de estabelecimentos, para cada setor da economia. Dessa forma, de um modo geral, dos 1.920.669 estabelecimentos de MPEs existentes em 1997, 56% situavam-se no Sudeste, 22% no Sul., 12% No Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 3% no Norte do país. Dentre os principais setores, com exceção da Agropecuária e de Out/Ignorado, essa distribuição geral se manteve praticamente a mesma, ou seja, tanto nas MPEs como um todo quanto nos principais setores, as regiões contribuíam de forma bastante parecida no número de estabelecimentos.

Com isso, observa-se que na região Norte a Indústria e comércio possuíam 3% dos seus estabelecimentos, enquanto que a Construção Civil e Serviços destinavam a essa região 2% (cada) do total dos seus estabelecimentos em 1997. Na região Nordeste as menores participações (11%) no total de estabelecimentos de cada setor situavam-se na Indústria e Construção Civil. O Comércio, por sua vez, concentrava 14% de seus estabelecimentos no Nordeste em 1997. A região Sudeste apresentava maior participação em relação aos estabelecimentos nos Serviços, onde contribuía com 58% do total de plantas do setor. A Indústria, por outro lado, era aquela com menor importância (na região) no total de estabelecimentos de cada setor, sendo responsável por 55% dos mesmos, valor este ainda assim maior do que o observado nas outras regiões.

Em relação ao Sul do país, destacavam-se a Indústria e a Construção Civil com 26% e 24% dos seus estabelecimentos nesta região. No Centro-Oeste a maior participação se dava no Comércio, o qual mantinha 7% dos seus estabelecimentos nesta região.

**Tabela 20**

**Distribuição do número de estabelecimentos em cada setor, segundo as regiões brasileiras**

Regiões / Setores	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Ignorado
Industria	100%	3%	11%	55%	26%	5%	0%
Constr Civil	100%	2%	11%	57%	24%	5%	0%
Comercio	100%	3%	14%	56%	21%	7%	0%
Servicos	100%	2%	12%	58%	21%	6%	0%
Agropecuaria	100%	1%	7%	56%	22%	13%	0%
Outr/Ign	100%	6%	24%	39%	13%	7%	11%
Total	100%	3%	12%	56%	22%	7%	0%

### 2.3.2. Qualidade do Emprego

Este item trata de avaliar a qualidade dos empregos gerados pelas MPEs em 1997 segundo as regiões brasileiras. Com isso, será evidenciada ainda mais as diferenças entre o emprego gerado em cada parte do país, avaliando-se onde os trabalhadores possuem maior grau de escolaridade e recebem maior média salarial.

#### 2.3.2.1. Quanto ao Grau de Instrução

A Tabela 21 traz os dados referentes ao número de empregos formais gerados pelas MPEs em 1997, considerando-se o grau de escolaridade do trabalhador e a região do país. Como era previsto, de um modo geral, a região Sudeste por apresentar uma participação de 58% do total de empregados, era aquela que em 1997 apresentava a maior contribuição no emprego formal em todas as faixas de grau de escolaridade. Em relação a segunda região mais importante, verifica-se que o Sul e o Nordeste oscilam entre participações maiores, no

que tange o número de empregados formais, dentre os diferentes graus de instrução. Em seguida, aparecem a região Centro-Oeste e a região Norte na escala de participação no total de empregos formais por faixa de grau de instrução.

Sendo assim, na faixa dos trabalhadores analfabetos, destacavam-se o Sudeste e o Nordeste do país, os quais empregavam 53% e 27% do total de trabalhadores com esse grau de escolaridade em 1997. Quanto aos trabalhadores com a 4ª série incompleta, observa-se que estas duas regiões mantiveram-se como as mais importantes, respondendo por 55% e 19%, respectivamente, do total de trabalhadores com esta formação. Na faixa da 4ª série completa foi onde o Sudeste apresentou sua maior participação (dentre todas as faixas) no total de empregos; neste caso, esta região empregava 66% dos trabalhadores com este grau de instrução, ficando o Sul do país em segundo lugar com 18% dos empregados.

A região Sudeste e o Sul do país empregavam 59% e 22%, respectivamente, do total de empregados formais tanto com 8ª série incompleta quanto com a 8ª série completa em 1997. Dentre os trabalhadores com o 2º grau incompleto, destacavam-se aqueles que trabalhavam na região Sudeste (55%) e no Sul do país (22%). Em relação àqueles trabalhadores com 2º grau completo, observa-se que a maioria (52%) trabalhava na região Sudeste, porém, a Segunda região a abrigar o maior número dos trabalhadores com esta formação (20%) era o Nordeste brasileiro.

A região Sudeste e o Sul do Brasil, mais uma vez, concentravam a maioria dos trabalhadores com superior incompleto e completo: quanto ao grau superior completo, estas duas regiões participavam com 58% e 22% do total de empregados formais, e no superior completo, a região Sudeste apresentava sua maior concentração de empregos (63%) quando contrastada aos demais graus de escolaridade, e a região Sul possuía 17% dos trabalhadores com superior completo.

Vale ressaltar que na faixa de grau de instrução “Ignorado”, o Nordeste apresentava 43% do total dos empregados, o que pode em certa medida atrapalhar a avaliação da qualidade do emprego desta região; porém, em valores absolutos o total desta faixa não se torna tão relevante.

Tabela 21

## Número de empregos formais por grau de escolaridade, dadas as regiões do Brasil – 1997

Região	Grau de Escolaridade														Out/Ign	Total	%				
	Analfabeto	%	4a Ser. Incomp.	%	4a Ser. Compl.	%	8a Ser. Incomp.	%	8a Ser. Compl.	%	2º Gr. Incomp.	%	2º Gr. Compl.	%				Sup. Incomp.	%	Sup. Compl.	%
NORTE	14.979	3%	60.325	3%	58.395	2%	89.223	3%	93.675	3%	58.140	3%	126.732	4%	11.777	2%	18.552	2%	4.950	536.748	3%
NORDESTE	132.344	27%	322.795	19%	223.061	8%	280.454	9%	311.472	9%	194.325	12%	570.818	20%	54.183	11%	97.889	12%	21.421	2.208.762	13%
SUDESTE	256.140	53%	962.669	55%	1.802.301	66%	1.814.162	59%	1.976.304	59%	922.139	55%	1.510.499	52%	285.374	58%	529.990	63%	8.564	10.068.142	58%
SUL	56.275	12%	265.574	15%	490.291	18%	693.526	22%	739.655	22%	373.834	22%	503.994	17%	110.892	22%	144.720	17%	12.882	3.391.643	20%
CENTRO-OESTE	26.846	6%	127.701	7%	154.222	6%	208.039	7%	207.211	6%	132.064	8%	211.541	7%	31.067	6%	49.537	6%	1.398	1.149.626	7%
Ignorado	516	0%	1.125	0%	796	0%	435	0%	613	0%	230	0%	434	0%	47	0%	51	0%	722	4.969	0%
Total	487.100	100%	1.740.189	100%	2.729.066	100%	3.085.839	100%	3.328.930	100%	1.680.732	100%	2.924.018	100%	493.340	100%	840.739	100%	49.937	17.359.890	100%

A análise dos empregados formais por faixa de grau de escolaridade ainda pode ser feita sob a ótica das regiões brasileiras, ou seja, tomando-se como base o total de empregos formais de cada região e analisando-se a contribuição de cada faixa de grau de instrução no total destes empregos. Com isso, os dados da Tabela 22 mostram que do total de empregos formais gerados nas MPEs da região Norte, 24% eram de trabalhadores com o 2º grau completo, 17% (cada) de trabalhadores com 8ª série completa e incompleta. Em relação às MPEs nordestinas, verifica-se que as principais faixas de grau de instrução eram a do 2º grau completo, 4ª série incompleta e 8ª série completa, responsáveis por 26%,15% e 14% do total de empregados formais da região em 1997.

Na região Sudeste a maioria dos empregados possuía 8ª série completa (20%), 8ª série incompleta (18%) e 4ª série completa (18%). Destacava-se também o grau superior completo, com 5% dos trabalhadores, importância esta maior do que a observada em qualquer outra região. No Sul do país, do total de seus trabalhadores, 22% possuíam a 8ª série completa, 20% a 8ª série incompleta e 15% o 2º grau completo. No Centro-Oeste os três principais segmentos eram aqueles de trabalhadores com a 8ª série incompleta e completa e com 2º grau completo, os quais detinham 18% (cada) do total de empregos formais gerados na região.

De um modo geral, o total de empregos gerados pelas MPEs no Brasil em 1997 se distribuíam da seguinte forma: 19% em trabalhadores com 8ª série completa, 18% com 8ª série incompleta, 17% com 2º grau completo e 16% com a 4ª série completa.

**Tabela 22**

**Participação do número de empregados formais por região, segundo o grau de escolaridade – 1997**

Região	Grau de Escolaridade										Total
	Analfabeto	4a Ser. Incomp.	4a.Ser. Compl.	8a.Ser. Incomp.	8a.Ser. Compl.	2º.Gr. Incomp.	2º.Gr. Compl.	Sup. Incomp.	Sup. Compl.	Ignorado	
Norte	3%	11%	11%	17%	17%	11%	24%	2%	3%	1%	100%
Nordeste	6%	15%	10%	13%	14%	9%	26%	2%	4%	1%	100%
Sudeste	3%	10%	18%	18%	20%	9%	15%	3%	5%	0%	100%
Sul	2%	8%	14%	20%	22%	11%	15%	3%	4%	0%	100%
Centro-Oeste <sup>2</sup>	%	11%	13%	18%	18%	11%	18%	3%	4%	0%	100%
Ignorado	10%	23%	16%	9%	12%	5%	9%	1%	1%	15%	100%
Total	3%	10%	16%	18%	19%	10%	17%	3%	5%	0%	100%

**2.3.2.2. Quanto à Remuneração Média Mensal**

A análise da qualidade do emprego, considerando-se a remuneração média mensal, pode ser feita com os dados da Tabela 23. Como o acontecido na análise quanto ao grau de instrução, a região Sudeste, por apresentar um número mais elevado de empregados formais, é a região que apresenta maior participação em todas as faixas de remuneração, ficando o Sul, na maioria das vezes, como a Segunda região mais importante nos estratos de remuneração.

Sendo assim, os trabalhadores com recebimento médio de até 0,5 salários mínimos (SM) concentravam-se em 44% na região Sudeste, 26% no Sul e 25% no Nordeste. Aqueles com recebimentos na faixa de 0,51-1,00 SM distribuíam-se em 45% no Sudeste e 27% no Nordeste. O mesmo acontecia na faixa de 1,01-1,50 SM, onde estas regiões empregavam 49% e 25%, respectivamente, do total de empregados formais com esta remuneração média. A partir dos recebimentos maiores do que 1,51 salários mínimos, as regiões Sudeste e Sul eram aquelas que concentravam a maior parte dos empregados, independente da faixa analisada.

A região Sudeste se destacava nas faixas de remuneração média entre 4,01 e 15,00 salários mínimos, onde participava com 67% do total de empregados formais em cada faixa deste intervalo. O Sul do país destacava-se nas faixas de 1,51-2,00 SM com 25% dos empregados formais, de 2,01-3,00 SM (22%) e 3,01-4,00 SM (20%). As maiores

participações da região Norte se dava no intervalo de 0,51 a 2,00 salários mínimos, onde esta região concentrava 4% dos empregados formais de cada faixa. No Nordeste, as principais faixas de remuneração eram a de 0,51-1,00, 1,01-1,50 e até 0,5 salários mínimos, onde esta região contribuía com 27%, 25% e 25%, respectivamente, do total de empregados de cada faixa. Ademais, vale ressaltar a participação desta região nas faixas de 15,01-20,00 e mais de 20,00 salários mínimos, onde as MPEs nordestinas concentravam 10% dos empregados formais de cada faixa.

No Centro-Oeste, as maiores participações se davam nas faixas de 1,01-1,50 e 1,51-2,00 salários mínimos, onde esta região concentrava 9% dos empregos formais existentes em cada faixa.

**Tabela 23**

**Número de empregos formais por remuneração média mensal, dadas as regiões do Brasil – 1997**

Regiões	Salários Mínimos													Total
	Até 0,5 SM	De 0,51 a 1,00 SM	De 1,01 a 1,50 SM	De 1,51 a 2,00 SM	De 2,01 a 3,00 SM	De 3,01 a 4,00 SM	De 4,01 a 5,00 SM	De 5,01 a 7,00 SM	De 7,01 a 10,00 SM	De 10,01 a 15,00 SM	De 15,01 a 20,00 SM	Mais de 20 SM	Ignorado	
NORTE	606	34.086	122.913	105.794	110.951	49.986	27.036	28.890	20.276	13.778	7.592	12.054	2.786	536.748
NORDESTE	7.879	214.586	682.304	431.947	368.247	144.950	81.412	86.900	63.127	47.028	25.655	39.806	14.921	2.208.762
SUDESTE	14.256	349.296	1.351.325	1.240.641	2.678.738	1.448.376	784.376	798.114	556.533	367.579	161.056	250.244	67.608	10.068.142
SUL	8.263	126.688	366.862	683.230	957.651	439.205	224.380	220.065	147.859	94.867	40.577	61.028	20.968	3.391.643
CENTRO-OESTE	1.026	56.779	251.431	242.823	260.715	110.214	56.089	56.350	41.119	29.435	14.673	24.006	4.966	1.149.626
IGNORADO	15	709	1.340	923	1.015	376	148	124	84	30	12	116	77	4.969
TOTAL MPEs	32.045	782.144	2.776.175	2.705.358	4.377.317	2.193.107	1.173.441	1.190.443	828.998	552.717	249.565	387.254	111.326	17.359.890

**Valores em Porcentagem**

Regiões	Salários Mínimos													Total
	Até 0,5 SM	De 0,51 a 1,00 SM	De 1,01 a 1,50 SM	De 1,51 a 2,00 SM	De 2,01 a 3,00 SM	De 3,01 a 4,00 SM	De 4,01 a 5,00 SM	De 5,01 a 7,00 SM	De 7,01 a 10,00 SM	De 10,01 a 15,00 SM	De 15,01 a 20,00 SM	Mais de 20 SM	Ignorado	
NORTE	2%	4%	4%	4%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	3%
NORDESTE	25%	27%	25%	16%	8%	7%	7%	7%	8%	9%	10%	10%	13%	13%
SUDESTE	44%	45%	49%	46%	61%	66%	67%	67%	67%	67%	65%	65%	61%	58%
SUL	26%	16%	13%	25%	22%	20%	19%	18%	18%	17%	16%	16%	19%	20%
CENTRO-OESTE	3%	7%	9%	9%	6%	5%	5%	5%	5%	5%	6%	6%	4%	7%
TOTAL MPEs	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A análise da Tabela 24 é importante para se verificar em quais faixas de remuneração média se concentravam os empregados formais de cada região em 1997. Em geral, as MPEs brasileiras concentravam 25,22% dos seus empregados em faixas de recebimento mensal médio de 2,01-3,00 salários mínimos, 15,99% na faixa de 1,01-2,00 SM e 15,58% do total de empregados com recebimento médio entre 1,51-2,00 SM mensais. Aqueles trabalhadores que recebiam mais de 20 salários mínimos por mês somavam 2,23% dos trabalhadores das MPEs em 1997. Porém, essa distribuição do total das MPEs não se mantinha quando analisadas mais detalhadamente as MPEs das regiões brasileiras.

Observa-se que no Norte do país 22,9% dos empregados formais recebiam entre 1,01-1,50 SM, 20,67% entre 2,01-3,00 SM e 19,71% dos empregados com recebimento mensal entre 1,51-2,00 salários mínimos. No Nordeste as faixas de recebimento médio mensal apresentavam diferentes importâncias: 1,01-1,50 SM (30,89% dos empregados), 1,51-2,99 SM (19,56%) e de 2,01-3,00 salários mínimos concentrava 16,67% dos empregados formais da região em 1997.

Na região Sudeste do país, 26,61% dos empregados formais recebiam entre 2,01-3,00 SM, 14,39% entre 3,01-4,00 SM e 13,42% dos empregados com recebimentos entre 1,01-1,50 salários mínimos. É importante destacar que esta região apresentava as maiores concentrações de empregados formais (em relação às demais regiões) em todas as faixas de remuneração média acima de 3,00 salários mínimos.

No Sul do país os empregados formais concentravam-se em 28,24% com remuneração média entre 2,01-3,00 SM, 20,14% entre 1,51-2,00 SM e 12,95% entre 3,01-4,00 salários mínimos. No Centro-Oeste a maior parte dos empregados (22,68%) recebia entre 2,01-3,00 SM, 21,78% ganhava entre 1,01-1,50 SM e 21,12% dos trabalhadores recebiam em média entre 1,51-2,00 salários mínimos.

Em relação aos trabalhadores com recebimentos mensais acima de 20 salários mínimos, verifica-se que no Sudeste estes eram 2,49% do total de empregados da região, no Norte eram 2,25% e no Centro-Oeste 2,09%.

**Tabela 24**

**Participação do número de empregados formais por região, segundo a remuneração média mensal em salários mínimos – 1997**

Regiões	Salários Mínimos												Ignorado	Total
	Até 0,5 SM	De 0,51 a 1,00 SM	De 1,01 a 1,50 SM	De 1,51 a 2,00 SM	De 2,01 a 3,00 SM	De 3,01 a 4,00 SM	De 4,01 a 5,00 SM	De 5,01 a 7,00 SM	De 7,01 a 10,00 SM	De 10,01 a 15,00 SM	De 15,01 a 20,00 SM	Mais de 20 SM		
NORTE	0,11%	6,35%	22,90%	19,71%	20,67%	9,31%	5,04%	5,38%	3,78%	2,57%	1,41%	2,25%	0,52%	100%
NORDESTE	0,36%	9,72%	30,89%	19,56%	16,67%	6,56%	3,69%	3,93%	2,86%	2,13%	1,16%	1,80%	0,68%	100%
SUDESTE	0,14%	3,47%	13,42%	12,32%	26,61%	14,39%	7,79%	7,93%	5,53%	3,65%	1,60%	2,49%	0,67%	100%
SUL	0,24%	3,74%	10,82%	20,14%	28,24%	12,95%	6,62%	6,49%	4,36%	2,80%	1,20%	1,80%	0,62%	100%
CENTRO-OESTE	0,09%	4,94%	21,87%	21,12%	22,68%	9,59%	4,88%	4,90%	3,58%	2,56%	1,28%	2,09%	0,43%	100%
TOTAL MPEs	0,18%	4,51%	15,99%	15,58%	25,22%	12,63%	6,76%	6,86%	4,78%	3,18%	1,44%	2,23%	0,64%	100%

## 2.4 As Micro e Pequenas Empresas Exportadoras

As estatísticas disponíveis no Brasil não compreendem, de maneira distinta, o segmento das micro e pequenas empresas, uma vez que os dados existentes não estão associados ao porte de empresa, dificultando, desta forma, a aferição da participação da empresa de pequeno porte no esforço exportador.

Devido a dificuldade na obtenção de dados sobre a posição das MPEs nas exportações brasileiras, este item será baseado em duas pesquisas realizadas pelo SEBRAE (“Desempenho e Potencial Exportador das MPE Paulistas” de junho/1998 e “A Micro e Pequena Empresa no Comércio Exterior” de agosto/2000) as quais mostram, dentro do possível, o valor exportado pelas MPEs na década de noventa e as principais dificuldades deste segmento para exportar, segundo os próprios empresários.

Sendo assim, segundo os dados da Tabela 25, em 1990 havia 1.996 MPEs industriais exportadoras, as quais respondiam por um valor de US\$ 438,67 da exportação do país. Em geral, o total das exportações brasileiras neste ano foi de US\$ 31.413,75 milhões.

A despeito das condições adversas à atividade exportadora no pós-real (taxa de câmbio sobrevalorizada, taxas de juros elevadas, ausência de uma política para exportações e dificuldades associadas ao financiamento), no período de 1993/1996 as exportações das MPEs brasileiras (em US\$) se elevaram, e em 1996 era 83% maior do que o valor observado em 1990. Isso mostra que houve um grande esforço de exportação nas MPEs, pois neste mesmo período o volume total das exportações brasileiras cresceu 52%, sendo esta considerada uma taxa muito elevada de expansão. Sendo assim, em 1993 as MPEs industriais apresentaram exportações que totalizaram US\$ 744,02 milhões e em 1996, este valor atingiu US\$ 804,95 milhões.

Tabela 25

Evolução das Exportações Brasileiras segundo o Porte da Empresa – 1990/93/96

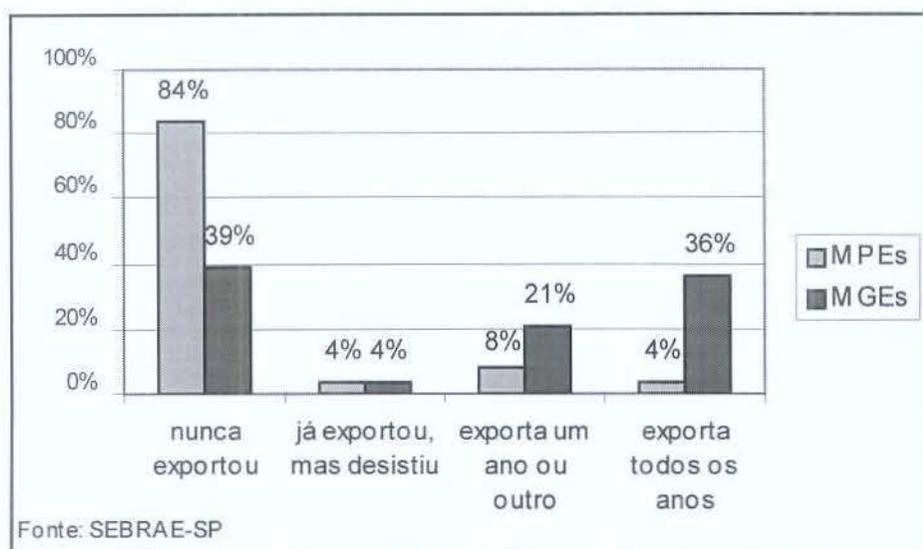
Porte da Empresa	1990		1993		1996	
	Nº de Empresas	US\$ milhões	Nº de Empresas	US\$ milhões	Nº de Empresas	US\$ milhões
Empresas Industriais	4.887	20.171,80	8.384	29.567,90	7.766	34.976,75
MPE	1.996	438,67	4.209	744,02	3.880	804,95
MGE	2.891	19.733,13	4.175	28.823,88	3.886	34.171,80
Empresas Não Industriais	3.650	11.241,95	5.244	9.133,51	5.631	12.769,97
Total	8.537	31.413,75	13.628	38.701,41	13.397	47.746,72

Fonte: SECEX/MICT. Elaboração: FUNCEX

Uma análise mais detalhada das MPEs industriais (Gráfico 2), segundo dados da pesquisa “Estudo Comparativo: Pequenas Empresas (MPEs) versus Grandes Empresas (MGEs) no Estado de São Paulo” realizada pelo SEBRAE, mostra que 84% das MPEs industriais nunca exportaram, 4% já exportou mas desistiu, 8% exporta um ano ou outro e 4% das MPEs exporta todos os anos.

Gráfico 2

Comportamento das empresas industriais com relação às exportações



Em relação às razões de nunca terem exportado, alguns empresários citaram como os principais motivos a falta de escala de produção, falta de informações sobre os mercados externos, desconhecimento dos trâmites burocráticos e as “insuficiências internas à empresa”.

Dentre as MPEs exportadoras, os principais problemas enfrentados pela empresa para ter acesso ao mercado internacional são a burocracia, custos portuários, preço não competitivo, financiamento interno, custos de transporte e acesso à informação. Ademais, o que mais influencia no preço da exportação, segundo a avaliação das empresas exportadoras, são o alto custo da produção, recolhimento de vários impostos e taxas que as empresas estão sujeitas e os custos de importação de insumos.

Desta forma, mesmo com falta de dados mais consistentes e específicos ao segmento das micro e pequenas empresas, é possível verificar que este setor ainda pode ser muito melhor explorado no que tange às exportações brasileiras. É necessário, para tanto, maiores incentivos e facilidades a este segmento, para que ele possa desenvolver seu potencial exportador. Com os dados das pesquisas, fica claro que as MPEs carecem de informações sobre o mercado externo e de estudos setoriais de mercado. As estratégias de acesso ao mercado externo limitam-se, praticamente, à participação em feiras e exposições internacionais.

Incentivar as exportações das micro e pequenas empresas, além de ser importante para o país para a entrada de capital e conseqüente equilíbrio da Balança Comercial, na visão microeconômica, promove mudanças nas empresas, especialmente quando estas são de pequeno porte. Além do aumento nas vendas e expansão dos negócios, as exportações propiciam a diversificação dos canais de distribuição de produtos, aumentam a produtividade e aprimoram a qualidade, melhoram a imagem da empresa, incentivam a utilização de novas técnicas de produção e promovem a adaptação dos produtos às exigências dos clientes.

### **3. Principais Medidas e Programas voltados às MPEs**

#### **3.1. Década de oitenta**

No início dos anos oitenta, as microempresas passaram a ser incorporadas de modo formal ao aparato institucional da política econômica, recebendo, assim, um tratamento diferenciado em relação ao conjunto das empresas. Desta forma, criou-se o SEPLAN/CEBRAE, pelos Bancos Estaduais de Desenvolvimento, o qual oferecia apoio técnico, gerencial e creditício às empresas de pequeno porte, em condições especiais de juros e formas de pagamento, e a simplificação da burocracia na contratação e liberação dos recursos e o PAMICROFIANÇA e PAMICROFINANCIAMENTO, destinados à concessão de fiança para o financiamento de capital fixo e recursos para capital de giro, respectivamente.

Em 1984 foi criado e aprovado pelo Decreto-Lei nº 7256, o Estatuto da Microempresa que estabelecia facilidades burocráticas no registro das empresas, tratamento tributário e fiscal diferenciado e melhor acesso ao crédito. O Estatuto previa uma forma especial de registro para as microempresas, com o objetivo de simplificar os procedimentos burocráticos para essa categoria de empresas. Quanto ao regime fiscal, as microempresas estavam liberadas de uma série de encargos, inclusive no que tange ao regime trabalhista e previdenciário.

Em 1985 as MPEs passaram a ser abordadas e incluídas nas linhas gerais dos programas do governo. A elas foi dado um papel próprio na estrutura industrial, qual seja, o de ocupar os espaços em que fossem competitivas na produção de bens de consumo essenciais e de baixo custo voltados para o atendimento das necessidades das classes de menor renda, no aumento da produtividade e capacitação industrial, servir de instrumento de desenvolvimento das regiões menos industrializadas e articular-se com a grande empresa.

No ano de 1988 as Micro, Pequenas e Médias empresas foram incorporadas à Constituição, registrando a obrigatoriedade de se oferecer a essas empresas tratamento fiscal e tributário diferenciado. Porém, essas condições não contribuíram muito para resolver os problemas enfrentados pelo segmento das MPEs, as quais foram obrigadas a

concentrar esforços na busca de condições para sobreviver à política recessiva que marcou o final da década de oitenta e se estendeu até o início dos anos noventa.

### **3.2. Principais Ações voltadas às MPEs na década de noventa<sup>1</sup>**

Ocorreu o surgimento, em substituição ao antigo CEBRAE, do SEBRAE – Serviço de Apoio à Pequena e Microempresa – que apesar de não estar mais diretamente vinculado à Administração Pública Federal, passou a ser uma instituição para-estatal (com um representante do governo no Conselho Deliberativo), gestora de recursos próprios e que cobra pelos seus serviços de consultoria e preparação de projetos para a obtenção de financiamento.

Na área de financiamento, houve a criação de uma linha de crédito especial a pequenas e microempresas, o MIPEM-OURO do Banco do Brasil, a partir de convênios firmados com o SEBRAE, a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio.

Em 1994 o governo aprovou a Lei nº 8.864 que instituiu o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno e Médio Porte. A principal inovação prevista foi a ampliação da base de incidência, que passou a incluir as empresas de pequeno porte. Ademais, foram ampliadas as faixas de classificação de faturamento das microempresas, que objetivava englobar um maior número de empresas ampliando o escopo de abrangência. Porém, a Lei nº 8.864 não foi regulamentada, o que impediu as simplificações dos procedimentos de gestão empresarial e demais benefícios na área fiscal e tributária.

No final de 1996, o governo federal aprovou o SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei 9.317) – cuja principal característica foi a de estabelecer um regime tributário diferenciado e integrado para as microempresas e as empresas de pequeno porte. Além disso, o SIMPLES foi uma tentativa de reduzir custos relacionados com a burocracia, dado que todos os impostos e contribuições existentes passaram a ser pagos por meio de uma única guia. Os impostos unificados pelo SIMPLES foram: Imposto de Renda das Pessoas Físicas, Contribuição para PIS/PASEP, Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), COFINS, Contribuição Previdenciária a cargo da pessoa jurídica e o Imposto sobre

---

<sup>1</sup> Para uma análise mais completa das principais ações e programas destinados às MPEs ver Gorayeb, 1998.

Produtos Industrializados (IPI). Mesmo assim, alguns impostos/contribuições não foram incluídos no SIMPLES: IOF, Imposto sobre Importação (II), Imposto sobre Exportação (IE), Imposto de Renda relativo a pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica ou ganhos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável ou na alienação de ativos, Imposto Territorial Rural (ITR), Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Contribuição para a Seguridade Social relativa ao empregado.

A instituição dos SIMPLES representou uma contribuição positiva para as MPEs no que diz respeito a redução de custos para as empresas, e também na redução do índice de mortalidade das mesmas.

Em 1998 foi criado, pelo governo federal (Medida Provisória nº 1.638), o sistema FÁCIL, o qual tornou mais simples o processo de abertura e fechamento das empresas. Este sistema dispensa o empreendedor da prova de quitação fiscal e do visto legal para a abertura de uma nova empresa, o que facilita e desonera o processo de abertura da empresa.

Deve-se atentar para o fato de que muitas das ações voltadas para o segmento das MPEs são provenientes de diversos organismos que muitas vezes não são estatais, mas que mantêm programas destinados aos pequenos estabelecimentos. Porém, observa-se que essas medidas, tomadas por diversas instituições, se apresentam pulverizadas e de forma desconexa, o que não apresenta uma estratégia geral e centralizada capaz de articular essa vasta quantidade de programas e medidas. Com isso, é importante destacar os diferentes tipos de programas existentes, e os setores que eles privilegiam.

### **3.3. Programas de Apoio à Certificação e Qualidade**

A grande parte das instituições oferece cursos de implantação e treinamento para os certificados. Existe a realização de concursos e premiações para as empresas deste segmento que obtêm certificação ISO ou implementam alguma inovação em processo gerencial o qual resulta em melhora no produto ou no atendimento a clientes. Dentre os principais programas voltados à qualificação, destacam-se:

- Programa de Qualidade Total / SEBRAE
- Bolsas SEBRAE / SENAI

- Gestão Ambiental: Rumo à ISO 14000 / SEBRAE

### **3.4. Programas destinados ao Desenvolvimento Tecnológico**

Estão basicamente concentrados no SEBRAE, que desenvolve projetos, consultorias e cursos e na FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), como financiadora. Os principais programas deste segmento são:

- PATME – Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas/FINEP
- AMPEG – Apoio à Micro e Pequena Empresa com Fundo de Garantia de Crédito/FINEP
- PRO-EDUC – Programa de Educação para a Competitividade/FINEP
- SEBRAEtec
- SEBRAEtib
- Tecnologias da Produtividade/SEBRAE
- Centro de Comercialização Tecnológica – CCT/SEBRAE
- Promoção de Negócios Tecnológicos/SEBRAE
- Bolsas SEBRAE/TEL
- Curso de Especialização de Agentes de Inovação e Difusão Tecnológica/SEBRAE
- Capacitação de Fornecedores e Distribuidores/SEBRAE
- Convênio CIESP/IPT
- Incubadoras em Pólos Tecnológicos

### **3.5. Instituições Financeiras**

No que diz respeito ao sistema financeiro, existem diversas instituições que oferecem linhas de financiamento às MPEs, com o objetivo de trazer melhorias na qualidade e produtividade. Entretanto, apenas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES – oferece financiamento de longo prazo, tornando-se, desta

forma, um dos mais importantes órgãos de fomento da economia brasileira. Em relação às principais linhas de crédito do BNDES, destacam-se:

- Financiamento a Empreendimentos (FINEM) – opera com valores superiores a R\$ 7 milhões, sendo, portanto, pouco acessível às MPEs.
- BNDES Automático: financiamentos de até R\$ 7 milhões (inclusive na aquisição e *leasing* de equipamentos) através de instituições credenciadas pelo BNDES.
- Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos – FINAME – não possui limite de valor; usado para a aquisição de máquinas e equipamentos novos, nacionais ou importados, e *leasing* de equipamentos nacionais.
- FINAME Agrícola – financiamentos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, de fabricação nacional.
- BNDES EXIM – financiamento à exportação de bens e serviços através de instituições credenciadas.

Um ponto a ser verificado é o fato de as linhas de financiamento praticadas pelo BNDES serem dedicadas às empresas em geral, independentemente do seu porte. O resultado disso é que boa parte dos recursos são repassados às empresas de maior porte, as quais possuem melhores garantias a oferecer do que os pequenos estabelecimentos. Para tentar solucionar este problema, o BNDES liberou o *spread* cobrado pelas instituições financeiras repassadoras dos recursos, objetivando facilitar o acesso das MPEs aos mesmos; o resultado disso foi o encarecimento dos empréstimos para o segmento das micro e pequenas empresas, pois estas ofereciam maiores riscos, custos operacionais elevados e baixa rentabilidade às instituições financeiras que repassam os recursos.

Em relação as demais linhas de financiamento às MPEs, provenientes de diversas instituições, merecem destaque:

- CEF GIRO/SEBRAE
- PROGER Microempresas – Caixa Econômica Federal
- PROGER Urbano – Banco do Brasil
- MIPEM Investimento, Custeio e FAT – Banco do Brasil
- Banco do Nordeste - PROFAT

- Capital de Giro com Recursos PASEP – Banco do Brasil
- HSBC Bamerindus – Giro/SEBRAE/SIMPEC
- Excel/SEBRAE/Giro
- BB Setor Informal – Banco do Brasil
- PRODEM – FAT – Banco do Brasil
- MIPEM – Programa BB de Apoio ao Desenvolvimento Municipal

Mesmo com a grande diversidade de instituições oferecendo crédito às MPEs, esse segmento ainda sofre restrições quando da necessidade de se tomar empréstimos. Para se obter financiamento, seja de bancos privados ou estatais, as micro e pequenas empresas se deparam com dificuldades tais como a obrigação de disponibilizar uma quantidade enorme de documentos às instituições que oferecem crédito, manutenção de um tempo prévio mínimo de conta corrente na instituição (às vezes até o de possuir um saldo médio de elevado valor) e a demora na liberação dos recursos. Ademais, observa-se o desinteresse dos bancos, especialmente os privados, em atuar junto a esse segmento de empresa, pelo fato de ele ser de baixa rentabilidade quando comparado com as demais formas de aplicação dos recursos.

Esses fatores restringem e impedem o acesso das MPEs às diversas linhas de crédito existentes, o que acarreta no fato de muitas empresas de pequeno porte só procurarem tomar empréstimos quando se encontram em sérias dificuldades financeiras.

### **3.6. Outros Programas**

#### *Incubadoras*

De um modo geral, consistem em prédios que reúnem vários pequenos empreendimentos que estão começando, e que na sua grande maioria situam-se nos setores mais dinâmicos da economia (eletrônica, informática, biotecnologia). Nas incubadoras, as empresas recebem apoio, capacitação e facilidades de infra-estrutura para os primeiros anos da sua existência, até se consolidarem no mercado e poderem andar por conta própria.

No período recente, verifica-se um maior interesse das Universidades (juntamente com outras instituições e com os governos estaduais) nos projetos de implantação de incubadoras, como forma de fornecer infra-estrutura para as microempresas começarem a

funcionar. Ademais, a ampliação do número de incubadoras torna-se uma forma de estimular e contribuir para o desenvolvimento regional.

Dessa forma, as incubadoras tornam-se um meio eficaz de facilitar o caminho que deve ser seguido entre a idéia do empreendedor e a sua efetivação (SOUZA:1998). No entanto, para o sucesso de uma incubadora, é fundamental a participação e cooperação das empresas interessadas, dos órgãos de apoio e das instituições públicas e privadas.

### *Microcrédito*

O conceito de microcrédito já funciona em 25 países em desenvolvimento e essa tem sido uma experiência muito rica e bem sucedida. Na América Latina, o crédito produtivo popular começou a ser difundido nas duas últimas décadas e hoje são inúmeras as sociedades que movimentam carteiras de milhões de dólares.

No Brasil a prática é mais recente. Várias organizações não governamentais já operam nesse mercado, assim como algumas instituições financeiras que criaram carteiras especializadas nesse tipo de serviço. Com a regulamentação, as sociedades de microcrédito serão subordinadas à supervisão e controle da Autoridade Monetária.

Cada vez mais vem aumentando o número de trabalhadores que procuram seus próprios negócios, na sua grande maioria de natureza familiar, motivados pelas transformações econômico-sociais por que tem passado o país nos últimos anos. Esse movimento criou uma forte demanda por mecanismos de oferta de crédito popular fora as instituições financeiras tradicionais. Como resultado dessa nova necessidade, criou-se a prática do microcrédito, que consiste em empréstimos de valores bastante reduzidos, destinados especialmente a empreendedores de classes mais baixas, com o objetivo principal de viabilizar e apoiar o estabelecimento de pequenos negócios.

Percebendo essa carência do mercado, o Banco Central regulamentou, em 02/08/1999, através da Resolução 2627/99, a constituição de empresas denominadas sociedades de crédito ao microempreendedor, cujo objetivo social é o da concessão de créditos à pessoas físicas ou pessoas jurídicas classificadas como microempresas, nos termos da legislação em vigor. Tais sociedades podem ser constituídas sob a forma de companhias fechadas ou de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, observados os limites mínimo de capital realizado e patrimônio líquido, ajustados na forma de

regulamentação em vigor de R\$ 100.000,00. É vedada a participação societária, direta ou indireta, do setor público no seu capital, assim como sua transformação em qualquer tipo de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central.

Além do capital próprio, as sociedades poderão captar recursos de empréstimos de organismos internacionais, doações, repasses de recursos orçamentários de estados e municípios e outras fontes de financiamento expressamente autorizadas pelo Banco Central. As sociedades de crédito ao microempreendedor devem atentar para o limite de diversificação do risco, representado pelo valor máximo de R\$10.000,00 por cliente.

Embora as condições do financiamento obedeçam às práticas no mercado, o que é fator positivo, as sociedades de crédito ao microempreendedor, em tese, deverão operar com *spreads* (diferença entre a taxa de captação e de aplicação) mais baixos. Isso porque a estrutura de funcionamento dessas empresas é mais barata e a experiência internacional mostra que a taxa de inadimplência, nesses casos, é inferior à do sistema tradicional.

### *Programa Brasil Empreendedor*

Este programa foi inserido a parte das demais medidas do governo realizada nos últimos anos por ser o mais recente programa destinado às MPEs, e por isso, será estudado de forma mais completa neste trabalho.

O Programa Brasil Empreendedor foi criado com o intuito de oferecer capacitação gerencial, assessoria técnica e acesso ao crédito a empreendedores e empresários envolvendo o Banco do Brasil, SEBRAE, BNDES, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal. Esta iniciativa envolve a articulação e a organização do Sistema Financeiro para a atuação planejada e uniforme no atendimento às necessidades das micro e pequenas empresas formais, informais e empreendedores.

O objetivo principal do programa é o de disponibilizar treinamento para agentes empresariais, empreendedores e empresários visando o desenvolvimento de atividades empresariais e a geração e manutenção de postos de trabalho no segmento das MPEs. Além disso, o programa tem como meta prestar assessoria técnica, apoiar a elaboração do plano de negócios e acompanhar a empresa após a concessão do crédito. Ou seja, pretende-se fortalecer o segmento das MPEs e desenvolver os microempreendedores. O Programa Brasil Empreendedor visa incentivar a criação e sustentabilidade de pequenos

empreendimentos, geradores de empregos a baixo custo. A sustentação do Programa se baseia nos apoios gerencial, técnico e financeiro às MPEs, de forma integrada e articulada, com o envolvimento de diversos parceiros.

O Programa tem como princípio básico atuar em quatro grandes eixos, de forma unificada: Promoção, Capacitação, Crédito e Assessoria Técnica.

- Promoção – trata-se da divulgação do Programa junto ao seu público alvo, que ocorrerá através de reuniões, visitas, palestras, inserções na mídia e outras ações estruturadas com as associações de classe e entidades empresariais.
- Capacitação – consiste na qualificação do empreendedor, antecedente ao crédito, tanto do ponto de vista técnico como de gestão. Como produto desse processo de capacitação, é elaborado, em conjunto com o empreendedor, um plano de negócio que se constitui na própria proposta de crédito a ser submetida aos bancos participantes do Programa.
- Crédito – visa apoiar as atividades produtivas dos micro, pequenos e médios empreendimentos produtivos, industriais, comerciais e de serviços. O crédito é repassado apenas aos empreendedores que passarem pela etapa de capacitação e cujo projeto demonstre viabilidade econômica e financeira. O Programa financia a implantação, reforma e modernização de empreendimentos formais e/ou informais, compreendendo: investimentos fixos, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro associado e isolado, bem como outros itens necessários à viabilização do projeto.
- Assessoria técnica – objetiva possibilitar aos empreendedores o aprofundamento das questões relativas à gestão, produção e mercado, visando o sucesso de seus negócios. Os resultados do empreendimento serão acompanhados e comparados com o que foi projetado no Plano de Negócios, a fim de corrigir eventuais distorções e verificar possibilidades de alavancagem do empreendimento.

Recursos das ordem de R\$ 8 bilhões seriam disponibilizados através dos programas de linha de crédito específicas dos agentes financeiros oficiais: Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Os recursos seriam provenientes de fundos constitucionais, bancos federais, Fundo de Aval (Sebrae), FGPC (BNDES), Pis/Pasep, FAT.

A promoção da capacitação empresarial em tese seria feita por 5 mil Agentes Empresariais, a serem recrutados entre estudantes universitários, cuja participação teria caráter de estágio oficial remunerado; pessoal especializado dos agentes financeiros; aposentados treinados para o desempenho desta atividade. O acesso ao Programa é feito através de preenchimento de formulário específico, a ser disponibilizado pelos Agentes Empresariais em todo o país, nos balcões do Sebrae e em qualquer agência bancária dos Agentes Financeiros. Serão investidos R\$ 32 milhões para a contratação e capacitação dos Agentes Empresariais.

O trabalho de capacitação empresarial consta do treinamento intensivo de grupos de potenciais empreendedores pelos Agentes Empresariais, sob a supervisão do Sebrae e com o apoio dos bancos oficiais federais. A finalidade deste treinamento é capacitar os empreendedores no que diz respeito aos aspectos gerenciais e tecnológicos e orientar a elaboração de um Plano de Negócios, necessário para a aprovação do crédito. Para o trabalho de capacitação, já foram destinados recursos da ordem de R\$ 255 milhões do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Os empreendedores que tiverem seu Plano de Negócios bem como a sua documentação aprovados pelo Agente Financeiro, tem os recursos do crédito disponibilizados em, no máximo, 21 dias.

Durante a implantação e o desenvolvimento do Programa, um trabalho de assessoria empresarial terá como objetivo possibilitar aos empreendedores um aprofundamento de questões ligadas ao gerenciamento, à produção e ao mercado. A capacitação, o crédito e a assessoria empresarial formam o tripé do chamado crédito solidário.

#### *Principais medidas promovidas pelo Programa*

Outras medidas para facilitar e abrir os caminhos das MPEs para o desenvolvimento são: a ampliação dos prazos de financiamento das linhas dos programas FAT/PROGER e FAMPE/Sebrae, com recursos do CODEFAT, de 5 para 8 anos; redução da alíquota de IOF de 1,5% para 0,5%; diminuição de custos operacionais, com redução de 2% na taxa de juros das linhas com recursos PIS/PASEP, bem como dos benefícios da nova fórmula de cálculo da TJLP (que tornou mais barato os financiamentos do BNDES, além da redução de 1% na

taxa de juros para os programas do Banco). Haverá também a ampliação dos limites operacionais para a concessão de crédito à pequena e microempresa.

A flexibilização do Cadin – Cadastro de Inadimplentes – prevê que, para os que não constam do Cadastro, será dispensada a apresentação de certidões; para os que estiverem inscritos com dívida até R\$ 5 mil, haverá autorização para obtenção de novos créditos. Este limite de R\$ 5 mil ainda poderá ser revisto pelos bancos envolvidos na operação.

A criação do Funproger - Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - tem como objetivo facilitar aos empreendedores de baixa renda a apresentação de garantias reais impostas pelos agentes financeiros à obtenção de linhas de crédito no âmbito do Proger (BNDES), complementando a garantia de risco aos financiamentos concedidos.

De maior abrangência, foi criado o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, que prevê a negociação dos débitos não só para micro, pequenos e médios empresários, mas para todas as empresas. A regularização dos débitos do REFIS é relativo a tributos e contribuições administrados pela Secretaria de Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, bem como à contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

### *Linhas de Crédito para as Micro e Pequenas Empresas*

## **BNDES**

### **Programa Finame**

Objetivo – Implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos.

Finalidade – Financiar, via repasse dos Agentes Financeiros, a aquisição de equipamentos novos, de fabricação nacional, cadastrados na FINAME.

### **Programa BNDES Automático**

Objetivo – Implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos.

Finalidade - Financiar, via repasse dos Agentes Financeiros, projetos envolvendo investimentos fixos e capital de giro associado.

Programa Finame Leasing

Objetivo – Implantação, expansão, modernização e realocização de empreendimentos.

Finalidade – Financiar a aquisição de equipamentos novos, de fabricação nacional, cadastrados na FINAME, para empresa de leasing, destinados ao arrendamento mercantil.

### **Banco do Brasil**

MIPEM PROGER Urbano

Finalidade – Financiamento a projetos de investimento e investimento com capital de giro associado, mediante abertura de crédito fixo, que proporcionem geração ou manutenção de emprego e renda, com recursos do FAT.

MIPEM Investimento

Finalidade - Financiamento a projetos de investimento com capital de giro associado, mediante abertura de crédito fixo, com prioridade para investimento em tecnologia, sistemas de gestão empresarial e infra-estrutura.

BNDES Automático

Finalidade – Financiamento a projetos de investimento nos setores industrial, infra-estrutura, comércio e serviços, tecnologia e treinamento, financiando, inclusive, a compra de equipamentos nacionais quando associados aos investimentos fixos e à importação de equipamentos de diversas origens.

FINAME

Finalidade – Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos novos, sem limite de valor, fabricados no país por empresas cadastradas na FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos.

FCO Empresarial

Finalidade – Financiamento a projetos de investimento para implantação, ampliação, modernização e racionalização de empreendimentos industriais, agroindustriais, de infra-estrutura e turísticos, na região Centro-Oeste.

#### MIPEM Investimento

##### Programa de Qualidade e Certificação ISSO

Finalidade – Financiamento para implantação de Programa de Qualidade ou obtenção de Certificação Série ISSO, mediante abertura de crédito fixo.

#### Setor Informal – FAT – Informativo

Finalidade – Apoio, mediante abertura de crédito, a projetos de investimentos e capital de giro associado, destinado a atender profissionais recém-formados.

#### Profissional Liberal –FAT

Finalidade – Financiamento a profissionais liberais (médicos, dentistas, veterinários, analistas de sistemas e contadores), inclusive recém-formado, para apoio à implantação, modernização e ampliação de empreendimentos que visem ao aumento da produtividade e a geração de emprego e renda.

#### BB Giro Rápido

Finalidade – Suprimento de capital de giro de forma automatizada, composto de duas modalidades de crédito: uma de crédito rotativo e outra de crédito fixo.

### **Caixa Econômica Federal**

#### GIROCAIXA

Finalidade – Crédito para capital de giro, prazo de até 24 meses para pagar.

#### GIROCAIXA Instantâneo

Finalidade – Crédito concedido com base em cheques pré-datados, prazo de 180 dias para pagar, com renovação automática.

#### PROGER Micro e Pequena Empresa

Finalidade – Financiamento de bens, serviços e capital de giro para projetos aprovados pela CAIXA, inerentes à atividade do cliente e de acordo com o projeto.

#### PROGER Recém-formados

Finalidade – Financiamento para profissionais com, no máximo, 5 anos de conclusão do curso superior ou pós-graduação, financia bens, serviços e capital de giro para projetos aprovados pela CAIXA.

#### PROGER Autônomos

Finalidade – Financiamentos para profissionais autônomos, financia bens, serviços e capital de giro para projetos aprovados pela CAIXA.

#### PROGER Profissionais liberais

Finalidade – Financiamento para profissionais liberais com curso superior e mais de 5 anos de atuação em sua área de formação, financia bens, serviços e capital de giro para projetos aprovados pela CAIXA.

#### BNDES Automático

Finalidade – Financiamento para projetos de implantação. Modernização ou ampliação de empreendimentos de empresas.

#### Poupança de Crédito Imobiliário

Finalidade – Linha de crédito imobiliário com formação de poupança prévia de 12 meses.

### **Banco da Amazônia**

#### FNOExportação – Programa de Apoio à Exportação

Objetivo – Apoiar as exportações da Região Norte, mediante financiamento à indústria e agroindústria, para a produção de bens manufaturados e semimanufaturados, destinados exclusivamente à exportação.

Finalidade – Financiar investimento fixo e misto (fixo mais capital de giro), capital de giro rotativo e financiamento isolado de máquinas e equipamentos.

#### GIRO PURO

Objetivo – Constituir reforço de caixa às empresas

Finalidade – Financiamento do capital de giro, lastreado em garantias reais.

#### BNDES / FINAME

Objetivo – Financiar, sem limite de valor, a produção e a comercialização interna e externa de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, produzidos por empresas cadastradas na FINAME.

Finalidade – Financiar aquisição de máquinas e equipamentos e veículos acima de 4,5 toneladas.

#### AMAZÔNIA FÁCIL (Microcrédito)

Objetivo – Dar apoio à microatividade econômica, tanto na área de fomento quanto na de sustentação econômica.

Finalidade – Financiar a aquisição de máquinas e equipamentos isolados e capital de giro.

#### PROGER Urbano / FAT – Programa de Geração de Emprego e Renda

Objetivo – Promover fomento às atividades produtivas, à capacitação e à criação de infra-estrutura produtiva, para dotar as comunidades beneficiadas de instrumentos que permitam seu desenvolvimento em bases auto-sustentáveis.

Finalidade – Financiar investimento fixo e misto (fixo associado a capital de giro) e capital de giro isolado.

#### PRODETUR – Programa de Desenvolvimento de Turismo Regional

Objetivo – Promover o desenvolvimento do turismo regional, contribuindo para a consolidação de pólos de ecoturismo, via aumento da oferta e melhoria de meios de

hospedagem e de transporte, priorizando os pequenos negócios como forma de valorizar a sua capacidade de geração de renda e emprego.

Finalidade – Financiar investimento fixo e misto (fixo associado a capital de giro) e capital de giro isolado.

**PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Industrial**

Objetivo – Promover a ampliação, implantação, modernização e realocação de empreendimentos industriais na Região Norte.

Finalidade – Financiar investimento fixo e misto (fixo associado a capital de giro) e capital de giro isolado.

**PROAGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria**

Objetivo – Criar condições para o processamento local de matérias-primas de origem agrícola, pecuária e florestal, gerando empregos e renda na região.

Finalidade – Financiar investimento fixo e misto (fixo associado a capital de giro) e capital de giro isolado.

**BNDES Automático**

Objetivo – Dar apoio à micro, pequena, média e grande empresa, voltado para o desenvolvimento econômico-social da região.

Finalidade – Financiar investimento fixo e misto (fixo associado a capital de giro) e capital de giro isolado.

### **Banco do Nordeste**

Industrial

Objetivos – Conceder financiamentos de maneira complementar ao setor industrial do Nordeste, como forma de aumentar sua contribuição para o crescimento econômico regional.

Finalidade – Investimentos fixos, capital de giro associado, aquisição isolada de matéria-prima/insumos.

#### Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (PMPE)

Objetivos – Apoiar as microempresas e empresas de pequeno porte, visando a geração de emprego e renda, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico.

Finalidade – Investimentos fixos, capital de giro associado.

#### FINAME e BNDES Automático

Objetivo – Apoiar investimentos que visem o fortalecimento da competitividade econômica brasileira, a geração de emprego e melhoria da qualidade dos postos de trabalho, atenuação das desigualdades regionais e a preservação do meio ambiente.

Finalidade – Investimentos fixos, capital de giro associado.

#### PROTRABALHO – FAT

Objetivo – Apoiar os empreendimentos visando a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, na Região Nordeste e Norte de Minas Gerais.

Finalidade – Investimentos fixos, capital de giro associado até 50% (micro/pequena) e 35% (média).

#### PROGER – FAT – FNE

Objetivo – Desenvolver ações voltadas para a criação de emprego e geração de renda para as populações mais carentes, de forma a incorporá-las ao processo produtivo e permitir seu desenvolvimento em bases sustentáveis.

Finalidade – Investimentos fixos, capital de giro associado até 50%, aquisição isolada de matérias-primas/insumos.

#### INFORMAL

##### Central de Microcrédito Nordeste – CREDIAMIGO

Objetivo – Apoiar as microunidades produtivas por meio da concessão e serviços complementares de capacitação empresarial.

Finalidade – Capital de giro

#### **4. Mortalidade das Empresas Brasileiras**

No Brasil, bem como na maioria dos países, as micro e pequenas firmas respondem pela grande maioria das unidades produtivas criadas anualmente. A criação de estabelecimentos é uma dinâmica desejável, na medida em que permite a geração de novos empregos e de oportunidades para mobilidade social, além de contribuir para o aumento da competitividade e a eficiência econômica. Além disso, é através desses estabelecimentos que milhões de trabalhadores conseguem chegar ao mercado de trabalho.

Embora o estudo da natalidade e da mortalidade de firmas seja de reconhecida importância, existe um grande desconhecimento na literatura sobre esse assunto no tocante às unidades brasileiras. Até o presente momento, apenas o SEBRAE Nacional, o SEBRAE de Minas Gerais e o SEBRAE de São Paulo realizaram trabalhos sobre as taxas de mortalidade das empresas instaladas no país.

Mesmo conhecendo as restrições e dificuldades de obtenção de dados confiáveis sobre tal assunto, este capítulo destinou-se a dar uma visão geral da taxa de mortalidade das empresas brasileiras, com destaque para os estabelecimentos de menor porte, com a elaboração uma análise da mortalidade das empresas em um período recente, com dados de 1995 a 1997. Desta forma, pôde-se avaliar, também, a mortalidade das empresas considerando seus primeiros anos de vida, verificando se realmente é no início das suas atividades que o empresário se depara com as maiores dificuldades. Ademais, baseando-se em entrevistas com os empreendedores, foi feita uma avaliação das principais causas da mortalidade das empresas, segundo a visão dos mesmos.

O objetivo do estudo foi o de mostrar que mesmo com as diversas políticas e programas voltados ao desenvolvimento e manutenção das MPEs na estrutura produtiva brasileira, este segmento ainda é aquele que apresenta as maiores taxas de mortalidade na economia. Isso reflete não só no número de estabelecimentos, mas também na perda de postos de trabalho. Com isso, pode-se verificar que o segmento das micro e pequenas empresas ainda é muito frágil, e requer maior atenção e ordenação dos programas destinados a ele, pois este setor é de suma importância na geração de empregos, principalmente em momentos de recessão econômica.

Para realizar esta análise, foram usadas três pesquisas referentes à mortalidade das empresas, sendo que cada uma delas partiu de uma metodologia diferente, além do fato de englobarem períodos distintos. Desta forma, o capítulo foi dividido em três tópicos principais, cada um baseado integralmente em cada um dos trabalhos utilizados.

#### **4.1. Pesquisa: “Estudo da Mortalidade nas Empresas do Estado de São Paulo”**

Esta pesquisa realizada pelo SEBRAE partiu do levantamento de campo concluído em dezembro de 1998, junto a uma amostra de 3.000 empresas nascidas, nos anos de 1995, 1996 e 1997. A análise não distingue as empresas em relação ao porte das mesmas, e considera os estabelecimentos do Estado São Paulo. O objetivo foi o de calcular a taxa de mortalidade das empresas instaladas no Estado de São Paulo, até os seus três primeiros anos de vida, bem como identificar os fatores que foram determinantes para o processo de fechamento ou a sobrevivência dessas empresas.

Na primeira parte do estudo, apresentou-se uma consolidação da taxa de mortalidade das empresas, calculada para todo o Estado de São Paulo, bem como os indicadores de mortalidade em relação os principais setores de atividade (Indústria, Comércio e Serviços) e por regiões do Estado (RMSP e Interior).

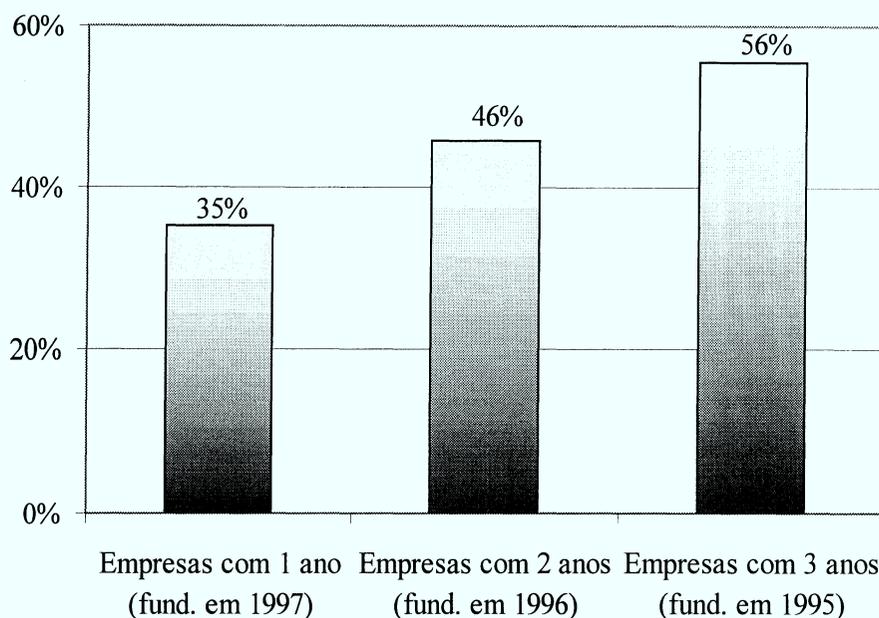
Na segunda parte da pesquisa, estão os dados referentes às causas da mortalidade das empresas paulistas e os principais fatores que afetaram o fechamento das mesmas.

Mesmo não apresentando dados mais específicos ao Brasil e às MPes, tal pesquisa torna-se interessante para se ter uma visão geral da mortalidade das empresas, pois como foi visto no capítulo 2, o Estado de São Paulo concentra a maior parte dos estabelecimentos e dos empregos formais do país, tornando-se, desta forma, uma importante amostra a ser analisada.

Dessa forma, segundo os dados da pesquisa, verifica-se que em média a taxa de mortalidade das empresas paulistas foi de 35% no primeiro ano de atividade, 46% (acumulado) no segundo ano e 56% (acumulado) das empresas não sobreviveram mais de três anos.(Gráfico 3)

### Gráfico 3

#### Taxa de mortalidade acumulada das empresas paulistas, média geral (levantamento concluído em dez/98)



Fonte: Sebrae-SP/Fipe (pesquisa de campo)

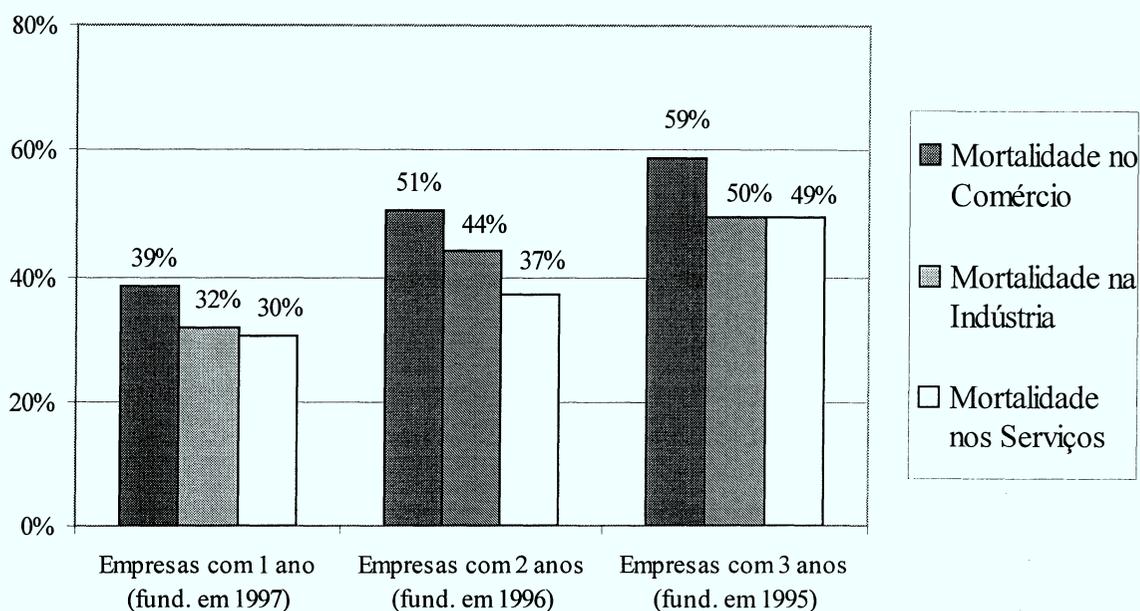
Em relação aos principais setores da economia (Comércio, Indústria e Serviços), a taxa de mortalidade das empresas apresentou diferenças relevantes. No Comércio, 39% dos estabelecimentos encerraram suas atividades já no primeiro ano, 51% deles não chegaram a dois anos de existência e 59% (valores acumulados) não completaram três anos. Este setor foi aquele que apresentou as maiores taxas de mortalidade no período analisado. Este maior índice de mortalidade dos estabelecimentos no Comércio, se deve, em parte, ao fato deste setor não apresentar grandes barreiras à entrada de novos empreendimentos, o que estimula/facilita a inserção de pessoas despreparadas no mercado e que sequer avaliaram seu projeto, as quais iniciam uma atividade como forma de “fugir” do desemprego.

Na Indústria, 32% dos estabelecimentos foram fechados antes do primeiro ano de vida, 44% antes do segundo ano e 50% (valores acumulados) dos estabelecimentos não chegaram a três anos de existência. Nos setor Serviços a taxa de mortalidade das empresas verificada foi a menor: 30% encerraram as atividades antes de completar um ano, 44%

antes de dois anos e 49% dos estabelecimentos fecharam antes do terceiro ano de existência.(Gráfico 4)

**Gráfico 4**

**Taxa de mortalidade acumulada das empresas paulistas, por setor de atividade  
(levantamento concluído em dez/98)**



Fonte: Sebrae-SP/Fipe (pesquisa de campo)

Em relação às dificuldades encontradas pelo empresário no primeiro ano de atividade, verifica-se diferenças de opinião em relação aos donos de estabelecimentos que fecharam e os que se mantiveram no mercado.

Dentre os empresários que “sobreviveram” ao primeiro ano das atividades do seu estabelecimento, as principais dificuldades sofridas foram a recessão econômica (44%), a falta de capital de giro (43%), a elevada carga tributária (36%) e a concorrência muito forte (29%). É importante ressaltar que esta pesquisa admitiu múltiplas escolhas dos entrevistados.

Em relação aos empresários que não foram bem sucedidos, e tiveram seus estabelecimentos fechados antes de um ano de existência, as principais dificuldades

encontradas neste curto período de atividade foram: falta de capital de giro (41%), recessão econômica (28%), carga tributária elevada e maus pagadores (24% cada) e concorrência muito forte e falta de clientes (23% cada). Da mesma forma, esta pesquisa admitiu múltiplas respostas de cada empresário.

A pesquisa ainda traz dados de uma entrevista com os donos de estabelecimentos que encerraram suas atividades, onde lhes foi indagado quais os motivos do fechamento da empresa. Da mesma forma, ela admitia mais de uma resposta por empresário. Os resultados foram os seguintes: motivos relacionados à falta de demanda apresentaram maior incidência (30%), problemas com crédito e capital de giro (25%), problemas pessoais (16%) e a inadimplência dos clientes apareceu em 9% das respostas. (Gráfico 5)

**Gráfico 5**  
**Motivos do fechamento**



A análise das questões referentes às dificuldades pelas quais as empresas passaram e o tipo de assessoria que necessitam indicam que a questão do crédito e disponibilidade/administração do capital de giro são relevantes para a sobrevivência das empresas. Basta lembrar que este fator foi o segundo apontado pelos empresários que se mantiveram no mercado como as maiores dificuldades no primeiro ano das atividades, e a maior dificuldade para os empresários que não foram bem sucedidos

Mesmo assim, pode-se dizer que o fenômeno da mortalidade das empresas não deve ser atribuído a um único fator isoladamente. Na verdade, as chances de uma empresa encerrar suas atividades dependem de um conjunto de fatores que, quando combinados, podem ampliar (ou reduzir) o risco de fechamento das empresas

#### **4.2. Pesquisa “Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas”**

A pesquisa foi realizada em duas fases em 12 (doze) Unidades da Federação, no período de agosto/98 a junho/99, a partir de metodologia desenvolvida em projeto piloto executado em Minas Gerais em 1997. Na primeira fase, foi apurada a taxa de mortalidade das empresas para até três anos de criação das mesmas. Na segunda etapa do trabalho, foram identificados os fatores condicionantes dessa mortalidade, a partir dos resultados das entrevistas realizadas junto a empresas extintas e empreendimentos em atividade.

Dentre os principais resultados da pesquisa pode-se destacar as taxas de mortalidade, independente do porte da empresa, dos estabelecimentos de diferentes estados brasileiros, o que fornece uma visão geral da mortalidade das empresas no Brasil.

Segundo os dados da Tabela 26, no estado do Acre, por exemplo, 31% dos estabelecimentos não sobreviveram um ano, 45% não chegaram a completar dois anos e 54% dos estabelecimentos da região foram fechados antes de completarem três anos de existência. O Amazonas foi o estado que apresentou as maiores taxas de mortalidade das empresas, independente do tempo que estas levaram para fechar; observa-se que neste estado 61% dos estabelecimentos não sobreviveu sequer um ano, 68% das empresas fecharam antes de completar dois anos de vida e 72% dos estabelecimentos não conseguiram se manter por mais de três anos. O Paraná também apresentou altas taxas de mortalidade dos seus estabelecimentos: 57% deles sobreviveram menos de um ano, 68%

não chegaram a dois anos e 73% (maior índice acumulado observado dentre todos os estados analisados) das empresas paranaenses não completaram três anos de atividade. No Estado de São Paulo verificou-se que 35% dos estabelecimentos fecharam antes de completar um ano, 47% antes de dois anos e 56% não atingiram três anos de existência.

**Tabela 26**  
**Taxa de Mortalidade (Valores em %)**

Ano de Criação	UNIDADES DA FEDERAÇÃO												
	AC	AM	MG	MS	RN	PB	PE	PR	RJ(1)	SC(1)	SE	SP	TO
1997	31	61	-	51	49	35	46	57	23-30	39-49	38	35	34
1996	45	68	36	56	56	56	56	68	34-40	49-58	51	47	50
1995	54	72	47	68	61	55	57	73	53-61	57-63	55	56	63

(1)A taxa superior foi obtida agregando-se o percentual de empresas pertencentes aos cadastros de empresas extintas

Fonte: Pesquisa Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas - Sebrae

Os dados da Tabela 27 mostram a proporção de empresas extintas e em atividade, dada a Unidade da Federação e o porte do estabelecimento. Com isso, tem-se que no Estado de São Paulo, 89% dos estabelecimentos em atividade eram de microempresas, enquanto 10% era de empresas de pequeno porte. Por outro lado, 96% dos estabelecimentos extintos no mesmo período eram de microempresas e 4% de pequenas empresas.

Os estados com maior índice de microempresas extintas eram o Amazonas e o Paraná, onde 99% dos estabelecimentos fechados pertenciam a este estrato de empresa. Em relação aos estabelecimentos de pequeno porte, a maior participação nos estabelecimentos extintos se deu em Pernambuco, onde este porte de empresa respondia por 6% do total de estabelecimentos fechados. Em média, as microempresas eram responsáveis por 96% do total de estabelecimentos fechados, e os pequenos estabelecimentos por 4%. Mesmo em regiões como o Rio Grande do Norte, onde as microempresas correspondiam a 80% do total de estabelecimentos (menor participação observada deste segmento) e as pequenas empresas totalizavam 18% dos estabelecimentos (maior participação deste porte em relação

às demais regiões), a proporção dentre os estabelecimentos extintos era a mesma: 96% (micro) e 4% (pequenas empresas).

**Tabela 27**  
**Proporção dos Portes de Empresa no Total de Estabelecimentos, em Atividade ou Extintos (valores em %)**

Porte da Empresa	UNIDADES DA FEDERAÇÃO																					
	AC		AM		MS		PB		PE		PR		RN		SC		SE		SP		TO	
	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN
Microempresa	94	96	88	99	87	96	89	97	87	94	99	99	80	96	93	96	93	98	89	96	87	96
Pequena empresa	6	4	12	1	11	4	9	3	12	6	1	1	18	4	7	4	7	3	10	4	13	4
Média empresa	0	1	1	0	2	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Grande empresa	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas - Sebrae

Neste trabalho também foram realizadas entrevistas (neste caso de forma induzida, com a identificação de várias opções para o empresário selecionar – admitia mais de uma resposta) para se saber quais tinham sido as dificuldades encontradas pelo agente na condução das atividades. Como pode ser visto na Tabela 28, as opções mais vezes assinaladas, independentemente do estado analisado ou da situação do estabelecimento (em atividade ou extinto), foram a falta de capital de giro, a recessão econômica no país e a carga tributária elevada. No Estado de São Paulo, por exemplo, 43% dos donos de estabelecimentos em atividade e 41% daqueles cujas empresas haviam sido extintas, indicaram a falta de capital de giro como a principal dificuldade. A recessão econômica foi lembrada por 44% e 28%, respectivamente, pelos donos destes estabelecimentos. Quanto a carga tributária elevada, 36% dos empresários “em atividade” e 24% dos empreendedores cujo estabelecimento estava extinto citaram essa dificuldade.

**Tabela 28**

**Principais dificuldades na condução das atividades da empresa**

Resposta	PRINCIPAIS DIFICULDADES NA CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA (*)																					
	AC		AM		MS		PB		PE		PR		RN		SC		SE		SP		TO	
	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN	ATIV	EXTIN
falta de capital de giro	50	63	46	48	37	30	65	54	28	30	7	23	50	53	52	46	43	60	43	41	54	54
falta de crédito	16	14	13	33	7	6	9	7	4	3	8	6	12	5	8	13	8	10	10	12	10	11
problemas financeiros	20	15	26	41	14	29	24	29	13	21	31	43	11	10	8	19	11	20	11	11	15	38
maus pagadores	36	27	19	16	26	13	32	25	23	3	15	4	32	18	21	20	29	22	27	25	36	20
falta de clientes	18	25	21	21	9	19	16	26	5	20	32	24	9	36	20	25	7	49	21	24	15	38
desconhecimento do mercado	2	6	4	9	2	6	3	7	0	7	4	8	4	12	6	10	1	8	2	10	9	6
concorrência muito forte	21	24	23	10	26	11	29	23	12	17	11	9	34	36	29	16	16	20	29	24	14	11
instalações inadequadas	4	7	3	1	3	1	5	4	2	3	0	1	3	5	6	4	1	2	3	2	3	2
ponto inadequado	6	13	4	8	2	3	2	9	3	8	2	5	6	12	10	9	4	4	5	13	5	12
carga tributária elevada	32	25	39	33	51	33	38	28	42	23	13	6	42	26	36	25	49	25	36	24	32	13
falta de mão-de-obra qualificada	17	8	8	6	13	7	5	6	3	1	1	3	10	3	13	7	11	6	9	3	27	8
falta de conhecimentos gerenciais	3	8	3	4	3	5	1	2	0	1	0	3	3	5	5	7	2	0	2	5	3	4
recessão econômica no país	33	20	45	28	39	27	34	15	64	45	34	34	37	30	41	17	49	2	44	28	26	25
problemas com a fiscalização	6	5	2	2	9	5	5	4	1	0	0	1	0	4	4	8	2	0	3	7	10	8
outra	8	8	1	3	4	16	1	12	4	13	4	11	4	5	2	14	0	1	9	17	2	11

(\*) A questão admitia mais de uma opção / Valores em (%)

Fonte: Pesquisa Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas - Sebrae

### 4.3. Pesquisa - “Sobrevivência das Firms no Brasil: Dez.1995/Dez.1997”

Este estudo baseou-se na investigação de cerca de dois milhões de estabelecimentos formais com registros no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no período dez.1995/dez.1997. A base de dados utilizada foi a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que contém informações sobre o emprego formal em 31 de dezembro de cada ano. As taxas de natalidade e mortalidade foram analisadas sob a ótica de tamanho e impacto no emprego. Portanto, o objetivo da pesquisa foi o de se avaliar a dinâmica de criação e fechamento de firmas no Brasil para o período de dez.1995/dez.1997.

A Tabela 29 traz dados referentes a criação e fechamento de estabelecimentos de 1995 a 1997, para um total de empresas divididas entre autônomas e filiadas. No final de 1997, havia quase dois milhões de estabelecimentos no Brasil. Em comparação com dezembro de 1995, houve um aumento líquido de 11,2% no número total de unidades, com um crescimento maior em 1997 do que no ano anterior. Tanto a taxa de natalidade quanto a de mortalidade de firmas aumentaram significativamente. Cerca de 350 mil estabelecimentos foram criados em 1996, enquanto 566 surgiram em 1997. Da mesma forma, o número de estabelecimentos fechados passou de 275 mil em 1996 para 442 mil no ano seguinte. Desse modo, houve um crescimento no estoque de firmas de 75 mil unidades em 1996 e de 124 mil em 1997.

No intervalo de dez.1996 a dez.1997 as taxas de natalidade e de mortalidade dos estabelecimentos no Brasil foram de 30,7% e 24%, respectivamente, o que acarretou em uma taxa de crescimento líquido de 6,7% no número de unidades.

**Tabela 29**

#### **Criação e Fechamento das Firms: Filiadas versus Autônomas**

	Nº de Firms em 1995	Natalidade em 1996	Mortalidade em 1996	Nº de Firms em 1996	Natalidade em 1997	Mortalidade em 1997	Nº de Firms em 1997
Total	1.769	350	-275	1.844	566	-442	1.968
Filiadas	348	43	-41	350	45	-44	351
Autônomas	1.421	307	-234	1.494	521	-398	1.617

Fonte: Pesquisa Sobrevivência das Firms no Brasil: Dez.1995/Dez.1997

Segundo o tamanho dos estabelecimentos (Tabela 30), verifica-se que entre 1995/1996 e 1996/1997 ocorreu a elevação do número de unidades em todos os portes de empresa. No período de 1995 a 1996, as microempresas apresentaram um variação líquida positiva de 70.102 estabelecimentos, resultado da criação de mais 339.208 unidades (taxa de natalidade de 20,8%) e o fechamento de 269.106 estabelecimentos (taxa de mortalidade de -16,5%). As empresas de pequeno porte (20-99 empregados) apresentaram taxa de natalidade de 7,9% e taxa de mortalidade no valor de -4,1% neste período, o que significou a criação de 8.832 novos estabelecimentos e o fechamento de outros 4.593. No final, os pequenos estabelecimentos tiveram elevação de 4.239 unidades.

Entre 1996 e 1997, ocorreu a criação de 552.469 novos microestabelecimentos, e o fechamento de outros 429.530, o que implicou elevação de 122.939 estabelecimentos com 0-19 empregados neste período. No mesmo intervalo de tempo, foram criados 11.330 novos estabelecimentos de pequeno porte, e fechados outros 10.458. Portanto, saldo foi de novos 872 estabelecimentos de pequeno porte entre 1996/1997.

**Tabela 30**  
**Criação e Fechamento de Estabelecimentos no Brasil - 1995/1997**  
**(Em mil firmas)**

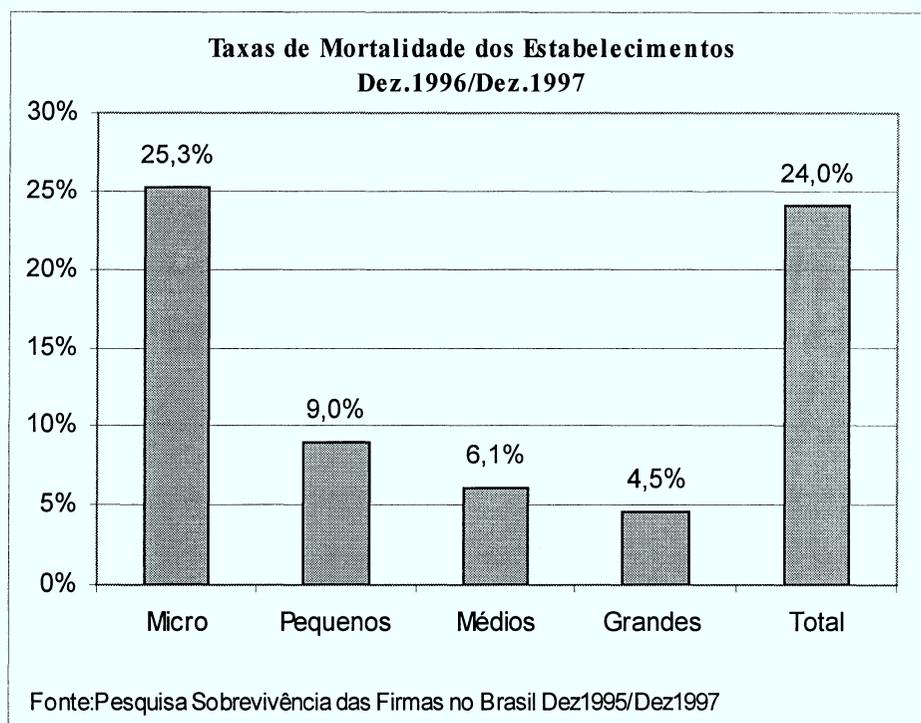
Porte dos Estabelecimentos	Micro (0-19)	Pequenos (20-99)	Médios (100-499)	Grandes (500 ou +)	Total
<b>Número de Estabelecimentos em 1995</b>	<b>1.626.982</b>	<b>112.342</b>	<b>25.176</b>	<b>5.016</b>	<b>1.769.516</b>
Natalidade em 1996	339.208	8.832	1.403	205	349.648
Mortalidade em 1996	-269.106	-4.593	-913	-164	-274.776
Varição Líquida em 1996	70.102	4.239	490	41	74.872
<b>Número de Estabelecimentos em 1996</b>	<b>1.697.084</b>	<b>116.581</b>	<b>25.666</b>	<b>5.057</b>	<b>1.844.388</b>
Natalidade em 1997	552.469	11.330	1.635	237	565.671
Mortalidade em 1997	-429.530	-10.458	-1.567	-228	-441.783
Varição Líquida em 1997	122.939	872	68	9	123.888
<b>Número de Estabelecimentos em 1997</b>	<b>1.820.023</b>	<b>117.453</b>	<b>25.734</b>	<b>5.066</b>	<b>1.968.276</b>

Fonte: Pesquisa Sobrevivência das Firms no Brasil: Dez1995/Dez1997

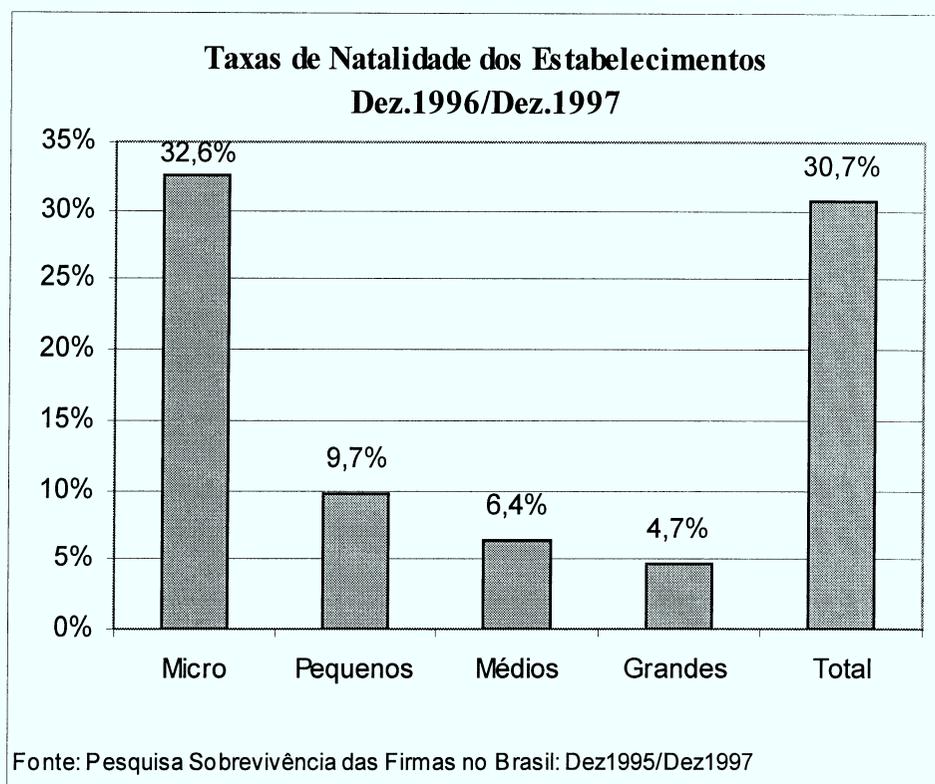
A taxas de mortalidade (Gráfico 6) e natalidade (Gráfico 7) dos estabelecimentos, segundo o porte dos mesmos, mostram que entre 1996/1997 o segmento das microempresas foi o que apresentou as mais elevadas taxas de mortalidade (25,3%) e natalidade (32,6%), resultando, ainda assim, no setor com maior variação líquida (7,3%) no número de estabelecimentos neste período.

As empresas de pequeno porte incorreram em variação positiva de 0,7% no número de estabelecimentos no período 1996/1997, resultado de uma taxa de natalidade de 9,7% e de mortalidade de 9,0%. Os estabelecimentos de médio e grande porte apresentaram taxa de mortalidade no valor de 6,1% e 4,5%, respectivamente, e taxa de natalidade de 6,4% e 4,7%. Isso significou um aumento de 0,3% e 0,2%, respectivamente, no número de estabelecimentos das empresas de médio e grande porte.

**Gráfico 6**



**Gráfico 7**

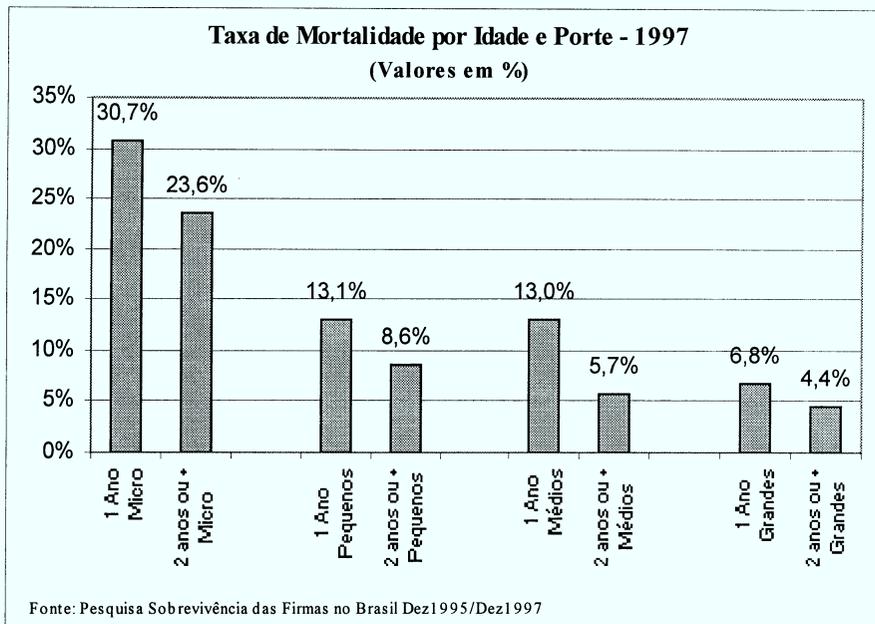


Considerando-se a idade do estabelecimento, observa-se que as maiores taxas de mortalidade, independente do porte da empresa, situam-se no primeiro ano de atividade do empreendimento. Dessa forma, verifica-se (Gráfico 8) que, em geral, 30,7% das microempresas não resistem e fecham ainda no primeiro ano de existência. Da mesma maneira, 23,6% dos estabelecimentos com mais de um ano de atividade acabam por fechar nos anos seguintes.

As empresas de pequeno porte apresentaram uma taxa de mortalidade de 13,1% dos estabelecimentos para as unidades com até um ano. Os estabelecimentos com mais tempo de atividade, apresentaram taxas de mortalidade de 8,6% do total de suas unidades.

As empresas de médio e grande porte com até um ano possuem taxas de mortalidade de 13% e 6,8%, respectivamente, e aquelas com dois ou mais anos, taxas de mortalidade de 5,7% e 4,4%.

**Gráfico 8**



Quanto a geração/destruição do emprego formal (Tabela 31), observa-se que entre 1995/1996 e 1996/1997, apenas as micro e pequenas empresas apresentaram geração líquida positiva de empregos. Em geral, as unidades surgidas em 1996 contribuíram com 1.783 mil postos de trabalho formal naquele ano. Os estabelecimentos que fecharam durante 1996 e aqueles constituídos em 1995 e que permaneceram operando demitiram liquidamente, em 1996, 959 mil e 749 mil empregados formais, respectivamente.

Em 1997 ocorreu a contratação adicional de 274 mil trabalhadores formais. As unidades surgidas em 1997 e 1996 foram responsáveis pela criação líquida de 2.249 mil e 100 mil postos de trabalho, respectivamente. As perdas de empregos formais ocorreram como resultado do fechamento de empresas em 1997 (-1.336 empregados) e daqueles estabelecimentos criados em 1995 e que demitiram funcionários (-739 mil).

Em relação aos microestabelecimentos, verifica-se que estes apresentaram elevação líquida nos postos de trabalho no montante de 517 mil (1995/1996) e 758 mil (1996/1997) novos empregos formais. O mesmo ocorreu com as pequenas empresas, cujo número de empregos formais obteve uma variação líquida positiva entre 1995/1996 de 19 mil novos postos de trabalho e entre 1996/1997 de outros 32 mil novos empregos. Com isso, o crescimento do número de empregos formais das MPEs mais do que compensou a redução

dos postos de trabalho nas médias e grandes empresas, reforçando ainda mais a importância deste segmento no que tange a geração de empregos formais.

**Tabela 31**  
**Criação e Fechamento de Estabelecimentos no Brasil - 1995/1997**  
**(Em mil empregados)**

Porte dos Estabelecimentos	Micro (0-19)	Pequenos (20-99)	Médios (100-499)	Grandes (500 ou +)	Total
<b>Número de Trabalhadores em 1995</b>	<b>5.424</b>	<b>4.499</b>	<b>5.140</b>	<b>8.692</b>	<b>23.756</b>
<b>Criação e destruição de empregos em 1996</b>					
Dos estabelecimentos criados em 1996	775	338	274	396	1.783
Dos estabelecimentos fechados em 1996	-306	-184	-183	-286	-959
Dos estabelecimentos sobreviventes de 1995	49	-135	-176	-486	-749
<b>Geração Líquida de Empregos em 1996</b>	<b>518</b>	<b>19</b>	<b>-85</b>	<b>-376</b>	<b>75</b>
<b>Número de Trabalhadores em 1996</b>	<b>5.942</b>	<b>4.518</b>	<b>5.055</b>	<b>8.316</b>	<b>23.831</b>
<b>Criação e destruição de empregos em 1997</b>					
Dos estabelecimentos criados em 1997	1.233	429	318	269	2.249
Dos estabelecimentos fechados em 1997 (Vivos em 1996)	-518	-210	-171	-195	-1.095
Dos estabelecimentos fechados em 1997 (Criados em 1997)	-147	-45	-33	-17	-242
Dos estabelecimentos sobreviventes de 1996	56	-155	-256	-385	-739
Dos estabelecimentos criados em 1996 (Vivos em 1997)	134	12	-20	-26	100
<b>Geração Líquida de Empregos em 1997</b>	<b>758</b>	<b>31</b>	<b>-162</b>	<b>-354</b>	<b>273</b>
<b>Número de Trabalhadores em 1997</b>	<b>6.700</b>	<b>4.549</b>	<b>4.893</b>	<b>7.962</b>	<b>24.104</b>

Fonte: Pesquisa Sobrevivência das Firms no Brasil: Dez1995/Dez1997

Os estudos mostraram, de uma forma geral, que ocorre uma intensa movimentação na economia no tocante ao número de firmas, com a quantidade significativa de estabelecimentos sendo criados e fechados a cada ano. A taxa de mortalidade se reduz com o porte e a idade do estabelecimento, resultado este que se manteve para os períodos analisados nas diversas pesquisas. Este movimento é decorrente do fato de nos primeiros anos de atividade de uma firma, ocorrerem inúmeras incertezas quanto a demanda de seus

produtos e à própria competência do empresário e de seus empregados. Com o passar dos anos, o empreendedor adquire maior experiência no seu ramo de atividade.

Em relação ao fato de ocorrer menor mortalidade nos grandes estabelecimentos, pode-se dizer que este porte de empresas tem mais acesso ao mercado de capitais do que uma pequena unidade, tem maior acesso a capital humano e financeiro, obtendo, então, condições diferenciadas de entrada, o que reflete nas menores taxas de extinção das atividades.

É importante ressaltar o fato de os pequenos empresários, de firmas extintas ou em atividade, terem ressaltado como principais dificuldades na condução das atividades a falta de capital de giro, carga tributária elevada e a recessão econômica, entre outras. Isso apenas reforça o fato de que se deve melhorar a qualidade dos programas e políticas dirigidas ao segmentos das MPEs, assim como fazê-las de modo articulado. Como foi visto no capítulo 3, existem diversas instituições, privadas ou estatais, que oferecem linhas de crédito aos pequenos empreendedores, porém, os financiamentos a este segmento são caros e muitas vezes mal divulgados, e o empresário sequer sabe da existência deles. O resultado disso, é que os donos de pequenos estabelecimentos só recorrem a empréstimos quando sua situação está muito difícil, às vezes sem chance de se recuperar. Em relação aos tributos, verifica-se que mesmo com a instituição do SIMPLES, o qual visava facilitar o pagamento de um certo número de impostos e contribuições, as MPEs ainda sofrem com as elevadas taxas que são cobradas, sendo esta uma das principais dificuldades encontradas por este setor para manter seus negócios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados demonstrados neste trabalho, pode-se verificar que as micro e pequenas empresas são de suma importância para a economia brasileira, não só na dinâmica da criação de estabelecimentos como no número de empregos formais gerados por este segmento. Observa-se que as empresas de pequeno porte possuem grande influência (no número de estabelecimentos e postos de trabalho gerados) nos diferentes setores da economia brasileira (Indústria, Comércio e Serviços). Ademais, foi possível analisar a importância das MPEs sob a ótica regional, verificando em que regiões e setores da economia brasileira este segmento tem maior participação.

Outro importante aspecto analisado foi a qualidade do emprego gerado pelas pequenas empresas em comparação com as de maior porte e dentre as pequenas empresas das regiões brasileiras. Com os dados, foi possível observar o grau de instrução e a remuneração média dos empregados deste segmento.

Ademais, verificou-se a participação das MPEs nas exportações brasileiras. Foi possível constatar que este segmento ainda não possui grande participação nesta atividade; porém, se políticas e programas de estímulo forem dedicados a este segmento, de forma articulada, pode-se esperar o aumento da importância dos micro e pequenos estabelecimentos nas exportações do país.

No que tange aos programas e ações destinados exclusivamente às micro e pequenas empresas nos últimos anos, verificou-se que o segmento foi ganhando a importância devida recentemente, e o governo federal começou a tratá-lo de forma separada considerando suas especificidades e fragilidades. Diversas linhas de financiamento, privadas e estatais, foram criadas com o intuito de auxiliar os pequenos empresários na criação/melhoria dos seus estabelecimentos, seja via aquisição de máquinas e equipamentos, expansão da planta, compra de insumos.

Assim, o Governo Federal criou o Programa Brasil Empreendedor em 1998, visando não só auxiliar o segmento das MPEs como o de treinar e qualificar futuros novos empreendedores, para que estes não se inserissem no mercado sem um bom planejamento prévio da sua empresa, para no futuro tornar-se mais um empreendedor mal sucedido e

fosse obrigado encerrar suas atividades. Ocorreu grande divulgação do programa e a disponibilização de várias linhas de crédito a serem usadas pelas MPEs.

Por outro lado, mesmo com todo o esforço objetivando o fortalecimento das MPEs, observou-se que este segmento é (sempre foi) aquele que apresenta as maiores taxas de mortalidade em todo o país. Com foi visto, quanto maior o porte da empresa, menores as chances de extinção. Entretanto, mesmo com uma dinâmica de criação/fechamento de estabelecimentos maior do que a verificada nas empresas de maior porte, as MPEs apresentaram variação líquida positiva no número de empregos formais entre 1995 e 1997, o que não ocorreu nas grandes empresas. Pode-se dizer que graças aos pequenos estabelecimentos, o número de postos de trabalho no país nos últimos anos se elevou ao invés de ter sido reduzido.

Em resumo, pode-se verificar que as micro e pequenas empresas tem um papel crucial na economia brasileira, principalmente no que tange a geração de empregos formais, tornando-se praticamente o único segmento a apresentar variação líquida positiva no número de postos de trabalho em períodos de recessão. Porém, observa-se que os esforços destinados a esse segmento ainda são insuficientes, ou mal articulados, pois ainda ocorrem altas taxas de mortalidade dos estabelecimentos deste porte.

## BIBLIOGRAFIA

### *Teses e Monografias*

BOTELHO, Marisa R. *Políticas de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais: A experiência Internacional na Situação Brasileira*. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, 1998.

GORAYEB, Daniela S. *Políticas às pequenas empresas no Brasil: Diagnóstico e Avaliação das Medidas Recentes*. Monografia IE/UNICAMP, 1998

NÓBREGA, Raquel M. *Importância e Características das Microempresas*. Monografia IE/UNICAMP, 1991.

### *Artigos e Ensaios*

BAPTISTA, Margarida *et alli*, “Política Industrial e Desestruturação Produtiva”, *In: Crise Brasileira: Anos Oitenta e Governo Collor*. São Paulo/SP, Instituto Cajamar, 1993.

BACHA, Edmar Lisboa, “Plano Real: Uma Avaliação Preliminar”. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, junho de 1995, pp.3-26.

CACCIAMALI, Maria Cristina & PIRES, Manuel. “Perspectivas das Micro e Pequenas Empresas Ante o Contexto Atual da Economia Mundial e Brasileira” *Estado e Economia Mundial e Brasileira*, São Paulo/SP, Especial, 1997, pp. 85-115.

COUTINHO, Luciano. “O Desempenho da Indústria sob o Real”, *In: Mercadante, A. (org.) O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*, Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 1997.

RODRIGUES, Mauro M. “Retomando o planejamento: O Plano Plurianual, 1996-1999”. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.3, n. 5, junho de 1996, pp.3-26.

NAJBERG, Sheila; PUGA, Fernando & OLIVEIRA, Paulo, “Sobrevivência das firmas no Brasil: Dezembro de 1995/ Dezembro de 1997”

SOUZA, Maria Carolina & SUZIGAN, *Política Industrial e Pequenas e Médias empresas no Brasil*, mimeo, Campinas, 1990.

SOUZA, Maria Carolina (*et all*). “As microempresas no Brasil: Uma interpretação do censo em 1985”. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, n. 30, v.2, pp. 59-72.

SOUZA, Maria Carolina. *Inserção competitiva das empresas de pequeno porte*. Campinas/UNICAMP, 1998.

PUGA, Fernando. *Experiências de apoio às Micro, Pequenas e médias empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan*, Rio de Janeiro: BNDES, Fevereiro de 2000 (Texto para Discussão,75).

#### *Relatórios de Pesquisa*

SEBRAE, “Estudo Comparativo: Pequenas Empresas (MPEs) *versus* Grandes Empresas (MGEs) no Estado de São Paulo”, Sebrae-SP, Novembro de 1998.

\_\_\_\_\_, “O Simples nas MPEs Paulistas em 1998”, Dezembro de 1998.

\_\_\_\_\_, “Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas”, Sebrae, outubro de 1999.

\_\_\_\_\_, “Estudo da Mortalidade das Empresas Paulistas”, Sebrae-SP, dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_, “Desempenho e Potencial Exportador das MPE Paulistas”, Sebrae-SP, junho de 1998.

\_\_\_\_\_, “A Micro e Pequena Empresa no Comércio Exterior”, Sebrae/Métodos Consultores, agosto 2000..

Durante o período de Setembro 1999 a Janeiro 2001 foram pesquisados os seguintes *sites*:

[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)

[www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

[www.bndes.com.br](http://www.bndes.com.br)

[www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)

[www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)